

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FLÁVIO SEBASTIÃO DE FREITAS

ENSINO DE HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS
CLASSIFICADOS DA GAZETA DO POVO (1937-1946)

PONTA GROSSA
2021

FLÁVIO SEBASTIÃO DE FREITAS

ENSINO DE HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS
CLASSIFICADOS DA GAZETA DO POVO (1937-1946)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Christiane Szesz.

PONTA GROSSA

2021

F866 Freitas, Flávio Sebastião de
Ensino de História e representações de gênero nos classificados da Gazeta do Povo (1937-1946) / Flávio Sebastião de Freitas. Ponta Grossa, 2021.
153 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Marques Szesz.

1. Ensino de história.. 2. Gênero e imprensa. 3. Representações sociais. I. Szesz, Cristiane Marques. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ensino de História. III.T.

CDD: 907



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade
Estadual de
Ponta Grossa

TERMO DE APROVAÇÃO

FLÁVIO SEBASTIÃO DE FREITAS

ENSINO DE HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS CLASSIFICADOS DA GAZETA DO POVO (1937-1946)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 06 de abril de 2021, pela seguinte banca examinadora:


Prof^ª. Dr^ª. Christiane Marques Szesz – (UEPG - Orientadora)


Prof^ª Dr^a Maura Regina Petruski (UEPG)


Prof^ª. Dr^a. Andréa Mazurok Schactae (IFPR)

Ponta Grossa, 06 de abril de 2021.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Alá, Javé, Oxalá ou outro ser transcendente que, de alguma forma, possa reger o universo e ter visto propósito em minha existência.

Aos meus pais, Pedro e Marilda, que me ensinaram o valor da educação e a nunca desistir de sonhar.

À minha companheira de vida, Luciana, pelo incentivo e apoio nesta e em tantas outras caminhadas.

À minha orientadora, Christiane Szesz, que prontamente apoiou o desenvolvimento deste trabalho, deu autonomia e recomendações necessárias.

À professora Ângela Ribeiro Ferreira, pelas importantes indicações bibliográficas e apoio a esta pesquisa.

Às professoras Maura Regina Petruski e Andréa Mazurok Schactae, pela leitura atenta e importantes contribuições na qualificação.

A todo corpo docente do Mestrado Profissional em Ensino de História da UEPG, que me ajudaram a evoluir como professor e ser humano.

Aos amigos e amigas da turma do ProfHistória 2018, que se tornaram parceiros(as) desta jornada e da vida, compartilhando experiências e palavras de incentivo.

A todos e todas que contribuíram com meu processo formativo formal e informal, em especial os professores e professoras da educação básica da rede pública de Lidianópolis-PR, que me ensinaram as primeiras palavras e instigaram em mim o sonho da carreira docente.

Minha eterna gratidão.

A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos.

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

Este trabalho de pesquisa buscou, a partir dos classificados de empregos veiculados no jornal Gazeta do Povo, analisar as representações de gênero em Curitiba durante o Estado Novo (1937-1946). Por meio do levantamento quantitativo e análise de conteúdo dos anúncios de ofertas de empregos e de pessoas que anunciavam seus serviços e aptidões foi possível analisar rupturas e continuidades acerca das representações femininas, especialmente as relacionadas à atuação no mundo do trabalho na cidade de Curitiba no período proposto. O estudo revelou que, embora tivessem mais oportunidades de emprego, o universo de atuação feminino era restrito às funções ligadas aos cuidados domésticos e de pessoas. Também foram identificadas exigências étnicas e etárias às mulheres, além de remuneração inferior à oferecida aos homens. Ao fim da análise foi produzido um material didático que propõe estimular o uso do jornal e levar as discussões de gênero elencadas neste trabalho para o ensino de História, visando a análise crítica dos estudantes sobre as construções do masculino e do feminino na sociedade curitibana das décadas de 1930 e início da década de 1940, propondo uma reflexão entre o passado e presente.

Palavras-chave: Ensino de História. Gênero e Imprensa. Representações Sociais. Gazeta do Povo.

ABSTRACT

This research work intended to analyze the gender representations in Curitiba during the Estado Novo (1937-1946) from job advertisements published in the newspaper Gazeta do Povo. Through quantitative survey and content analysis of job advertisements and people who advertised their services and skills on the periodical, it was possible to analyze breaks and continuities on female representations, especially those related to the work market in Curitiba during the proposed period of time. The study revealed that, although they had more job opportunities, the female universe of activity was restricted to functions related to home and people caretaking. Also, ethnic and age requirements for women were identified, as well as lower wages than those offered to men. A didactic material which proposes the stimulation of newspaper reading and also taking the gender discussions listed in this work to History teaching, has been created at the end of the analysis. It aims at the critical analysis of the students on the constructions of male and female genders in Curitiba's society during the 1930s and early 1940s, proposing a reflection between the past and the present.

Keywords: History Teaching. Gender and Press. Social Representations. Gazeta do Povo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Precisa-se pagem e cozinheira	14
Figura 2	– Fotografia da coluna "Pequenos Anúncios"	17
Figura 3	– Precisa-se ama seca, porteiro, garçon e ajudante de padeiro	31
Figura 4	– Total de anúncio por gênero	52
Figura 5	– Precisa-se empregada	52
Figura 6	– Precisa-se menina	56
Figura 7	– Precisa-se menina branca e empregada alemã.....	58
Figura 8	– Precisa-se mocinha estrangeira e moça branca	60
Figura 9	– Precisa-se moça branca	61
Figura 10	– Oferece-se moça de cor	61
Figura 11	– Precisam-se de meninas.....	63
Figura 12	– Precisa-se de menores	64
Figura 13	– Precisa-se de senhoras.....	65
Figura 14	– Precisa-se de empregadas	67
Figura 15	– Precisa-se cozinheira que lave roupa	67
Figura 16	– Precisa-se de uma auxiliar de escritório	68
Figura 17	– Precisa-se de um auxiliar de escritório	69
Figura 18	– Precisa-se mecânicos e soldadores.....	69
Figura 19	– Capa do material didático.....	73
Figura 20	– Contracapa do material didático.....	74
Figura 21	– Abertura do material didático	75
Figura 22	– Apresentação aos docentes do material didático	76
Figura 23	– Sumário do material didático	77
Figura 24	– Página 3 do material didático	78
Figura 25	– Página 4 do material didático	79
Figura 26	– Página 5 do material didático	80
Figura 27	– Página 6 do material didático	81
Figura 28	– Página 7 do material didático	82

Figura 29 – Página 8 do material didático	83
Figura 30 – Página 9 do material didático	84
Figura 31 – Página 10 do material didático	85
Figura 32 – Página 11 do material didático	86
Figura 33 – Página 12 do material didático	87
Figura 34 – Página 13 do material didático	88
Figura 35 – Página 14 do material didático	89
Figura 36 – Página 15 do material didático	90
Figura 37 – Página 16 do material didático	91
Figura 38 – Página 17 do material didático	92
Figura 39 – Página 18 do material didático	93
Figura 40 – Página 19 do material didático	94
Figura 41 – Página 19 do material didático	95
Figura 42 – Página 20 do material didático	96
Figura 43 – Página 21 do material didático	97
Figura 44 – Página 22 do material didático	98
Figura 45 – Página 23 do material didático	99
Figura 46 – Página 24 do material didático	100
Figura 47 – Página 25 do material didático	101
Figura 48 – Página 26 do material didático	102
Figura 49 – Página 27 do material didático	103
Figura 50 – Página 28 do material didático	104
Figura 51 – Página 29 do material didático	105
Figura 52 – Página 30 do material didático	106
Figura 53 – Página 31 do material didático	107
Figura 54 – Página 32 do material didático	108
Figura 55 – Página 33 do material didático	109
Figura 56 – Página 34 do material didático	110
Figura 57 – Página 35 do material didático	111
Figura 58 – Página 36 do material didático	112

Figura 59 – Página 37 do material didático	113
Figura 60 – Página 38 do material didático	114
Figura 61 – Página 38 do material didático	115
Figura 62 – Página 39 do material didático	116
Figura 63 – Página 40 do material didático	117
Figura 64 – Página 41 do material didático	118
Figura 65 – Página 42 do material didático	119
Figura 66 – Página 43 do material didático	120
Figura 67 – Página 46 do material didático	121
Figura 68 – Página 47 do material didático	122
Figura 69 – Página 48 do material didático	123
Figura 70 – Página 49 do material didático	124
Figura 71 – Página 50 do material didático	125
Figura 72 – Página 51 do material didático	126
Figura 73 – Página 52 do material didático	127
Figura 74 – Página 53 do material didático	128
Figura 75 – Página 54 do material didático	129
Figura 76 – Página 55 do material didático	130
Figura 77 – Página 56 do material didático	131
Figura 78 – Página 57 do material didático	132
Figura 79 – Página 58 do material didático	133
Figura 80 – Página 59 do material didático	134
Figura 81 – Página 60 do material didático	135
Figura 82 – Página 61 do material didático	136
Figura 83 – Página 62 do material didático	137
Figura 84 – Página 63 do material didático	138
Figura 85 – Página 64 do material didático	139
Quadro 1 – População de Curitiba (1870 a 1950)	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO DE HISTÓRIA	20
1.1 HISTÓRIA E IMPRENSA	20
1.2 A GAZETA DO POVO	29
1.3 O JORNAL COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	32
CAPÍTULO 2 – TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E IMPRENSA	36
2.1 HÁ VAGAS: INDUSTRIALIZAÇÃO E AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO	36
2.2 HÁ VARGAS: UM PROJETO NACIONAL COM REGISTRO EM CARTEIRA ...	41
2.3 QUEREMOS CONTRATAR: A FORMAÇÃO DE UMA (NOVA) SOCIEDADE BURGUESA NO PARANÁ	46
CAPÍTULO 3 – REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS CLASSIFICADOS DE EMPREGO	51
3.1 ESTAMOS CONTRATANDO: MAIS VAGAS FEMININAS, MAIS OPORTUNIDADES MASCULINAS	51
3.2 PREFERÊNCIA POR BRANCA OU DE ORIGEM EUROPEIA	57
3.3 PRECISAM-SE DE MOCINHAS OU SENHORA	62
3.4 PAGA-SE BOM ORDENADO (AOS HOMENS)	66
CAPÍTULO 4 – EMPREGA-SE GÊNERO: REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DOS CLASSIFICADOS DA GAZETA DO POVO (1937- 1946)	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS.....	143
APÊNDICE A – ANÁLISE DE CONTEÚDO: ANÁLISE TEMÁTICA POR AMOSTRA DE REPRESENTATIVIDADE E CATEGORIZAÇÃO SEMÂNTICA	149

INTRODUÇÃO

As primeiras duas décadas do século XX foram de grandes mudanças para o Brasil, com especial atenção aos anos de 1920. Este período representou “um processo de transição econômica e social, a partir do chamado modelo exportador, rumo a um novo padrão de acumulação – o do crescimento para dentro – que seria desencadeado a partir da crise de 1929 e da Revolução de 1930” (CANO, 2012, p. 80).

Com a tomada de poder por Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930, quando este assume a chefia do “Governo Provisório” e põe fim à República Velha, tem-se no Brasil as primeiras iniciativas de legislação social e de estímulo ao desenvolvimento e modernização industrial. No entanto, o presidente-ditador teve como marcas do seu governo ações populistas de forte apelo nacional.

Em 1937, o Congresso Nacional foi fechado e instalou-se o Estado Novo. Getúlio Vargas trouxe para a modernidade seu espírito governamental em um Brasil que, até então, pouco ou quase nada havia progredido no quesito infraestrutura e desenvolvimento econômico e nos direitos para a classe trabalhista, que ainda consistia em grande parte de trabalhadores rurais. Em comparação com essa situação, Getúlio Vargas trouxe um plano de Governo, chamado de Estado Novo, datado de 1937 a 1945, que se apresentou como uma política ligada ao progresso e aos investimentos nacionais (OLIVEIRA; SILVA; CASTRO, 2018, p. 127-128).

Com o autogolpe e a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. Segundo Pandolfi (1999), Vargas buscava transformar o Brasil, um país predominantemente agrário e exportador de matérias primas, em uma nação urbana e industrial. “Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica” (PANDOLFI, 1999, p. 10).

A base do governo ditatorial de Vargas durante Estado Novo foi a Constituição de 1937. Direitos trabalhistas como férias, salário mínimo e descanso semanal – previstos na Constituição de 1934 – foram confirmados, já a realização de greves ou *lock-out* passaram a ser proibidos. A Justiça do Trabalho e a CLT foram criadas e instituídas em 1943, durante o Estado Novo.

O Brasil assistia ao avanço da instalação de parques industriais e ao crescimento de cidades neste período, marcado pelos movimentos modernistas. “Essas transformações concorreram nos países avançados, para o surgimento do modernismo, representado não só nas artes, na literatura, mas também na urbanização, que ganha novas formas e nos costumes” (CANO, 2012, p. 81). Novas relações se estabeleciam no mundo trabalho e mundo social, com novos padrões e comportamentos que se apresentavam e se incorporavam à sociedade. É neste contexto que muitas brasileiras se arriscaram adentrar – por necessidade ou resistência – ao limitado mercado de trabalho feminino da época.

O Paraná e sua capital não passaram ilesos às transformações da virada de século. Com a ampliação e modernização do fabrico da erva-mate, o estado ganha uma nova classe burguesa de vivência e padrões urbanos, que busca se diferenciar da antiga, rural e escravocrata (PEREIRA, 1996). De acordo com o historiador Ruy Wachowicz (2010), “Curitiba teve desenvolvimento moroso até 1873, ano em que foi concluída a construção da Estrada da Graciosa. Até esta data a comunicação com a marinha era feita por péssimos caminhos” (WACHOWICZ, 2010, p. 89).

Outro fator marcante do período foi a chegada de imigrantes europeus e o estabelecimento destes em colônias curitibanas, que deram novo dinamismo econômicos e ares “europeizantes” à cidade.

Os colonos criaram em pouco a pequena lavoura nos arredores de Curitiba, abastecendo fartamente o mercado de milho, feijão, batatas, frutas, ovos e aves. Os alemães, que haviam chegado antes dos poloneses, estabeleceram-se no comércio, dentro do quadro urbano. Fizeram-se cervejeiros, ferreiros, carpinteiros, salsicheiros, ferradores, construtores de carros, padeiros, açougueiros etc. Não tardou para que o próprio aspecto físico da cidade fosse passando a transformar-se a olhos vistos, por influência patente destes alienígenas. (WACHOWICZ, 2010, p. 89-90).

Além de contribuírem com o incremento de novos sabores, saberes e manifestações culturais, os imigrantes deram grande impulso demográfico a Curitiba. Aliando a diversidade populacional ao desenvolvimento econômico, a população curitibana praticamente dobrou no período de 1920 a 1940 (IBGE, 2010)¹, passando de pouco mais de 78 mil para mais de 140 mil na década de 1940.

¹ Dados sobre “População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872-2010”, do IBGE, mostram que o número de habitantes de Curitiba saltou de 78.986 em 1920, para 140.656 em 1940 (IBGE, 2010).

Em sua tese acerca dos "Aspectos da indústria paranaense: 1930-1970", a historiadora Walli Loeff (2009) cita dados do censo industrial de 1929. Eles revelam que a maioria das empresas instaladas no Paraná neste período atuavam nos ramos da "madeira, erva-mate, cerveja, calçados, banha, balas, meias, móveis, fundições, cofres, perfazendo um total de 1535, (...) envolvendo 16.723 operários" (LOEFF, 2009, p. 42).

Já Roseli Boschilia (2010) cita a descrição da "II Grande Exposição Internacional de Curitiba", feita em comemoração aos 250 anos da cidade. Dentre os 20 pavilhões, estava o da cidade de Curitiba e "suas 128 indústrias premiadas". No entanto, Boschilia faz ressalvas sobre o conceito de indústria da época, já que a maior parte do que se considerava indústria, "poderia ser enquadrada no ramo de oficinas artesanais ou empresas domiciliares de pequeno porte, como alfaiatarias, carpintarias, barricarias, olarias, tinturarias, curtumes, engenhos de erva-mate, fábricas de sabão, de vinho etc" (BOSCHILIA, 2010, p. 32).

De acordo com Loeffler (2009), o perfil demográfico de Curitiba na década de 1940 era bem diversificado, dentre "os quais havia além de comerciantes, pequenos industriais e funcionários públicos" (LOEFFLER, 2009, p. 41). Segundo a autora, havia dentre eles diversos profissionais liberais que anunciavam seus serviços nos periódicos, bem como empresários, comerciantes e industriais que anunciavam oportunidades de emprego para homens e mulheres.

E foram esses anúncios, veiculados no jornal Gazeta do Povo, que serviram de fonte de estudo para este trabalho, que analisou as representações de gênero nos anúncios veiculados neste periódico em Curitiba durante o período de 1937 a 1946, do Estado Novo. Optou-se pela teoria de gênero, de Joan Scott, por considerá-la mais pertinente à pesquisa.

Segundo Scott (1981), a conceituação de gênero tem duas partes e várias subpartes e, embora estejam inter-relacionadas, devem "ser analiticamente diferenciadas" (SCOTT, 1989, p. 86), pois:

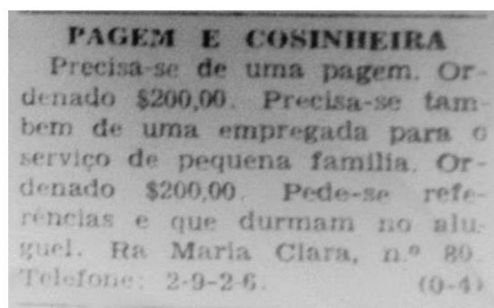
O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1989, p. 86).

Para ela, os estudos de gênero – além de reconhecerem as diferenças culturais dos sexos – ampliam as possibilidades de análise, pois podem ser utilizados para sugerir “que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75). A partir do entendimento acerca desta “construção social” foi possível verificar quais atividades laborais eram disponibilizadas ou impedidas às mulheres curitibanas; ou a quais funções laborais eles e elas se candidatavam e, assim, compreender as representações dos papéis sociais atribuídos aos gêneros e suas representações por meio do objeto de pesquisa.

O levantamento da coluna de “Pequenos Anúncios”, especificamente das seções “Contrata-se” e “Oferece-se”, foi realizado na Biblioteca Pública do Paraná, por meio de microfilmes, com exceção de algumas edições que – por falta da película – foram disponibilizadas as edições originais encadernadas. Como os anúncios eram publicados e repetiam-se ao longo de várias edições, optou-se por elencar os anúncios publicados no primeiro domingo de cada mês. Quando, por algum motivo, o jornal não circulou nesta data, foi estudada a publicação do domingo seguinte.

Para o estudo foram consideradas as oportunidades de trabalho anunciadas, não o número de vagas. Considera-se importante destacar que num mesmo texto publicado eram ofertadas mais de uma oportunidade de trabalho. Tal situação pode ser verificada no exemplo abaixo (transcrição ao lado):

Figura 1 – Precisa-se pagem e cozinheira



PAGEM E COSINHEIRA
Precisa-se de uma pagem. Ordenado \$200,00. Precisa-se também de uma empregada para o serviço de pequena família. Ordenado \$200,00. Pede-se referências e que durmam no aluguel. Ra Maria Clara, nº 80. Telefone: 2-9-2-6.

Gazeta do Povo, 5 de novembro de 1944.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná (2020).

No caso da publicação acima, foram registrados os anúncios de duas oportunidades: uma de pagem e outra de empregada. Embora esteja implícita que são duas vagas, há diversos textos que estão no plural, o que colocaria em demasiada

suposição os números de contratações pretendidas, sinalizando não ser esta a melhor fonte ou forma de efetuar tal levantamento de dados.

O período da ditadura varguista, de novembro de 1937 a janeiro de 1946, durou 99 meses. Assim, foram 99 edições da Gazeta do Povo selecionadas para estudo. Identificada a sessão “Pequenos Anúncios”, os textos que estavam nas seções “Contrata-se” e “Oferecem-se” eram lidos um a um, para que fosse mantida essa métrica e rigor de coleta. As anotações inicialmente foram feitas diretamente numa planilha eletrônica, mas viu-se que tal processo dispendia de grande tempo. Passou-se a anotar num caderno e posteriormente tabular os dados, o que agilizou o levantamento.

Além da coleta quantitativa, publicações que forneciam elementos que davam pistas sobre a sociedade curitibana do período foram registradas. Foram 108 textos selecionados que, após leitura flutuante, foi desenvolvida uma análise temática por amostra de representatividade e categorização semântica a partir da metodologia de análise de conteúdos de Laurence Bardin (2016). A leitura da autora foi fundamental para a seleção dos classificados e categorização de anúncios para a inferência acerca das representações sociais.

Neste sentido, o presente estudo se utilizou da proposta conceitual de Serge Moscovici e sua Teoria das Representações Sociais (TRS). Para Moscovici (2007), as representações são “sociais” pois são dinâmicas e se dão por meio de conhecimentos individuais práticos, desenvolvidos no senso comum, mas construídos nas relações entre sujeitos em interações sociais.

Para Denise Jodelet (1989), “as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Neste sentido, as representações sociais dialogam com as pesquisas de gênero, não só pelo período em que foram elaboradas, mas também pelas leituras possíveis. Angela Arruda (2002), especialista em Representações Sociais, ao traçar paralelos entre a “Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero”, ressalta a atualidade e a importância de ambas na produção de conhecimento:

a teoria da representação social é um produto típico dos nossos tempos e da transição paradigmática, tanto quanto as teorias feministas e outras que, a sua maneira, surgem como novas ferramentas conceituais para analisar ângulos da realidade postos em pauta por novos olhares, provindos das lutas

dos movimentos sociais, da criatividade e dos questionamentos no seio da ciência. Sua contribuição é inegável para atravessar essa quadra, sem perder de vista que, como toda produção cultural, também ela será modificada e superada por outras, que a complementarão e corrigirão com o passar do tempo e o avanço do conhecimento. Mas, por enquanto, as duas teorias oferecem um bom instrumental para a compreensão do ser humano na sua complexidade e abrem portas para avançarmos na caminhada para futuras angulações. (ARRUDA, 2002, p. 144).

Apesar de pouco explorada dentro de um jornal, a seção de classificados – especialmente a seção de ofertas de empregos – oferece possibilidades de investigações historiográficas e uso no ensino de História. Em Curitiba, um dos primeiros e principais jornais a veicular uma seção dedicada a oportunidades de emprego foi o jornal *Gazeta do Povo*².

Em 1925, a *Gazeta do Povo*, atendendo a seus leitores, abriu uma coluna de 'Pequenos Anúncios' em que trabalhadores, e principalmente trabalhadoras, encontravam boas oportunidades. Nessa e em outras páginas, o jornal ressaltava o trabalho profissional da mulher. (GANZ, 1997, p. 95).

Por ser um espaço em que pessoas ofereciam – gratuitamente – seus serviços e empregadores ofertavam – por 5\$000 (cinco contos de réis) – oportunidades de colocação no mercado de trabalho formal e informal, exigiam qualificações necessárias aos eventuais candidatos e anunciavam gratificações, os classificados elencam diversas características de representação sociais da sociedade curitibana do período proposto.

Representações, profissões, gratificações, regime de trabalho e/ou setores que mais empregavam homens, mulheres ou crianças podem ser abordados através do uso dos classificados.

² O jornal avulso custava em 1937 e 1938, período incluído no levantamento da presente pesquisa, \$200 réis. Curiosamente, esse é o mesmo valor do preço de 12 grampos de cabelo anunciados pela “Casa do Povo” em dezembro de 1938.

Figura 2 – Fotografia da coluna "Pequenos Anúncios"



Gazeta do Povo, 6 de fevereiro de 1938.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná (2020).

O período de estudo compreende os anos de 1937 a 1946 e visa contribuir com os estudos no campo do Gênero e Trabalho, Gênero e Imprensa e do Ensino de História. A pesquisa estudou as contradições e disparidades de gênero e, ao discutir as relações de gênero, também abordou o trabalho exercido por meninos e meninas menores de 14 anos – embora tenha se tornado legalmente proibido com a CLT, era moralmente aceito e socialmente incentivado.

Além do caráter inovador em sua fonte de estudo, a pesquisa se mostra relevante social e historiograficamente, dada a atualidade das temáticas abordadas e o contexto de crescente movimento retrógrado e obscurantista, que busca suprimir conquistas sociais, reduzir a importância e a abrangência do ensino de História e condenar as discussões de gênero.

Como homem, branco, cisgênero, o autor reconhece a necessidade de refletir sobre a sua localização em relação ao desenvolvimento desta proposta de trabalho e reconhecer que a temática norteadora desta pesquisa não configura seu lugar de fala, mas como historiador e docente, sente-se na obrigação – não de dar voz – mas de ouvir, por meio dos documentos históricos, vozes e representações femininas que por longo tempo foram silenciadas.

Nas páginas a seguir, o trabalho está assim dividido:

O primeiro capítulo é dedicado à Imprensa e seu uso na História e historiografia. Também foi desenvolvida a historicização da fonte, apontando histórico, por meio de estudos bibliográficos, de periódicos que circularam na capital paranaense no período estudado. Ao elencar os impressos em cem anos da imprensa no Paraná, Oswaldo Pilloto (1976) ressalta a ampliação da oferta de periódicos em Curitiba a partir da década de 1920, quando os jornais "Gazeta do Povo", fundado em 1919; "A República", de 1886; "Diário da Tarde", 1899; ganharam companhia nas bancas de "O Dia", criado em 1923; "Estado do Paraná", em 1925 e "A Tarde", com circulação a partir de 1928.

Dessa seleção feita por Pilloto, nem todos circulavam mais em meados da década de 1930, como é o caso do "República", que encerrou suas atividades em 1930. Os mais longevos, que passaram dos 30 anos de circulação em 1954, eram "Gazeta do Povo", "O dia" e "Diário da Tarde" – periódicos que ganharam mais atenção nesta parte da pesquisa. Neste primeiro capítulo também foi abordado o uso do jornal como fonte para os estudos históricos, as contribuições da escola dos *Annales*, bem como das possibilidades do uso do jornal nas aulas de História.

No segundo capítulo foi abordado o processo de industrialização brasileiro vivenciado a partir da virada do século, em especial os empreendidos durante os governos de Getúlio Vargas, com foco nas políticas econômicas e sociais por ele implementadas durante o Estado Novo. Além das medidas econômicas, o período foi marcado por políticas sociais voltadas às mulheres brasileiras pelo então ministro da Saúde e Educação Pública (MESP)³, Gustavo Capanema.

Capanema, que esteve à frente do Ministério de 1934 a 1945, período em que instituiu um currículo diferenciado para homens e mulheres com vistas a aprimorar "as competências que ele considerava inatas para cada um dos gêneros. Ao contrário do homem, que deveria ser preparado para o mundo público, à mulher era reservado um tipo de ensino que enfatizasse a formação para a vida doméstica e familiar" (FRANQUI; PERIOTTO; 2016, p. 86).

Somada às iniciativas educacionais voltadas ao público feminino empreendidas pelo MESP neste período, estavam ações relacionadas aos cuidados de higiene e saúde, em especial os cuidados com recém-nascidos e crianças

³ Em 13 de janeiro de 1937, através da lei nº 378, o MESP passou a se chamar somente Ministério da Educação e Saúde (MES).

pequenas. “Em relação à assistência à saúde materno-infantil no período, as instituições de saúde do Estado davam ênfase à profilaxia de doenças, também conhecida como puericultura, como forma de diminuir o alto índice de mortalidade infantil no país” (PARADA; MEDEIROS; 2010, p. 2).

Além destas ações, destaca-se a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, que instituiu direitos trabalhistas e representou avanços sociais importantes a homens e mulheres trabalhadores. A leitura de conjuntura sociopolítica e cultural da época foi indispensável para melhor localizar a fonte em seu tempo e contexto histórico.

Já a terceira parte do trabalho foi dedicada à análise das representações de gênero verificadas a partir do levantamento dos classificados publicados nas edições dominicais da Gazeta do Povo. Após uma abordagem analítica quantitativa, uma análise temática por amostra de representatividade e categorização semântica, elencou-se três categorias para estudo: étnico-racial, etário e salarial. A partir destas categorias de classificados se buscou inferir sobre os anúncios e como estes explicitavam representações sociais do que era ser mulher e dos papéis sociais de gênero em Curitiba das décadas de 1930 e meados da década de 1940.

A última parte do trabalho foi dedicada a um material didático para professores de História. O foco do livro “EMPREGA-SE GÊNERO: representações de gênero a partir dos classificados da Gazeta do Povo (1937-1946)”, foi propor a abordagem sobre gênero no ensino de História, bem como promover o uso de jornais – especificamente a seção dos classificados – nas aulas de História da educação básica.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO DE HISTÓRIA

Nas próximas linhas busca-se o resgate histórico das interseccionalidades entre a História e a Imprensa, principalmente no que se refere às contribuições da Escola dos *Annales* para a historiografia mundial devido aos alargamentos teórico-metodológicos propostos. Num segundo momento, se discute o uso do jornal no ensino de História, que propicie a análise e a crítica do estudante à fonte, ao tema e à própria realidade.

1.1 HISTÓRIA E IMPRENSA

A utilização da Imprensa como fonte de pesquisas históricas traz inúmeras possibilidades de atuação e investigação ao historiador. Segundo a historiadora e pioneira no uso dessa fonte para estudos no Brasil, Maria Helena Capelato (1988), os meios de comunicação são “manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado”.

Para Capelato (1988), a “imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos, pois ela registra, comenta e participa da história” (CAPELATO, 1988, p. 13). De acordo com a autora, a Imprensa é uma das principais fontes de informação histórica e, portanto, merecedora de consideração dos historiadores. “A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados - não só os ‘ilustres’, mas também os sujeitos anônimos” (CAPELATO, 1988, p. 21).

Aí situam-se dois grandes campos de estudo, como destaca Reneé Zicman (2012):

O primeiro, que chamamos de história da Imprensa, busca reconstruir a evolução histórica dos órgãos de imprensa e levantar suas principais características para um determinado período. O segundo campo-objeto [...] é o da história através da imprensa, englobando os trabalhos que tomam a imprensa como fonte primária para pesquisa histórica. (ZICMAN, 2012, p. 89).

Zicman (2012) destaca que nos últimos dez anos surgiram vários trabalhos que utilizam jornal como fonte documental, a maior parte deles se deu por meio de monografias e teses acadêmicas:

De fato, a imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas etc. É enriquecedor sobretudo quando se tem interesse pela História Social, História das Mentalidades e História das Ideologias. (ZICMAN, 2012, p. 89).

O autor elenca várias vantagens da utilização da Imprensa como fonte documental da História. Entre elas, Zicman (2012) destaca a periodicidade, afirmando que os jornais são arquivos do cotidiano, pois registram os fatos e as memórias do dia a dia - o que possibilita estabelecer a cronologia dos fatos históricos e a disposição espacial de informação. De acordo com ela, cada período tem a possibilidade de inserir um fato histórico num contexto mais amplo.

Já Tânia Regina de Luca (2005) lembra que, “até a chegada da Família Real em 1808, as tipografias eram proibidas no Brasil e os que se atreveram a violar as regras foram duramente perseguidos” (LUCA, 2005, p. 133). A chegada tardia da Imprensa no Brasil foi patrocinada pela vinda da família real portuguesa, que fugia das tropas napoleônicas:

A imprensa brasileira surge tardiamente. Na Europa, em 1609, aparecem as primeiras gazetas impressas, na Alemanha. No Brasil, somente com a vinda de D. João VI, em 1808, começa a circular o jornal Gazeta do Rio de Janeiro. Como não podia ser diferente, ele tem como linha editorial divulgar e difundir os interesses da Coroa, sem conteúdo social. No mesmo ano da chegada da família real ao Brasil, José Hipólito da Costa edita o primeiro jornal de oposição ao domínio português, o Correio Braziliense, impresso na Inglaterra por total falta de liberdade de se o fazer no país. (BRANDÃO; JARDIM, 2014, p. 136).

Para Tania Regina Luca (2005), o século XX representou mudanças estruturais significativas na sociedade e economia brasileira, que recém abandonara a monarquia e a escravidão.

A nascente produção fabril, o crescimento do setor de serviços, as levas de imigrantes, a nova paisagem técnico-industrial que se delineava em algumas cidades, os avanços nas comunicações e no letramento da população, preocupação do governo republicano recém-instalado, justificavam o otimismo, regado com os lucros das exportações. Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração. (LUCA, 2005, p. 135).

Segundo Brandão e Jardim (2014), o século findado no ano 2000 foi um marco de transição da Imprensa no Brasil, em que as pequenas redações deram espaço a

grandes jornais e parques gráficos. “As pequenas tipografias e os pequenos jornais de estrutura simples cedem espaço às grandes empresas jornalísticas estruturadas com equipamentos gráficos que permitem ser elevada a produção diária” (BRANDÃO; JARDIM, 2014, p. 138).

Os novos métodos de impressão propiciaram um “expressivo aumento das tiragens, melhora da qualidade e barateamento dos exemplares, que atingiam regiões cada vez mais distantes graças ao avanço dos sistemas de transportes, que agilizam o processo de distribuição” (LUCA, 2005, p. 135). Isso, de acordo com a autora, transformou os impressos em materiais atraentes para leitura e item de necessidade de uma crescente classe média urbana e letrada.

Reneé Zicman (2012) faz análise complementar, relacionando o processo de modernização dos periódicos com a profissionalização e racionalização das redações, em contraponto aos antigos veículos de apaixonados:

Até 1945/50 a imprensa brasileira caracterizava-se por pequenas empresas com capitais e negócios limitados e gestão improvisada primando por suas posições políticas: o que se costuma chamar de ‘Imprensa de Opinião’. Essa Imprensa tinha características claramente políticas e apaixonadas, ultrapassando a simples função de espelho da realidade para tornar-se um instrumento ativo de opinião pública. Cada jornal parecia dirigir-se a um tipo de público e o jornalismo era quase que um exercício literário. (ZICMAN, 2012, p. 93).

Com os avanços tecnológicos, o crescente número de tiragens e o aumento dos lucros com a venda dos diários, houve a profissionalização e segmentação das redações. Começou-se “a exigir gama variada de competências, fruto da divisão do trabalho e da especialização: repórteres, desenhistas, fotógrafos, articulistas, redatores, críticos, revisores, além dos operários encarregados da impressão propriamente dita” (LUCA, 2005, p. 138).

Todavia, devido a tais características peculiares da Imprensa opinativa, apaixonada e de gestão amadora, Zicman (2012) alerta para a falta de informações e de exemplares de jornais anteriores à década de 1930. A “ausência de dados é quase completa e deve-se recorrer à compilação em diferentes fontes para se chegar a algumas estimativas” (ZICMAN, 2012, p. 93). Tal cenário, segundo ele, será alterado somente ao período posterior a 1955, quando se tornará mais viável a reconstituição de séries estatísticas e de volumes completos.

Esta também é uma realidade verificada no estado do Paraná, em especial em Curitiba. Acervos dos principais jornais do estado encontram-se microfilmados e disponíveis para consulta na Biblioteca Pública do Paraná (BPP-PR) e no Arquivo Público. São raras ou inexistentes as empresas jornalísticas que ainda operam - online ou impresso - que disponibilizam seus acervos digitalizados.

Dentre as partes constituintes de um jornal que podem ser objetos de pesquisa estão todas as que o compõem internamente (seus conteúdos, disposição das informações, aspectos gráficos), quanto externamente (os interesses econômicos empresariais e a recepção dos leitores). Embora atualmente seja visto como um “manancial de possibilidades” (CAPELATO, 1988), o uso dos veículos de comunicação impressos - se comparado a outras fontes históricas - é recente.

Se atualmente podemos avaliar que os periódicos - entendidos no seu amplo significado - têm seu lugar no desenvolvimento de pesquisas nos vários campos do conhecimento histórico como a história social, história política, história cultural, história econômica, história das mulheres só para citar algumas, esse nem sempre foi o quadro. (BARBOSA, 2016, p. 2).

As origens desta aversão aos usos da Imprensa como fonte e objeto da História estão relacionadas ao Positivismo, à crença na neutralidade das fontes e do historiador e remontam às práticas relacionadas à história dos heróis, como destacam as professoras Gislaire Kreniski e Maria do Carmo Aguiar:

No princípio tínhamos uma história voltada somente para o econômico, o religioso e político, levando em consideração como fonte para pesquisa somente os documentos ditos oficiais. O historiador apenas ficava encarregado de transcrever e narrar o fato pesquisado de uma forma tradicional, agindo de forma imparcial. Dentro desse pensamento tinha a função de ‘resgatar’ os feitos e eventos na figura dos grandes heróis e a partir daí fazer a narrativa. Esta forma de fazer pesquisa histórica está estreitamente ligada ao pensamento positivista, deixando de lado a interpretação do historiador sobre a sua fonte, tornando-o neutro com relação ao fato a ser estudado. (KREMISKI; AGUIAR; 2011, p. 2).

Para Maurílio Calonga (2012), o século XIX foi marcado pela tradição positivista, “restrita a descoberta da verdade, impedia a utilização dos impressos na produção historiográfica” (CALONGA, 2012, p. 80). De acordo com autor, julgavam os impressos como repletos de subjetividade e, portanto, falsificadores da realidade, capazes de distorcer as imagens do passado. “Restituir os tempos pretéritos implicava ao historiador rigor no distanciamento do objeto, tanto temporal quanto imparcial,

tornando-se, então, tarefa fundamental para se atingir o conhecimento objetivo e verdadeiro” (CALONGA, 2012, p. 80).

Já a professora Tânia Regina de Luca (2005) reitera que havia relutância em promover uma história escrita por meio da Imprensa, apesar de haver uma preocupação em escrever a história da Imprensa. Ela argumenta que, apesar do reconhecimento da fonte, havia incertezas e inseguranças relacionadas à fragmentação e imparcialidade:

Os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2005, p. 112).

A partir dos referenciais consultados, nota-se que a busca pela neutralidade do historiador diante do objeto limitou sua atuação e restringiu-o do uso de determinadas fontes, como jornais, revistas, folhetins, entre outros meios impressos. A concepção de que o historiador deveria buscar a objetividade dos acontecimentos fez com que se limitasse ao uso de documentos oficiais. O alargamento das perspectivas de uso da Imprensa como fonte histórica se deu a partir da interação e diálogo com outras áreas do conhecimento.

A partir da década de 1930, o uso da Imprensa escrita como fonte histórica começou a ser visto com outras perspectivas. Propondo uma alternativa contra a dominação da “Escola Positivista”, os franceses Marc Bloch e Lucien Lebre inauguram a revista *Les Annales*. Sob a influência das Ciências Sociais, a corrente inovadora “despreza o acontecimento e insiste na longa duração; deriva a sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia social; esforça-se para aproximar a história das outras ciências humanas” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 119).

Através das propostas de análises históricas difundidas pela École des Annales, os estudos históricos receberam novos ares. Ampliaram-se as pesquisas que passaram a tratar com novos objetos, novos enfoques e métodos, e com outros documentos capazes de responder as problemáticas surgidas na investigação. A partir de então, a noção do que se constituía como fonte histórica ampliou-se e o documento deixou de ser apenas o registro político e administrativo, identificado, pois, em um processo temporal de construção, portanto, histórico. (CALONGA, 2012, p. 81).

Apesar da vanguarda dos *Annales*, as duas primeiras gerações de estudos dessa “Escola” não exploraram as potencialidades dos impressos e concentraram seus estudos no período medieval. De acordo com Calonga (2012), somente a partir da chamada terceira geração dos *Annales* é que abrem-se, efetivamente, os caminhos do uso dos impressos na prática historiográfica.

Os historiadores pertencentes a esse grupo, incluindo-se Jacques Le Goff, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros, propuseram novas abordagens. Sem negar definitivamente a análise da segunda geração, com seu expoente máximo Fernand Braudel, os *Annales* promoveram um alargamento íntimo da História com a Linguística, Psicologia e Antropologia, nesse sentido, incorporaram um modelo essencialmente interdisciplinar, sobretudo, em relação à metodologia. Portanto, neste contexto, a história multiplica suas curiosidades. Desloca-se a análise histórica para a descontinuidade, a ruptura, o novo, fragmenta-se numa especialização extrema. (CALONGA, 2012, p. 81).

Ao analisar as relações entre “História e Imprensa: a importância e as contribuições dos jornais no conhecimento histórico”, Carlos Leite (2014) afirma que as novas concepções e perspectivas sobre as fontes jornalísticas impressas surgiram a partir da década de 1970, “período em que as críticas à História tradicional e seus métodos pela Nova História, direcionam os novos rumos da historiografia contemporânea” (LEITE, 2014, p. 823).

Para Leite (2014), essas transformações alteraram “não apenas o modo de fazer história, mas também os métodos sobre análise e crítica de novos documentos” (LEITE, 2014, p. 823). Com a terceira geração dos *Annales*, surgiram novas possibilidades, pois os historiadores propunham novos objetos, novos problemas, novas abordagens e uma grande renovação temática.

Ao resgatar as transformações deste período, Kreniski e Aguiar (2011) argumentam sobre a importância que a Imprensa ganhou a partir dos *Annales* e da Nova História. Para elas, “a melhor maneira de estudar o comportamento de uma sociedade e suas mudanças é indo em busca de periódicos de época onde estão representados todos os movimentos sociais” (KRENISKI; AGUIR, 2011, p. 2).

As autoras apontam que a Imprensa se tornou uma fonte rica e diversificada, indo além da perspectiva de uma história da Imprensa, mas ampliando horizontes e possibilidades temáticas, em contraposição à historiografia tradicional:

As pesquisas realizadas na história abrem-se para novas possibilidades, tendo uma nova abordagem para os acontecimentos históricos, estamos tratando agora da história de gênero, da criança, do operário das mulheres, não mais a história econômica e política como centro de estudo para construção da história, é o partir do micro para o macro. E são estas modificações nos temas a serem abordados que remetem o historiador a novas fontes, a novos questionamentos e novas interpretações e reflexões por parte dos historiadores que agora não precisam mais esconder as suas opiniões a respeito dos temas trabalhados, ele não age mais de forma imparcial quando debruça-se sobre a sua fonte. (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 3).

Para Calonga (2012), foi neste contexto amplo que “a História Cultural também (re)surgiu”:

Embora o corpo teórico cultural seja foco de críticas, são inegáveis suas contribuições. Notadamente, a História Política relacionou-se com a cultural. A noção de cultura, que evocou desde Febvre seu lugar na historiografia, talvez atualmente tenha vencido, ao menos por hora, a queda de braço contra o determinismo econômico. Destaca-se, neste íterim, a contribuição dos próprios marxistas na renovação do campo cultural, em especial E. P. Thompson. A renovação marxista foi, portanto, outro ponto convergente para o alargamento do campo histórico ligado a cultura. A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa escrita, que passou a ser considerada como fonte documental, na medida em que enuncia discursos e expressões, como agente histórico que intervém nos processos e episódios. (CALONGA, 2012, p. 82).

Para o autor, foi nesta conjuntura em que os veículos impressos foram validados como fonte de estudo e análise do historiador. “O discurso da imprensa e sua linguagem não se restringiam apenas a um conjunto de vocabulários, mas antes, seriam capazes de desvelar o nível básico das relações sociais” (CALONGA, 2012, p. 82). Para ele, é por meio dos jornais que as forças políticas dos grupos que compõem a sociedade se manifestam.

Já Luca (2005) faz uma avaliação dos resultados visíveis que a abertura de leques e possibilidades trazidas por essas escolas e práticas historiográficas trouxeram ao campo de estudo:

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História. (LUCA, 2005, p. 113).

A autora reforça, em dois momentos, aspectos ligados ao presente trabalho. Ao argumentar sobre a renovação e ampliação da disciplina, Luca (2005) destaca que diversos questionamentos como gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, entre outros, podem ser feitos às páginas dos jornais. O mesmo vale para o mundo do trabalho industrial que - para ela - “não pode ser dissociado das cidades e do processo de urbanização”, alvo de “várias investigações, perscrutada por intermédio da imprensa” (LUCA, 2005, p. 119).

Neste sentido, a presente pesquisa se mostra alinhada com as práticas historiográficas que têm o jornal como fonte de estudo. Ao abordar representações de gênero, o estudo traz “questões” que podem ser feitas por meio dos impressos. Todavia, embora diverjam sobre os métodos de análises, os autores são unânimes em ressaltar a necessidade de historicizar a fonte.

Ao analisar o pensamento de Le Goff, Daiana Barbosa (2016) verifica que o autor defende a ideia de que apenas uma “revolução documental” não seria suficiente para o uso historiográfico, o documento deveria ser submetido a uma crítica mais radical. Segundo Barbosa (2016), a prática historiográfica tradicional centrava sua crítica documental na identificação de elementos ou dados que constavam nas fontes oficiais e que poderiam ser falsos.

Para a autora, os pioneiros dos *Annales* demonstraram também, desde o início, preocupação com este aspecto de verificação. Porém, Le Goff aponta que a Nova História defendia ir além, apontando que a adoção de novos documentos requer uma postura crítica mais radical. Para Le Goff (2005), “o documento não é inocente”, ou seja, não é fruto da “escolha” do historiador, mas em si um produto de uma sociedade, inserido num contexto, lugar e época determinado.

É preciso desestruturar o documento para descobrir suas condições de produção. Quem detinha, numa sociedade do passado, a produção dos testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se os documentos da história? (LE GOFF, 2005, p. 76).

Para Calonga (2012), questionar a fonte histórica “tornou-se, assim, essencial na vida dos historiadores. Conhecer e historicizar as fontes permitiu adequações ao método. Tais mudanças decorreram de processos descontínuos, onde a postura do *métier* foi questionada” (CALONGA, 2012, p. 81-82). No mesmo sentido, Luca (2005) ressaltava a necessidade de “inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada

publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros” (LUCA, 2005, p. 114).

Para Luca, tudo deve ser analisado em se tratando do uso de fontes impressas:

A forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas. (LUCA, 2005, p. 138).

Barbosa (2016) defende que a crítica documental integra parte imprescindível do ofício do historiador, tendo em vista que as “fontes são os vestígios de uma temporalidade, dotadas de historicidade, carregam, portanto, marcas do seu tempo” (BARBOSA, 2016, p. 5). Para a autora, as fontes “não devem ser consideradas fora de suas condições históricas” (BARBOSA, 2016, p. 5) e precisam ser entendidas e analisadas em sua totalidade, entendendo suas especificidades, mesmo integrando um mesmo suporte - como no caso nos jornais:

É preciso destacar ainda que existem fontes e fontes: orais, inventários, literatura, processos crimes, jornais, revistas, correspondências, imagens, músicas, objetos, enfim uma infinidade de vestígios sociais, sobre os quais deve-se empregar análises específicas. Mesmo a categoria ‘periódicos’ precisa ser devidamente recortada, pois jornais, revistas, almanaques são suportes diferentes, com características próprias. Mesmo os jornais precisam ser analisados atentando-se as suas seções, pois uma seção, como a noticiária, por exemplo, possui objetivos e marcas que não são comuns às demais. (BARBOSA, 2016, p. 5).

Este é o caso dos classificados. Compõem uma seção integrante dos jornais, no entanto possuem características visuais e linguísticas específicas, que os diferem das demais partes do impresso. Para Luca (2005), isso está relacionado a uma peculiaridade específica dos jornais: a adequação ao público.

Segundo a autora, os discursos ganham significados de muitas maneiras, “inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir (LUCA, 2005, p. 140).

Os apontamentos feitos pelos autores são unânimes ao apontar para a necessidade de historicização da fonte para o fazer historiográfico. Neste sentido, a fonte de investigação deste trabalho será melhor explorada, bem como seu contexto de surgimento e contradições, no subcapítulo a seguir.

1.2 A GAZETA DO POVO

Embora a seção dos “Pequenos Anúncios” tenha começado a circular em 1925, a primeira edição da Gazeta do Povo foi impressa no dia três de fevereiro de 1919. Antes da edição de número um, Elza Aparecida de Oliveira Filha (2007) lembra que o advogado Benjamin Lins fez circular na capital paranaense um “manifesto de fundação da Gazeta do Povo”.

O documento afirmava que o periódico seria apolítico e independente, que “seria escoimado de vícios políticos, viverá por si, do povo, para o povo” (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 38). A ideia de se fundar um novo jornal em Curitiba partiu dos advogados Benjamin Baptista Lins D’Albuquerque e Oscar Joseph de Plácido e Silva. Ambos deixaram o Nordeste – sendo Benjamin da Paraíba e Oscar de Alagoas – para “fazer a vida” em Curitiba. De acordo com matéria comemorativa do jornal, “em 1912, ambos estiveram envolvidos na fundação da primeira Universidade do Brasil, Lins como professor, Plácido como aluno e depois diretor da secretaria” (MILAN, 2008)

A princípio a dupla queria lançar uma revista jurídica, mas “se convencerem de que os curitibanos precisavam mesmo era de um jornal combativo, que ‘quebrasse a unanimidade da imprensa oficiosa do jornalismo curitibano de então” (MILAN, 2008). Para viabilizar a ideia e pôr o jornal na prensa, os idealizadores foram atrás de patrocínio dos grandes empresários da época: proprietários de erva-mate e indústrias madeireiras.

A contradição do impresso é marca registrada desde sua fundação. Embora se dissesse apolítico, apartidário e independente, ele tinha patrocinadores e a intenção de ser “combativo”. Mas as ambiguidades não param por aí.

O primeiro número da Gazeta do Povo circulou com seis páginas e com quase 40% do espaço ocupado por publicidade. Apesar do que dizia o manifesto de lançamento, a edição incluiu um texto de primeira página que defendia enfaticamente a candidatura de Ruy Barbosa à Presidência da República. (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 38).

A origem dos recursos para que o jornal começasse a circular, de acordo com Oliveira Filha (2007), foram oriundos de dezenas de “importantes e ricas famílias locais que compraram cotas de uma sociedade limitada para montar a gráfica” (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 38). Em certa maneira, este era o público leitor e mantenedor do jornal da época de sua fundação e anos seguintes. Com o passar das décadas, “a Gazeta do Povo consolidou sua participação no mercado editorial de Curitiba, desenvolvendo um jornalismo com características notadamente locais e de prestação de serviços” (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 40).

Em 1923 a sede do jornal deixou a rua Dr. Muricy, entre a Rua XV de Novembro e a Praça Zacarias, e mudou-se para rua XV de Novembro, “até hoje a principal artéria do centro da cidade” (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 40)⁴.

Na parede externa da nova sede, junto ao balcão de anúncios, foi colocada uma pedra de mármore onde, a qualquer hora do dia, as pessoas podiam ler as mais recentes informações, captadas pelo rádio ou recebidas pelos telegramas das agências de notícias, além das notas de falecimentos dos habitantes da cidade. (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 41).

O jornal do período analisado não possuía grande volume de páginas, os anúncios publicitários eram – na maioria – de produtos ou serviços relacionados à saúde e não há registro do número de tiragens em suas páginas. A Gazeta do Povo das décadas de 1930 e 1940 mantinha forte vínculo local e, ainda contrariando seu discurso inicial, com ampla cobertura política, com postura bastante combativa ao então presidente Getúlio Vargas até seu suicídio.

O formato de impressão da Gazeta do Povo da década de 1930 e 1940 tem características do formato “*standart*” – formato de impressão que dava ao jornal uma forma retangular, sendo a altura bem maior que a largura, podendo ser dobrado ao meio para ser transportado.

Por padrão, um jornal *standart* mede 52,5 centímetros de altura por 29,7 centímetros de largura, o que conferia à Gazeta do Povo e suas oito colunas verticais considerável espaço para textos e imagens – sendo esta última pouco explorada pela Gazeta como recurso informativo. Boa parte do periódico era dedicada aos anúncios de produtos, de alguns comércios e serviços locais.

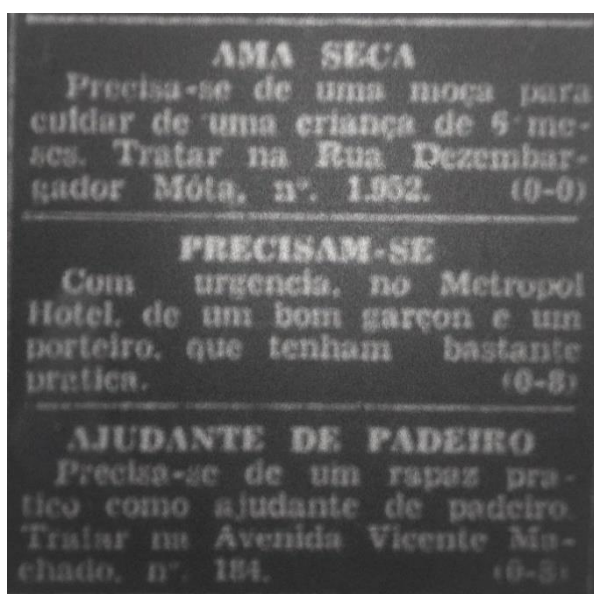
⁴ Em 1951 a Gazeta mudou sua sede para a Praça Carlos Gomes, onde operou até agosto de 2017. Desde então, a empresa jornalística se instalou num prédio comercial na Av. Victor Ferreira do Amaral, nº 306, no bairro Tarumã, em Curitiba.

A parte gráfica do jornal não privilegiava espaços em branco, embora seguisse padrões estéticos e gráficos da época em que a diagramação era feita à régua e os textos buscavam ocupar todo espaço disponível, com impressão em preto e branco. A editoria de “Pequenos Anúncios” era fixa – embora os anúncios se repetissem ao longo do mês, raramente repetiam de um mês para o outro.

Escrito em letras maiúsculas, ocupando no geral quatro das oito colunas verticais, dividindo espaço com anúncios grandes, a maioria contava com recursos/elementos visuais além de textos. Abaixo do título encontrava-se instruções de como anunciar na coluna. O preço para três veiculações de anúncios que não excedessem cinco linhas era de 5\$000 (cinco mil réis). Já os profissionais desempregados que desejassem oferecer sua mão de obra, anunciavam de graça.

Notou-se que o público pagante de anúncio do jornal possuía – em sua maioria – o mesmo perfil das mesmas famílias e empresas que outrora ajudaram a fundar o jornal, ou seja, clãs de empresários do mate, comerciários e/ou “famílias de posses”, profissionais liberais que buscavam pessoas para preencherem vagas em seus empreendimentos ou para desenvolver trabalho doméstico, como se pode observar na imagem abaixo:

Figura 3 – Precisa-se ama seca, porteiro, garçon e ajudante de padeiro



AMA SECA

Precisa-se de uma moça para cuidar de uma criança de 6 meses. Tratar na Rua Dezembargador Mota, nº 1.952.

PRECISAM-SE

Com urgencia, no Metropol Hotel, de um bom garçon e um porteiro, que tenham bastante prática.

AJUDANTE DE PADEIRO

Precisa-se de um rapaz pratico como ajudante de padeiro. Tratar na Avenida Vicente Machado, nº 184.

Gazeta do Povo, 5 de junho de 1938.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Ao mesmo tempo em que havia o público anunciante, havia aquele que comprava o periódico em busca dos anúncios e de uma inserção ou recolocação no

mercado formal de trabalho. É a partir desses anúncios que se buscou compreender as representações de gênero em Curitiba, no período proposto, em especial no mundo do trabalho.

Embora o diário impresso tenha dado descanso às rotativas no dia 31 de maio de 2017, passando a se atualizar com exclusividade em suas plataformas digitais (site e aplicativo)⁵ e numa edição semanal impressa, o jornal não possui preocupação com sua memória. Com exceção das edições compreendidas entre 23 de junho de 2013 a 3 junho de 2017, disponível na plataforma FLIP⁶, não há disponibilidade de acervo no ambiente virtual, sendo que para este trabalho foram utilizados os arquivos em microfilme disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná.

1.3 O JORNAL COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Logo na introdução de seu artigo sobre o uso do jornal no ensino de História, o professor Francisco das Neves Alves (2012) faz um desabafo sobre os desafios – cada vez maiores – da docência na atualidade. Além da desmotivação dos/as professores/as, ele reitera que falta de estrutura de “toda ordem no ambiente escolar e a desvalorização profissional dos docentes são apenas alguns dos fatores que poderosamente contribuem para um sério prejuízo das relações de ensino-aprendizagem na sala de aula” (ALVES, 2012, p. 19).

No entanto, quando se trata do ensino de História, Alves (2012) afirma que a situação é ainda mais delicada, pois as problemáticas externas e motivacionais se somam às disputas do campo das políticas educacionais e curriculares:

Quando se trata de ensinar História, tais obstáculos só tendem a aprofundar-se ainda mais, tendo em vista a escassa carga horária dedicada às ciências humanas e a pequena importância normalmente destinada a tal área do saber, colocada entre as ‘disciplinas menores’ ou ‘periféricas’, amplamente menoscabada em relação a outros saberes considerados como prioritários, numa clara manifestação da reminiscência dos muitos períodos autoritários vividos pelo Brasil e mesmo do pouco gosto das autoridades governamentais em conviver com uma população mais esclarecida no que tange às chamadas humanidades. Além disso, os diversos ‘vícios’ formados ao longo do tempo nas formas de promover o aprendizado da ciência histórica trazem consequências indeléveis e efeitos que deitam raízes até a contemporaneidade. (ALVES, 2012, p. 19-20).

⁵ Sua versão online está disponível no seguinte endereço: <https://www.gazetadopovo.com.br>.

⁶ Para mais informações, acesse: flip.gazetadopovo.com.br/pub/grpcom/.

Mesmo diante deste cenário, maior que os desafios está a importância do professor de História que, segundo Maria Auxiliadora Schmidt (2004), “pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas necessária; o saber fazer, o saber fazer bem, lançar os germes do histórico” (SCHMIDT, 2004, p. 57). Para a autora, o docente de História é quem tem a responsabilidade de ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemas.

A pesquisadora ressalta muito as relações que se estabelecem dentro da sala de aula, a qual ela caracteriza não sendo “apenas um espaço onde se transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos” (SCHMIDT, 2004, p. 57). Na busca por essa construção de sentidos, Maria Auxiliadora elenca como desafio primeiro dos professores de História a realização da “transposição didática dos conteúdos e dos procedimentos históricos e também da relação entre as inovações tecnológicas e o ensino de História” (SCHMIDT, 2004, p. 58).

Para ela, a transposição leva o fazer histórico para a sala de aula, propiciando acesso ao conhecimento e processo de construção do conhecimento ao aluno:

Em relação à transposição didática do procedimento histórico, o que se procura é algo diferente, ou seja, a realização na sala de aula da própria atividade do historiador, a articulação entre elementos constitutivos do fazer histórico e do fazer pedagógico. Assim, o objetivo é fazer com que o conhecimento histórico seja ensinado de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo do fazer, do construir a História. Que o aluno possa entender que a apropriação do conhecimento é uma atividade em que se retorna ao próprio processo de elaboração do conhecimento. (SCHMIDT, 2004, p. 59).

Este é, portanto, o caminho da educação histórica, defendido pela autora, que engloba a “problematização, o ensino e a construção de conceitos, a análise causal, o contexto temporal e o privilégio da exploração do documento histórico” (SCHMIDT, 2004, p. 59). Ao problematizar os objetos e temáticas, deve-se ter no horizonte explicações múltiplas de causalidades. “Muito mais que as determinações causais, é importante levar o educando à compreensão das mudanças e permanências, das continuidades e descontinuidades” (SCHMIDT, 2004, p. 60).

Além da problematização, é preciso abordar a historicidade dos conceitos e a contextualização temporal. É aí que o uso de fontes documentais – ampliado pela Escola dos *Annales* e discutidos anteriormente – nas aulas de História ganha espaço

e dá sentido à transposição didática defendida por Maria Auxiliadora Schmidt. Para ela, “imprescindíveis ao procedimento histórico em sala de aula é, sem dúvida, o trabalho com as fontes ou documentos. A ampliação da noção de documento e as transformações na sua própria concepção atingiram diretamente o trabalho pedagógico” (SCHMIDT, 2004, p. 61).

Já Circe Bittencourt (2004) reconhece a importância e o potencial do uso de documentos em sala de aula, mas ressalva que pode haver “certa ambição em transformar o aluno em uma ‘espécie de historiador’, situação complexa que conduz a problemas de difícil solução” (BITTENCOURT, 2004, p. 327). A autora faz uma série de observações sobre seus usos, principalmente acerca dos critérios utilizados na seleção destes materiais. Bittencourt (2004) elenca preocupações que devem ser levadas em consideração pelo docente ao selecionar determinada fonte, tais como vocabulário, tamanho do documento, adequação à idade.

É preciso cuidado para que os documentos forneçam informações claras, de acordo com os conceitos explorados, e não tornem difícil a compreensão das informações. A má seleção deles compromete os objetivos iniciais propostos no plano de aula, ao passo que sua complexidade e extensão podem criar uma rejeição pelo tema ou pelo próprio tipo de material. (BITTENCOURT, 2004, p. 330-331).

Ela ressalta que os documentos históricos não foram produzidos com vieses didáticos, por isso devem ser analisados respeitando suas características originais e como sugestão de análise, Bittencourt (2008) sugere uma descrição do documento e mobilização dos saberes prévios dos educandos; seguido de explicação e situação do documento ao contexto em que foi produzido e por quem foi produzido; identificando sua natureza e características. Toda essa sequência metodológica tem por objetivo garantir ao aluno chegar à crítica da fonte, com a identificação dos limites e interesses explícitos ou implícitos nela constante.

Seguindo o rol dos inúmeros documentos históricos listados por Circe Bittencourt com grande potencial de análise, que podem ser levados às salas de aulas por professores/as que lecionam a disciplina de História, estão os jornais e demais materiais impressos, como destaca Francisco das Neves Alves:

A linguagem, a grafia, a organização editorial e as construções discursivas dos jornais antigos são obstáculos a ser enfrentados pelo professor, mas não motivo para a desistência da utilização de tais fontes documentais. O estudo prévio da contextualização histórica e das condições de produção de um

determinado jornal, ou seja, das relações inter, intra e extradiscursivas que cercam a sua publicação, são ações básicas para que o docente possa lançar mão de tal documentação, calcado essencialmente numa bibliografia de apoio e no conhecimento de causa acerca do seu objeto de estudo. Após aparar tais arestas, o professor poderá levar até seus alunos as informações/opiniões contidas no jornalismo de tempos pretéritos, não podendo deixar de lado considerações como as faixas etárias, as etapas de formação e o poder de interpretação/abstração de cada conjunto de estudantes com os quais pretende empreender o trabalho. (ALVES, 2012, p. 21).

Dentre as diversas possibilidades de análise destacadas por Alves, está a de se utilizar a Imprensa do território onde se está inserido. “Os periódicos trazem em si uma quantidade praticamente imensurável de dados sobre as vivências humanas nos seus mais variados fundamentos, seja o político, o social, o econômico, o cultural, o ideológico, o religioso, entre tantos outros” (ALVES, 2012, p. 21). E aqui se insere as discussões acerca das representações de gênero.

Reconhecendo a importância do uso de documentos históricos para o ensino da História, em especial o jornal, o trabalho propõe – além de analisar uma parte pouco explorada de um periódico local – a construção de um material paradidático para professores discutirem representações de gênero por meio desta fonte.

CAPÍTULO 2 – TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E IMPRENSA

O capítulo anterior foi dedicado ao resgate histórico das relações entre Imprensa e História, à historicização da fonte de pesquisa deste trabalho – o jornal *Gazeta do Povo* – e ao uso de periódicos no ensino de História. Neste, o foco será apresentar e compreender a participação feminina no mundo formal do trabalho e o processo de industrialização brasileiro e paranaense – em especial as transformações da capital do estado.

Enquanto o mundo acompanhava aflito os desdobramentos dos conflitos mundiais, o Brasil empreitava seu plano de industrialização e forte urbanização liderado pelo Estado – principalmente nos Governos de Getúlio Vargas. Por meio de referenciais bibliográficos, também buscou-se analisar como a pacata vila de Curitiba foi, aos poucos, se transformando na cidade dos barões da erva-mate, na cosmopolita dos imigrantes e na sede de inúmeros comércios, fabriquetas e indústrias que movimentaram a economia e geraram emprego e renda a seus habitantes que se multiplicaram após a virada do século XIX para o XX.

Tais transformações socioeconômicas impulsionaram o surgimento de uma nova elite comerciária e industrial e a necessidade de buscar mão de obra por meio dos anúncios em jornais. Os empreendimentos industriais e urbanísticos afetaram comportamentos e abriram espaço ao surgimento de novas profissões e participações sociais fora do espaço privado dos lares, mesmo que isso significasse sair de uma casa e desenvolver atividade laboral em outra.

2.1 HÁ VAGAS: INDUSTRIALIZAÇÃO E AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

Ao dissertar sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho, Elisiana Renata Probst (2003) afirma que a maior saída da mulher do ambiente doméstico teria sido patrocinada pelos conflitos mundiais (a Primeira Guerra Mundial de 1914 - 1918 e a Segunda Grande Guerra de 1939 - 1945) e, principalmente, pela falta de mão de obra masculina. Embora muito aceita, a análise de Probst (2003) não é unanimidade.

Ao estudar relações de trabalho e gênero, Glaucia de Lima Dalonso (2008) observa que a Revolução Industrial⁷ foi um marco da participação feminina no mundo do trabalho na era capitalista. “Após a Revolução Industrial, a mulher deixou o espaço privado (casa, marido, filhos) e passou a ocupar o espaço público, assumindo uma profissão” (DALONSO, 2008).

Seguindo uma visão mais conciliadora, pode-se considerar que o processo de ocupação dos espaços privados do mundo do trabalho pela mão de obra feminina (e infantil) tenha se iniciado com as maquinofaturas e fora ampliado com os adventos das guerras mundiais – devido principalmente à necessidade de mão de obra ao espaço fabril industrial e ao fato de que muitos homens haviam sido recrutados para os campos de batalha.

Saindo do âmbito da discussão das motivações da entrada das mulheres nos espaços fabris, é fato que houve reflexos desse ingresso da mulher na esfera pública e no mundo de trabalho. Tal situação ocasionou uma mudança substancial na sociedade, proporcionando que elas desempenhassem “necessariamente um papel maior na vida econômica, nas administrações e na política, tornando-se difícil recusar-lhes o direito de elegerem e serem elegíveis” (GARAUDY, 1982, p. 32).

Ao final da guerra, muitos homens morreram e os que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres deixaram a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos. (DALONSO, 2008).

Embora tenha tido participação na Segunda Grande Guerra, o Brasil não teve tantas baixas quanto as nações envolvidas diretamente no conflito⁸. Neste sentido, a afirmação de Dalonso (2008) – aliando a entrada feminina no mundo do trabalho com o processo de industrialização – é mais pertinente no caso brasileiro. O que torna necessária a busca de referenciais sobre os processos que sucederam a substituição da manufatura brasileira pelo processo de fabricação através de máquinas.

Diferente de países europeus, a industrialização brasileira se deu de maneira tardia. Uma das grandes referências no estudo do desenvolvimento econômico

⁷ Entende-se por Revolução Industrial, neste trabalho, o conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX, sendo sua principal característica a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado, bem como o uso de máquinas.

⁸ Dos 25.334 combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), morreram em combate 450 praças, 13 oficiais e 8 pilotos.

brasileiro é Caio Prado Júnior (1998). Em sua análise, a abertura dos portos em 1808 até 1844 com baixas tarifas alfandegárias facilitou a entrada de produtos manufaturados estrangeiros – de maior qualidade e produzidos em grande escala.

Para Prado Jr. (1998), os produtos europeus deram um "golpe de morte" nas tímidas manufaturas brasileiras. O autor lista algumas circunstâncias que dificultavam o estabelecimento da indústria moderna no país, tais como: falta de fontes de energia para as máquinas; embora tivesse uma das maiores reservas de ferro, não havia siderurgia; e a deficiência de mercado consumidor.

A situação brasileira, neste particular, era a mais inconveniente. O nível demográfico e econômico do país e o padrão de vida da sua população eram ínfimos. Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes. A orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis. Os poucos milhões de habitantes espalhavam-se ao longo de um litoral de quase 6.000 km de extensão, e sobre uma área superior a 8 milhões de km²; agrupam-se por isso em pequenos núcleos largamente apartados uns dos outros, e sem contatos apreciáveis. Era assim constituído o mercado que se oferecia à indústria brasileira; não lhe podia ser mais desfavorável. (PRADO JR, 1998 p. 258).

O autor também elenca fatores que teriam contribuído com o desenvolvimento de uma indústria nacional. De acordo com Prado Jr, teriam corroborado com o processo de industrialização ainda modesto do século XIX a queda no câmbio e o consequente encarecimento dos produtos importados, a elevação progressiva das tarifas alfandegárias a partir de 1844 e a produção de algodão.

Para ele, “efetivamente a maquinofatura se iniciará no Brasil com a indústria têxtil que até muito recentemente representará sua parte substancial” (PRADO JR, 1998, p. 259). Por último, e não menos importante, está a abundância de mão de obra barata.

Numa economia agrária e escravista como a nossa, e onde a grande lavoura teve um papel absorvente e monopolizador das atividades rurais, a grande massa dos homens livres fica à margem. É o que se verifica efetivamente, e sintoma disto será a desocupação e a vadiagem que representaram sempre o estado normal de uma grande parte da população da colônia. Aí a indústria nascente encontrará um amplo abastecimento de mão-de-obra; deficiente, é verdade, e muitas vezes precária e incerta. Mas compensando-se com seu ínfimo preço. (PRADO JR, 1998, p. 259).

Ao citar o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras realizado em 1907, Prado Jr (1998) destaca que foram descritos 3.258 estabelecimentos industriais que empregavam pouco mais de 150 mil operários. De acordo com o estudo de Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1991), que aborda a industrialização e as relações de trabalho de 1889 a 1930, a maior parte dos operários desse período era composta por pessoas que imigraram do velho continente.

O operariado era basicamente estrangeiro. Imigrantes europeus que haviam chegado em massa, em meados da década de 1880, para trabalhar nas lavouras, especialmente nas lavouras de café, foram o principal contingente da classe operária urbana que se formava no país. (DECCA, 1991, p. 11).

Prado Junior (1998), ao tratar da localização das indústrias, cita que a maioria delas estava instalada na capital da República – à época, o Rio de Janeiro – seguida por São Paulo e Rio Grande do Sul.

A distribuição das atividades industriais ainda mantém em 1907 a estrutura anterior: a indústria têxtil e a de alimentação compreendem a parte substancial do conjunto. Outro caráter a assinalar é sua extrema dispersão. Somente as indústrias de fiação e tecelagem de algodão, lã e juta apresentam certa concentração. Nas demais, encontra-se excepcionalmente algum grande estabelecimento; o resto são pequenas unidades que não passam realmente de modestas oficinas com reduzido número de operários e inversão insignificante de capital. (PRADO JR, 1998, p. 261).

Para o autor, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) deu um grande impulso à indústria brasileira. Não somente pelo declínio na importação de produtos oriundos de países envolvidos no conflito, como também a queda no câmbio. Ao citar um censo realizado no pós-guerra, em 1920, Prado Jr verificou mais de 13 mil estabelecimentos industriais, sendo que desses, “5.936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra” (PRADO JR, 1998, p. 261).

Já Warren Dean (1971), ao analisar o crescimento e a concentração industrial paulista, enumera fatores que teriam contribuído com o crescimento do parque industrial do estado de São Paulo nos primeiros anos do século XX. Dentre eles: a facilidade na obtenção de crédito, independência em relação ao Rio de Janeiro, modais logísticos herdados/compartilhados com o mercado cafeeiro, políticas fiscais favoráveis e, o principal, mercado do café.

É evidente que o crescimento continuado da indústria paulista resultou do crescimento do café. O negócio do café proporcionava a procura, as perspectivas do negócio do café estimulavam o investimento, em sua maioria do setor do café, e o negócio do café criava as despesas gerais econômicas necessárias e pagava aos impostos. Durante os anos em que o café se vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa. (DEAN, 1971, p. 93).

É neste contexto de forte industrialização da virada de século – de expansão urbana e excedente de mão de obra – que se aumentam as possibilidades de mulheres brasileiras trabalharem formalmente fora de suas casas. Neste sentido, a ocupação feminina no mundo do trabalho brasileiro está fortemente ligada ao processo de industrialização do país, que teve início na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da indústria têxtil no Nordeste, tendo posteriormente se deslocado para a região Sudeste (RAGO, 1985).

Sobre a percepção do trabalho feminino, Joan Scott ressalta que, embora ele tenha conquistado maior visibilidade em meados do século XIX e início do XX, sempre existiu:

É evidente que ela existia já muito antes do advento do capitalismo industrial, ganhando o seu sustento como fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo da Europa e da América. (SCOTT, 1991, p. 443).

Ao tratar das condições de trabalho nos espaços fabris paulistanos do início do século XX, Warren Dean (1971) descreve um cenário de exploração humana em São Paulo que “difícilmente se justificariam”. Segundo ele, “em 1920, o industrial paulista médio percebia cerca de quatro mil-réis (sessenta centavos de dólar) por dia e, para ganhá-lo, trabalhava dez horas ou mais, seis dias por semana” (DEAN, 1971, p. 163).

Outro dado que chama a atenção do autor é o uso da mão de obra feminina e infantil. “As mulheres representavam cerca de um terço da força de trabalho, e havia muitas crianças; é possível que metade de todos os operários fosse menor de dezoito anos e 8% eram menores de catorze” (DEAN, 1971, p. 163). Para Decca (1991), a farta disponibilidade de mão de obra e o emprego do trabalho feminino e de crianças nas fábricas justificavam salários extremamente baixos.

2.2 HÁ VARGAS: UM PROJETO NACIONAL COM REGISTRO EM CARTEIRA

Embora seja necessário questionar a existência de uma historiografia que corrobore para uma noção de Brasil industrializado, é muito presente nos estudos que o processo de desenvolvimento do setor de transformação no país foi – em grande parte – impulsionado pelas ações econômicas e políticas empreendidas pelo presidente Getúlio Vargas. A “Era Vargas” teve início com a “Revolução de 1930”, fruto de um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que estavam insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais e que resultou em um golpe de Estado.

O Golpe derrubou o então presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e colocou fim à chamada “República Velha”. O que se sabia até a chegada desse brasileiro de estatura mediana e bom orador ao poder era que ele havia nascido em São Borja, no estado do Rio Grande do Sul, oriundo de uma família poderosa, “advogado e deputado pelo PR, foi ministro de Washington Luís até 1928, quando se elegeu presidente do Estado. Perdeu a eleição presidencial de 1930, mas encontrou o caminho do poder pela via armada” (ROCHA, 2000, p. 70).

Seus primeiros anos no período de governo provisório foram marcados pela forte centralização, com medidas que conferiam ao presidente os poderes Executivo e Legislativo, dissolução do legislativo em todas as esferas, além da nomeação de interventores nos estados. “A face da ditadura mostrava-se clara” (ROCHA, 2000, p. 70). Outra característica que marcou esse período inicial do governo Vargas foi a criação de políticas públicas voltadas ao mundo do trabalho. Neste sentido,

Foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e as primeiras leis trabalhistas foram impostas à relação entre patrões e empregados. Com a regulamentação do trabalho feminino e dos menores, a jornada de trabalho de oito horas, a carteira profissional e o descanso semanal remunerado, o governo impunha regras na exploração do trabalho. Depois viriam os sindicatos com que Getúlio assumia o controle do movimento operário, através do Estado corporativista. (ROCHA, 2000, p. 70).

Com grande habilidade política, Getúlio soube administrar os interesses de diferentes setores socioeconômicos. Seja atendendo suas demandas, aglutinando no governo ou exercendo controle direto – como no caso dos sindicatos. Para atender os cafeicultores, em meio aos efeitos da crise de 1929, o governo passou a comprar e

queimar toneladas de café até que os preços e a demanda se estabilizassem. Ao mesmo tempo em que atendia o setor agrário, Getúlio Vargas insistia na industrialização, ainda que inicialmente tímida.

No princípio, os interesses agrários não permitem que se adotem uma política ostensivamente protecionista, com tarifas suficientemente elevadas para o desenvolvimento de uma indústria autônoma. O que se vê é a instalação de fábricas cujos artigos não sofrem a concorrência de produção estrangeira e que se beneficiam de um mercado consumidor restrito. (MOTTEIRO, 1989, p. 311).

Autores divergem sobre o que teria motivado Vargas a forçar a criação e instalação de indústrias no país. Jucenir Rocha (2000) afirma que o setor cafeeiro era prioridade, mas a “industrialização continuava nos planos de Vargas, uma vez que os efeitos da crise mundial atingiam o Brasil, exigindo uma política de substituição de importações” (ROCHA, 2000, p. 71). Já Hamilton de Mattos Monteiro (1989) sustenta que, embora a conjuntura internacional fosse delicada, a industrialização do país não nasceu para substituir as importações, devido a crises internacionais. Para o autor, foi o “desequilíbrio setorial”, em decorrência da predominância de um século de café que gerou as condições propícias à industrialização do país, mais centralizada e especificamente no estado de São Paulo.

Sonia Regina de Mendonça (1989) defende a ideia de que a industrialização brasileira se iniciou rapidamente por ter se tornado uma política de Estado e foi encarada como crucial para o desenvolvimento do país. Segundo ela,

Inegavelmente a visão de indústria como alternativa para o desenvolvimento ganhou corpo ao longo dos anos 1930-40. Esboçava-se um “projeto” de industrialização pesada que, a despeito de limitado e inconcluso, foi a tônica de organização do próprio Estado. Entre 1930 e 1945 o Estado brasileiro avançou seu processo de constituição enquanto Estado nacional e capitalista, inscrevendo na materialidade sua essência – pela multiplicação de órgãos e instituições – os diversos interesses sociais em jogo, metamorfoseados em ‘interesses nacionais’. (MENDONÇA, 1989, p. 328).

Passado o período de governo provisório (1930-1934), Getúlio passou a governar o Brasil por meio de uma nova Constituição (1934-1937). Com amplos poderes, o presidente sancionou medidas democráticas como o voto secreto e o voto feminino. No entanto, foi durante o período ditatorial do Estado Novo (1937-1945) que grandes transformações sociais e econômicas aconteceram.

Sob o pretexto da existência de um plano comunista para a tomada do poder – também chamado de Plano Cohen – Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e impôs ao país uma nova Constituição, conhecida como "Polaca", devido sua inspiração na Constituição da Polônia, de tendência fascista. No aspecto social, o regime do Estado Novo impôs censura aos meios de comunicação, reprimiu e perseguiu adversários.

Na questão econômica, Getúlio estimulou uma atividade econômica estatal e nacionalizante com foco, sobretudo, na implantação da indústria de base – aquela que produz máquinas para a transformação/beneficiamento da matéria-prima.

Sem dúvida alguma a industrialização brasileira teve seu 'arranco' a partir das transformações ocorridas ao longo da década de 1930. Estabeleceram-se então os contornos iniciais da implantação de um núcleo de indústrias de base, assim como a definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do polo urbano-industrial enquanto eixo dinâmico da economia. (MENDONÇA, 1989, p. 327).

Foi durante o período do Estado Novo que Getúlio – em meio à Segunda Guerra Mundial – pôde financiar grandes empreendimentos industriais públicos geradores de matérias-primas para a indústria de base. Aproveitando da localização estratégica do Brasil, foi "leiloando seu apoio" (ROCHA, 2000, p. 81) que Vargas conseguiu viabilizar junto aos Estados Unidos projetos grandiosos como a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores.

O raciocínio predominante era simples: o investimento inicial de capital para a indústria pesada era muito alto; por isso, o retorno do investimento era lento; e, portanto, os riscos eram grandes. Ora, como as empresas privadas não se dispunham a correr tais riscos, o jeito era o estado assumir a tarefa. Dessa forma, era quase consenso que o mais ágil e competente dos empresários era o Estado. Afinal, ele tem o poder político, o financeiro e a vantagem de não falir. (ROCHA, 2000, p. 81).

Tal proximidade com os norte-americanos fez com que o Brasil abandonasse a posição neutra e entrasse no conflito contra os nazifascistas. No plano social, Vargas sancionou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criou a Justiça do Trabalho, tornou lei o salário mínimo, a contribuição sindical obrigatória, as férias remuneradas e a previdência social. Apesar de não agradar todas as linhas ideológicas sindicais, Getúlio amealhou apoio da maioria:

No entanto, entre a massa operária, a postura parece ser outra. Para muitos familiarizados com as associações mutualistas, Getúlio Vargas atendia a certas expectativas, como no caso da generalização dos institutos de previdência, garantindo aos trabalhadores o direito à aposentadoria. Além disso, através da legislação que acompanha a implantação dos sindicatos corporativos, Vargas consegue sensibilizar inúmeros militantes oriundos das lutas socialistas. A Consolidação das Leis Trabalhistas, firmada em 1943, viabiliza isso. Nela determina-se que, a partir de então, o trabalhador dispensado deveria ser indenizado, a mulher operária teria direito a serviços de amparo à maternidade, assim como se restringe a exploração do trabalho infantil. Isso para não mencionar a criação de uma justiça do trabalho, com o intuito de intermediar os conflitos entre patrões e empregados. (PRIORI; VENANCIO, 2010, p. 256).

Para Mary Del Priori e Renato Venâncio (2010), “Getúlio Vargas, dessa maneira, surge aos olhos de muitos como o protetor”. Para Mendonça (1989), a política sindical e trabalhista praticada por Getúlio era “o exemplo mais cabal da ação reguladora do Estado”. “A fixação do salário mínimo em 1940 além da obrigatoriedade do sindicato único atrelado ao Estado – é sua melhor ilustração” (MENDONÇA, 1989, p. 329).

Sob o governo de Vargas as mulheres brasileiras conquistaram diversos direitos, tanto políticos, quanto sociais. Além do direito ao voto feminino, “diversos decretos introduziram avanços inegáveis na legislação trabalhista, favorecendo a população feminina que laborava na indústria e no comércio” (OSTOS, 2012, p. 328), como lembra Natascha Ostos (2012), tais como:

Concessão do direito à licença-maternidade; proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro semanas antes e após o parto; direito da mulher em período de aleitamento a descansos diários, ao longo de seis meses depois do parto; direito a repouso de duas semanas caso a gestante sofresse aborto natural; proibição do trabalho feminino em subterrâneos e outras atividades perigosas e insalubres; igualdade salarial para ambos os sexos, desde que no desempenho das mesmas funções; proibição do trabalho noturno às mulheres, entre dez da noite e cinco da manhã (Decreto nº 21.417A, 17/05/1932). Os benefícios de algumas dessas medidas são inegáveis, e muitas dessas conquistas se deveram à luta incansável das trabalhadoras em prol de uma vida mais digna, na qual não vigorasse a exploração desumana a que eram submetidas no ambiente das fábricas e dos estabelecimentos comerciais. (OSTOS, 2012, p. 328).

Uma das consequências do processo de industrialização e substituição do trabalho manual pelo mecânico foi o impulsionamento da urbanização e do crescimento populacional. Segundo Monteiro (1989), já durante a chamada Primeira República (1889-1930) o país experienciou um elevado processo de urbanização e, conseqüentemente, crescimento populacional nas urbes.

Até o censo de 1940 não se tem uma estatística precisa sobre a distribuição espacial da população brasileira no que se refere a divisão entre rural e urbano. Mesmo depois não é muito fácil fazer-se essa distinção, posto que os censos consideram como população urbana aquela que vive em sedes de municípios, o que nem sempre dá conta da realidade. De qualquer forma, observa-se uma tendência à urbanização acelerada no período em estudo. (MOTEIRO, 1989, p. 310).

De acordo com Monteiro (1989), a população urbana que, em 1940, era de 12.945.641, passou para 18.782.891 em 1950, abrigando proporcionalmente mais de 30% da população brasileira. Como São Paulo possuía maior infraestrutura para o desenvolvimento das indústrias, a região Sudeste foi a que mais cresceu. “No mesmo período, o Sudeste passa de 7.228.370 para 10.713.622, em termos de contingente urbano, significando, proporcionalmente, algo em torno de 17% e 20% da população nacional” (MOTEIRO, 1989, p. 310).

A pujança da indústria paulista acabou por promover não só a concentração demográfica no estado de São Paulo, mas também por repetir velhas desigualdades.

Desde então, entre o Sudeste e as demais regiões brasileiras, vão-se aprofundando as disparidades, à medida que cresce o parque industrial. A tendência será a especialização forçada, em função desse novo centro dinâmico da economia nacional, fornecendo matérias-primas ou alimentos, enfim, artigos primários em troca de manufaturados, reproduzindo internamente uma relação que já conhecíamos em termos de comércio internacional. (MOTEIRO, 1989, p. 315).

Também abordando o processo de industrialização ocorrido no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930, o professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), Wilson Cano (2012), relata que apesar das crises vivenciadas pelo país no início do século XX – no que se refere ao processo de desenvolvimento econômico – o saldo foi positivo.

Apesar de que alguns anos do período se apresentam como maus (21-22 com a crise dos preços do café, 24 com a revolução, 29 com a depressão), o período como um todo apresenta resultado médio espetacular; grande aumento físico e de valor nas exportações; notável expansão da área plantada dos demais produtos, além da área cafeeira; ‘boom’ de investimento industrial; maior inserção produtiva do capital forâneo; instalação de novos setores industriais mais complexos; e ampliação e diversificação urbana. (CANO, 2012, p. 82).

Segundo Cano (2012), a indústria de transformação vivenciou um “boom” de investimentos, expandiu sua capacidade produtiva e diversificou suas linhas de produção. A concentração das novas atividades fabris se deu no estado de São Paulo, sendo novos segmentos como a metalurgia, mecânica, elétrica, transporte e química implantados naquele estado. Mesmo assim, “é fato que o setor têxtil algodoeiro foi um dos que mais investiu, a ponto de gerar uma crise de sobrecapacidade produtiva” (CANO, 2012, p. 83).

Vale ressaltar que foram as indústrias têxteis – citadas tanto por Caio Prado Jr e Wilson Cano – as primeiras a abrirem espaço para o trabalho feminino e infantil, não pela especialidade, mas pelo que foi explanado por Prado Jr: o preço ínfimo dessa mão de obra.

2.3 QUEREMOS CONTRATAR: A FORMAÇÃO DE UMA (NOVA) SOCIEDADE BURGUESA NO PARANÁ

Enquanto São Paulo caminhava a passos largos no processo de industrialização, o Paraná dava passadas lentas, haja vista suas peculiaridades e morosidade de seu desenvolvimento industrial – se comparado à região Sudeste. Referências disponíveis fisicamente e em repositórios digitais – que tratam do processo de industrialização do Paraná e de sua capital antes da década de 1970 – são reduzidas. Estudos disponíveis apontam o estado como produtor e exportador de erva-mate e madeira.

O professor Claudio Roberto Bragueto (1999) afirma que até a década de 1930, “a indústria do Estado mantinha-se ligada aos recursos naturais coma o mate e a madeira, estando voltada para mercados externos, do exterior ou do resto do país, pouco tendo a ver com a base e a dimensão de um mercado local” (BRAGUETO, 1999, p. 149). A produção ervateira foi ponto crucial para o desenvolvimento e urbanização de Curitiba. Segundo Ruy Wachowicz (2010), passado o período de exploração de ouro, Curitiba era em 1853 uma vila em expansão “com 308 casas e mais de 50 em construção. O centro da vila era iluminado por 13 lampiões de azeite de peixe” (WACHOWICZ, 2010, p. 89).

Se a vila se encontrava isolada da marinha e tinha desenvolvimento lento até 1873 (WACHOWICZ, 2010), o quadro se reverteu após a construção da Estrada da Graciosa naquele ano, e ficou ainda mais acelerado em 1885 com a inauguração da

estrada de ferro que facilitou ainda mais o transporte e a comunicação com o litoral. De acordo com Bragueto (1999), fatores como a conclusão da estrada da Graciosa – que ligava Curitiba ao litoral – e a "atuação política da burguesia industrial dentro do aparelho do Estado" (BRAGUETO, 1999, p. 151) levaram a uma concentração industrial no primeiro planalto, o que é endossado por Leandro Niehues (2014):

A industrialização do Paraná até a década de 1930 estava atrelada ao mate e a madeira atendendo o mercado exterior e brasileiro, principalmente do Sudeste, não havendo, entretanto, muitas relações comerciais a âmbito do mercado local (paranaense). Estas indústrias estavam concentradas no chamado 'Paraná tradicional' que abrange os Campos Gerais, Curitiba e seu entorno e o litoral. (NIEHUES, 2014, p. 456).

Em “Semeando iras rumo ao progresso”, Magnus Pereira (1996) ressalta contribuições do mate e, posteriormente, da indústria do mate, para o desenvolvimento industrial e urbano do Paraná e, em especial, de Curitiba. Para o autor, o Paraná era, até meados do século XIX, uma região eminentemente agrária.

Além da exploração do mate, as atividades econômicas quase que exclusivas eram a agricultura de subsistência e uma forma de pecuária voltada mais ao comércio de passagem e à invernagem (engorda) do que propriamente à criação. O quadro urbano regional era constituído de núcleos extremamente modestos, onde se concentravam o comércio varejista, uma pequena burocracia, alguns artesãos e umas tantas prostitutas. (PEREIRA, 1996, p. 10).

De acordo com Magnus Pereira, os Campos Gerais – na rota das tropas – era a terra dos fazendeiros, dos casarões coloniais portugueses, que vivam a vida no campo e que tinham uma relação bem ínfima com o espaço urbano (limitado à missa ou à burocracia). Já a sociedade construída entorno do mate tinha uma relação muito forte com o espaço urbano.

A burguesia ervateira, seus trabalhadores fabris, bem como outros setores da população ligados indiretamente ao mate habitavam preferencialmente nas cidades. Dependiam do mercado urbano para suprir a quase todas as suas necessidades. E mais, estas necessidades eram, de maneira crescente, determinadas por sua vivência urbana. Passou a exigir do estado ruas pavimentadas, iluminação noturna, saneamento e lugares para passeio, demandas típicas de quem vive em caráter permanente na cidade. (PEREIRA, 1996, p. 11).

Mas esta nova elite paranaense começa a surgir após 1722, quando a Coroa Portuguesa autoriza a exploração e comercialização da erva-mate com a região

Platina – após medidas protecionistas implementadas pelo governo paraguaio. Inicialmente o processo era todo manual, da colheita ao beneficiamento. “A finalidade dessa permissão era afugentar o marasmo em que viviam as populações do sul do país” (WACHOWICZ, 2010, p. 154).

O que era para afastar do ócio uma população “acomodada” virou uma das principais atividades econômicas do estado e, em meio século, os burgueses do mate passaram a ter sob controle um parque fabril bem tecnificado (PEREIRA, 1996). “A burguesia industrial do mate, tal como veio a se constituir, não preexistia à sua indústria. Ela formou-se no mesmo processo em que se formaram os produtores rurais de mate e os jornaleiros fabris dessa indústria” (PEREIRA, 1996, p. 20).

Outro grande abismo entre esse novo extrato social com os latifundiários dos Campos Gerais era que, além da vida urbana, da mecanização do processamento do mate, também privilegiaram o emprego de mão de obra livre.

A ‘novidade’ do engenho paranaense era a vinculação, desde o início, da tração hidráulica com a utilização de mão de obra livre assalariada. O que, na prática, estava sendo posto em jogo era uma determinada concepção de fábrica, onde também trabalhassem homens livres, contrariando a concepção dominante do Brasil colonial, onde o engenho se desenvolvera no âmbito exclusivo das relações escravistas de trabalho. (PEREIRA, 1996, p. 50).

O emprego de homens livres nos engenhos se dava mais pelo custo de um escravo e à própria sazonalidade da produção ervateira, trocando em miúdos, era mais viável financeiramente contratar uma pessoa assalariada nos períodos de colheita e beneficiamento a comprar e manter escravos – principalmente aos que lidavam diretamente com o processo final de produção.

Mesmo com as mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil em fins do século XIX, com a instalação da República e o norte econômico voltado para a produção e exportação de café, o mate foi por muito tempo o principal produto do estado.

No início do regime republicano já era o café o esteio da economia brasileira. O Paraná, na ocasião, ainda não aparecia como produtor da rubiácea; longe estava ainda de se tornar o maior produtor brasileiro. A base da economia paranaense continuava sendo a produção da erva-mate, apesar das crises sucessivas que enfrentava no seu instável mercado. Em 1902, o mate representava ainda 31% do orçamento do estado. A indústria de manufaturas dava seus primeiros passos. As maiores fábricas do estado eram a de fósforos, de excelente qualidade, de sabão e velas, massas alimentícias e cerâmica, nos arredores da capital. (WACHOWICZ, 2010, p. 249).

Cabe ressaltar que o ciclo econômico da erva-mate não foi duradouro⁹ – sendo suplantado pela exploração do pinho pela indústria madeireira – mas foi marcante no processo de desenvolvimento da capital paranaense. A presença da burguesia ervateira e seus palacetes ecléticos ilustram bem a Curitiba da virada do século e das primeiras décadas de 1900.

O período foi marcado por grandes transformações urbanas e sociais, em que a cidade firmava seus processos de “modernidade”, com crescente populacional e urbanístico:

Quadro 1 – População de Curitiba (1870 a 1950)

População nos Censos Demográficos e Estimativa da População nos Intervalos dos Censos de Curitiba - 1870 a 1950	
1870	11.849
1880	16.987
1890	24.553
1900	49.755
1910	62.689
1920	78.986
1930	105.403
1940	140.656
1950	180.575

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1853 a 2010, Contagem Populacional 1996, IPPUC – Estimativas demais anos (2020).

De acordo com Loeffler (2009), na passagem do século XIX para o século XX, Curitiba vivenciou relativa expansão econômica e social, influenciada – dentre outros fatores – pela vinda de imigrantes, que tiveram participação nas atividades comerciais e industriais paranaenses. “Ocorreu não só um processo de crescimento populacional

⁹ Após queda na exportação de erva-mate para a Argentina, que de principal compradora passou a produzir e beneficiar o produto, teve início a exploração da madeira no Paraná. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) também serviu de estímulo à extração e exportação da madeira de pinho. A atividade madeireira logo se tornou a principal fonte de arrecadação do estado (WACHOWICZ, 2010, p. 249).

e econômico, mas também se almejava a modernização da sociedade, e para tal era imprescindível a necessidade de diversificação da economia e que se fizessem melhorias gerais” (LOEFFLER, 2009, p. 39).

E foi na primeira década do século passado que a capital paranaense recebeu instalações de rede elétrica, pavimentos em ruas e calçadas. Os bondes que eram movidos à tração animal passam a ser movidos à eletricidade e fechados "oferecendo mais conforto e segurança a seus passageiros; os automóveis começam a disputar espaço com as carroças, os quais começam a ser importados pelos barões do mate” (FENIANOS, 1995, p. 36).

Com maior agitação na cidade, popularizaram-se os meios de comunicação. Segundo Loeffler (2009), Curitiba apresentava nas primeiras décadas do século um ambiente cultural “bastante diversificado e até controvertido”. “Os jornais mais lidos na época eram a Gazeta do Povo, o Correio do Paraná e, a partir de 1923, o Jornal O DIA; entre os quais fulguravam na cidade” (LOEFFLER, 2009, p. 41). E é nesses jornais que essa nova burguesia anunciava suas demandas por mão obra a partir de suas necessidades, valores e representações acerca do que seriam papéis sociais femininos e masculinos idealizados e aceitáveis na sociedade e, conseqüentemente, no mundo do trabalho. Nos classificados, especificamente na seção de “oferecem-se”, homens e mulheres, profissionais ou autônomos – imbuídos desses valores – também anunciavam sua força de trabalho e aptidões em busca de uma contratação.

CAPÍTULO 3 – REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS CLASSIFICADOS DE EMPREGO

Nas páginas anteriores foram apresentados processos que viabilizaram maior participação feminina no mundo do trabalho formal, foi abordada a industrialização brasileira – em especial a partir das políticas governamentais empreendidas por Getúlio Vargas – e transformações socioeconômicas paranaenses e curitibanas nas primeiras décadas do século XX. Neste capítulo será desenvolvida a análise das representações sociais de gênero em Curitiba durante o Estado Novo (1937-1946).

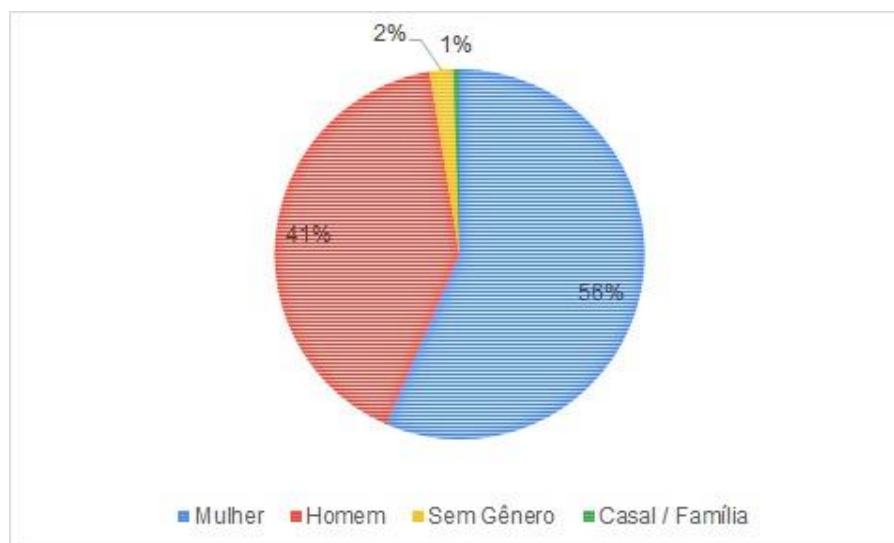
Por meio do uso dos classificados de oferta de trabalho e de trabalhadores(as) publicados na sessão de “Pequenos Anúncios”, do jornal curitibano Gazeta do Povo, verificou-se que as oportunidades de conseguir uma colocação no mundo do trabalho formal diferiam conforme o gênero da pessoa que pretendesse se candidatar a uma vaga anunciada ou se anunciava. Mostraram ainda que, somadas às desigualdades de gênero, imbricavam questões étnico-raciais, de idade e remuneração.

3.1 ESTAMOS CONTRATANDO: MAIS VAGAS FEMININAS, MAIS OPORTUNIDADES MASCULINAS

A partir do levantamento dos classificados e tabulação das ofertas de trabalho publicadas na Gazeta do Povo foi possível visualizar que a maioria dos anúncios eram direcionados ao público feminino, mas seu campo de atuação era limitado. No oposto, com vagas reduzidas, as oportunidades destinadas ao público masculino revelaram uma gama de oportunidades de atuação de trabalho.

Anúncios cujos textos não indicavam o gênero ou explicitamente aceitavam homens e mulheres aqui são tratados como “sem gênero” e representaram apenas 2% dos classificados. Já as oportunidades que endereçavam a casais – geralmente para trabalho em chácaras com funções aos dois ou apenas ao marido – somam 1% do total.

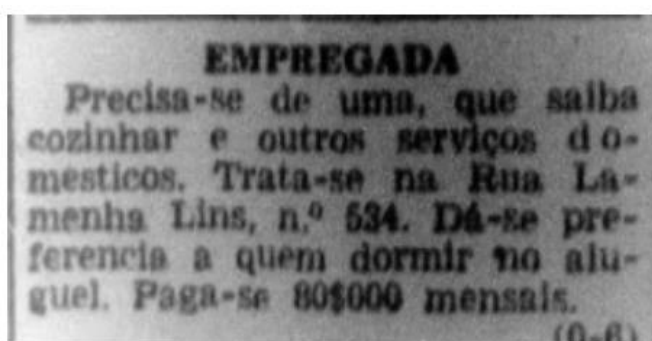
Figura 4 - Total de anúncio por gênero



Fonte: o autor

Nas publicações analisadas, 1.126 ofertas publicadas eram destinadas ao público feminino. No entanto, praticamente dois terços das oportunidades eram para as funções de “empregadas” e “cozinheiras”, que somaram 732 anúncios, como no exemplo a seguir:

Figura 5 – Precisa-se empregada



EMPREGADA

Precisa-se de uma, que saiba cozinhar e outros serviços domésticos. Trata-se na Rua Lamenha Lins, nº 534. Dá-se preferência a quem dormir no aluguel. Paga-se 80\$000 mensais.

Gazeta do Povo, 4 de março de 1940

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Esses números revelam a representação social da naturalização do feminino ao espaço do lar e aos serviços domésticos. Copiado da Europa, o modelo familiar burguês passou a ser introduzido nas elites urbanas brasileiras em fins do século XIX, de acordo com a pesquisadora Maria Ângela D’Incao (2018). Ao abordar as transformações ocorridas na sociedade brasileira desse período ela afirma que este fora marcado pelo “nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família

burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade” (D’INCAO, 2018, p. 223).

De acordo com a autora, “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível” (D’INCAO, 2018, p. 223). Além de atribuições de protetora do lar, boa mãe, cabia ao feminino zelar pela moral da família:

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos educativos e da imprensa na formação de uma série de propostas que visavam ‘educar’ a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família. A medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. (D’INCAO, 2018, p. 230).

No entanto, esse ideal de família burguesa, que por muito tempo foi apresentado como generalizado, era distante da maioria dos lares brasileiros. Ao analisar a relação entre mulheres pobres e a violência no espaço urbano, Rachel Soihet (2018) afirma que a estrutura das famílias populares “assumia uma multiplicidade de formas”, com destaque para “inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós” (SOIHET, 2018, p. 362).

Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular. A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo da reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível não remunerada do trabalho doméstico das mulheres. (SOIHET, 2018, p. 362-363).

Nesta mesma linha de pensamento historiográfico, Cláudia Fonseca (2018) escreve que esse modelo patriarcal é um estereótipo baseado nas famílias burguesas. “A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa e se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua” (FONSECA, 2018, p. 517). Mas, segundo ela, fugindo

dessa visão construída para diferenciar a “mulher burguesa da pobre” e “aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa” (FONSECA, 2018, p. 517).

Os motivos que levavam essas mulheres “pobres” ou “populares” para o mundo do trabalho eram muitos. Para Soihet, “o homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de poder assumir o papel de mantenedor da família previsto pela ideologia dominante, tampouco o papel de dominador, típico desses padrões” (SOIHET, 2018, p. 370). Já Afonso aponta a “incrível mobilidade geográfica dos homens, resultado da busca incessante de emprego, deixava as mulheres periodicamente em estado de abandono” (AFONSO, 2018, p. 515).

As mulheres ‘abandonadas’ não tinham outra alternativa senão a de trabalhar. Mas em muitos casos, mesmo as que moravam com seus companheiros procuravam alguma forma de renda para escapar à miséria que representava a dependência exclusiva do salário masculino. (AFONSO, 2018, p. 515).

Além disso, as mulheres que povoavam o espaço fabril na virada do século foram, aos poucos, excluídas do chão das fábricas. Seja por pressão dos movimentos sindicais com viés moralizante (RAGO, 1985), ou dispensadas de postos de trabalhos a partir da implementação de leis protetivas promulgadas por Vargas que, por um lado visavam garantir proteção às mulheres, mas por outro deram vantagens aos homens.

Uma das maneiras de acelerar o processo de transformação do homem brasileiro era amparando as mulheres, impedindo que o trabalho fora de casa as alijasse do cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos, permitindo que dividissem o seu tempo de tal forma que as obrigações do emprego pudessem ser conciliadas com o cuidado do lar, evitando o esgotamento de sua energia física após um dia de labuta, de modo que ainda suportassem os encargos das gestações, da amamentação, do parto, da criação dos filhos e da faina do lar. (OSTOS, 2012, p. 328-329).

Neste sentido, Natascha Stefania Carvalho Ostos (2012) relembra que normativas empreendidas por Vargas¹⁰, como a “proibição do trabalho noturno às mulheres, e também em atividades consideradas insalubres ou perigosas, significava, na prática, estabelecer uma reserva de mercado aos homens” (OSTOS, 2012, p. 329).

¹⁰ Decreto n. 21.417A, 17/05/1932 regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Ele prevê a igualdade de salário para a mesma função, proíbe o trabalho feminino das 22h até 5 h; em subterrâneos, minerações, em subsolo, pedreira, e obras de construção.

Para a autora, apenas as medidas de proteção à maternidade foram as que realmente beneficiaram as mulheres:

A proibição do exercício de atividades insalubres e perigosas às mulheres só se justificava pelo desejo de preservar seus corpos para a função gestacional, dado que não poderia haver outra explicação para os homens serem autorizados a exercer funções vedadas à população feminina, abrangendo empregos que lidassem com: perigo de acidentes e de envenenamento, necessidade de trabalho atento e prudente, poeira e vapores nocivos. [...] Assim, as medidas que, concretamente, mais beneficiaram as mulheres trabalhadoras foram justamente aquelas concernentes à sua condição materna, que resguardavam a gravidez, o parto e o aleitamento, funções que garantiam a sobrevivência de um maior número de crianças, e a preservação da saúde da mãe para que pudessem cuidar dos filhos e recuperar-se fisicamente para futuras gestações. (OSTOS, 2012, p. 329-330).

Em “‘Pai dos pobres’ ou ‘Mãe dos ricos’?”, Joel Wolf (1994) expõe a inclinação das políticas do Estado Novo em reforçar os papéis tradicionais burgueses:

Embora o Estado Novo encorajasse mudanças no sistema de relações industriais, ele buscava reforçar os ‘tradicionais’ papéis para homens e mulheres neste período de grande ansiedade sobre a participação de ambos os sexos no mercado de trabalho. Neste caso quando se fala em tradicionais, está-se referindo a um ponto de vista nostálgico sobre a família burguesa, no qual o papel das mulheres era servir como mães ou manufatureiras domésticas, fora do sistema assalariado. (WOLF, 1994, 35).

Antes mesmo de marcos regulatórios, os discursos médicos já corroboravam para esse padrão social de feminilidade. Segundo Soihet (2018), “a medicina social assegurava como características femininas, razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal” (SOIHET, 2018, p. 363). Já os homens eram apresentados como o oposto, pois este conjugava “à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios” (SOIHET, 2018, p. 363).

Ainda que imbuídas desses valores e normas sociais, a maioria das mulheres, ou seja, as “mulheres populares” fugiam “ao padrão”:

Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuem características próprias, padrões específicos ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no ‘mundo do trabalho’ embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que

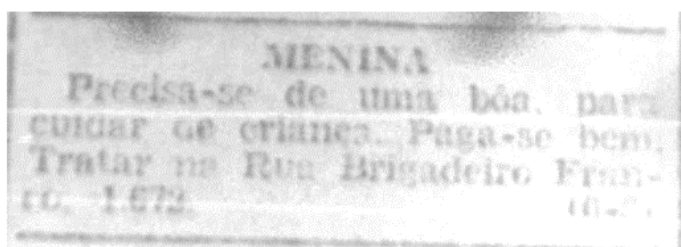
trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*. (SOIHET, 2018, p. 367, grifo da autora).

Diante desse contexto, o trabalho doméstico – também identificado como atribuição feminina – se apresentava como uma oportunidade de sustento para inúmeras mulheres, desde a virada do século. Ainda segundo Raquel Soihet (2018), as mulheres “populares” viviam em situações precárias, como autônomas, longe de obterem salários fixos. Mesmo assim, elas já tinham – assim como observado nos classificados apurados –, “maior possibilidade que os homens de venderem seus serviços: lavando ou engomando roupas, cozinhando, fazendo e vendendo doces salgados, bordando, prostituindo-se, empregando-se como domésticas, sempre davam um jeito de obter alguns trocados” (SOIHET, 2018, p. 379).

A representação do mundo do trabalho reservado às mulheres revelado pelos classificados mostra uma participação restrita. Embora algumas vagas tenham sido agrupadas por semelhança ou nomenclaturas complementares, os dados revelam – excluindo os textos que buscavam contratar anunciando apenas o gênero pretendido – um universo de apenas 49 ofícios. Desses, dez são de atribuições de auxiliares, ajudantes ou aprendizes que foram publicados 32 vezes no jornal.

Chama atenção anúncios que tinham como título – com as tradicionais letras maiúsculas – apenas o gênero pretendido, ou textos em o que gênero sobressai à função laboral a qual pretende-se contratar. Eram anúncios para contratar meninas, moças, senhoritas, senhoras, senhoras de idades, ou mocinhas – como no exemplo abaixo:

Figura 6 – Precisa-se menina



MENINA
Precisa-se de uma boa, para cuidar de criança. Paga-se bem. Tratar na Rua Brigadeiro Franco, 1.672.

Gazeta do Povo, 04 de junho 1939.

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Ao observar esse tipo de classificado, percebe-se a estrita ligação da construção social do feminino atrelado ao lar, aos afazeres e ao trabalho doméstico,

numa representação que naturaliza a condição da mulher ao espaço doméstico, às atribuições do lar – seja no seu próprio, seja fora dele, como espaço de trabalho e fonte de sobrevivência.

3.2 PREFERÊNCIA POR BRANCA OU DE ORIGEM EUROPEIA

Desenvolvido em São Paulo pelas “criadas de servir”, segundo Maria Izilda Santos de Matos (2002), o trabalho doméstico absorvia uma grande parcela das mulheres brasileiras ou recém-chegadas de países europeus. “Mulheres casadas ou solteiras, imigrantes ou nacionais, brancas ou negras, sós ou acompanhadas com filhos, empregavam-se para diversos trabalhos em casas de família” (MATOS, 2002, p. 120).

A ampliação da participação dos imigrantes no serviço doméstico se insere num quadro de transformações do mercado de trabalho. O processo imigrantista desenvolveu-se simultaneamente à construção de um discurso que valorizava o imigrante como branco, civilizado, honesto, ordeiro, sincero e pacífico, preenchendo, portanto, um perfil ideal para os serviços domésticos. (MATOS, 2002, p.122).

Esse mesmo fenômeno verificado por Maria Izilda (2002) em classificados de jornais de Santos e São Paulo também está presente nas páginas da Gazeta do Povo, do período analisado. Não raro, anúncios exigiam de suas candidatas que fossem brancas, de origem alemã ou portuguesa, mas que também dominassem o idioma local. Como nos anúncios abaixo:

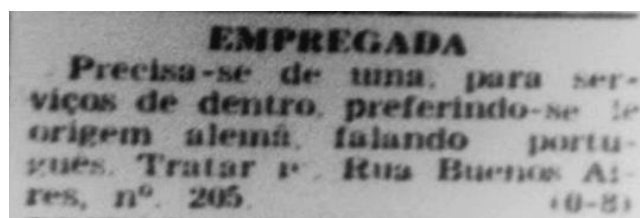
Figura 7 – Precisa-se menina branca e empregada alemã



MENINA

Precisa-se urgente de uma, de 14 a 15 anos, de cor branca, para serviços leves, de casa, etc. Informações na Rua do Rosário, 60, com a sra Martinho Schultz.

Gazeta do Povo, 7 de novembro de 1937.



EMPREGADA

Precisa-se de uma, para serviços de dentro, preferindo-se de origem alemã, falando português. Tratar na Rua Buenos Aires, nº 205.

Gazeta do Povo, 6 de fevereiro de 1938.

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Ao analisar o fluxo migratório internacional de mulheres que chegaram ao Brasil e que também daqui partiram, Maria Silvia Bassanezi (2018) descreveu o processo imigratório em “ondas”. “Mulheres chegaram ao Brasil desde a época colonial, mas se tornaram mais visíveis (por mais numerosas) a partir das últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, no que se convencionou chamar de *período de migração de massa*” (BASSANEZI, 2018, p. 170, grifos da autora).

Dentre os motivos elencados pela autora para que um grande contingente humano deixasse suas terras de origem, estavam transformações socioeconômicas vivenciadas na Europa e parte da Ásia, em especial transformações políticas profundas na Itália, Alemanha e Japão (BASSANEZI, 2018). A primeira “onda” visava atender uma demanda por mão de obra para o trabalho no campo por meio de povoamento e cultivo de territórios ditos ociosos.

Do outro lado do oceano, no Brasil, o cenário é de um país que necessita de gente para levar adiante sua expansão econômica e ocupar seu território vasto ainda pouco povoado. O rápido crescimento da cafeicultura (que também propicia a expansão da rede ferroviária e o desenvolvimento urbano e industrial), a necessidade de conquistar espaços e abastecer o mercado interno (com projetos de colonização agrícola baseados na pequena propriedade rural, principalmente nas regiões Sul e Sudeste) e importantes reformas institucionais e políticas (abolição da escravidão e estabelecimento de um regime republicano descentralizado) tornam viável a acolhida de muitos imigrantes. Uma consistente política imigratória então implantada privilegia a vinda de famílias brancas e europeias, homens e mulheres aptos para o trabalho. (BASSANEZI, 2018, p.170).

Nesta primeira grande vinda de imigrantes estavam pessoas de origem italiana, portuguesa, espanhola, alemã, polonesa, judia e ucraniana. Ainda de acordo com a autora, a segunda onda teve início após os anos de 1920, mas em ritmo menor; tendo uma nova crescente – na terceira onda – após a Segunda Guerra Mundial, em menor número que a anterior, tendo se estendido até a década de 1970 (BASSANEZI, 2018). A vida da mulher imigrante em terras brasileiras, especialmente as recém-chegadas e que viviam no e do campo, era de muita labuta, dificuldades e tutela masculina.

Na pequena propriedade rural, nos núcleos coloniais, o trabalho da mulher imigrante é semelhante ao da colona de café. Aqui é o chefe da família, o dono da terra, quem determina as atividades que devem propiciar a manutenção da família e a garantia da propriedade da terra. As mulheres participam, com os outros membros da família, do preparo das lavouras, do plantio, trato, cultivo e colheita de culturas temporárias e permanentes. Além disso, dão conta dos afazeres domésticos. Com mais liberdade de locomoção que nas fazendas cafeeiras, as mulheres dos núcleos coloniais localizados próximos às cidades vendiam aí os produtos de suas terras: ovos, galinhas, leite, queijos, legumes, frutas, feijão. Elas assumem todas as atividades da propriedade quando os homens, para aumentar a renda familiar, buscam trabalhos fora, na construção de ferrovias, na abertura de picadas e clareiras para fixação de novos imigrantes. As mulheres mais jovens e as adolescentes dos núcleos coloniais também se empregam em ‘casas de família’ como criadas ou costeiras. (BASSANEZI, 2018, p. 176).

O cenário descrito acima define bem as condições de vida das mulheres e suas famílias imigrantes que escolheram como novo lar as colônias nos arredores de Curitiba. Defendida como principal bandeira do presidente da província do Paraná, Adolfo Lamenha Lins, que “fez do problema migratório da Província a principal meta de sua administração” (WACHOWICS, 2010, p. 176). Ao observar o insucesso da isolada Colônia Assungui, no Vale do Ribeira, Lins delineou novas ações para assegurar a permanência dos novos moradores, o escoamento da produção e, principalmente, o abastecimento dos núcleos urbanos.

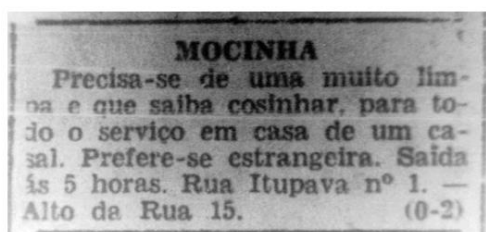
De acordo com Ruy Christovam Wachowics (2010), “foi movido por essas ideias que Lamenha Lins criou ao derredor de Curitiba o primeiro cinturão verde organizado por imigrantes no Brasil. Assim, até meados do século XX, Curitiba não sofreu mais crises de abastecimento” (WACHOWICS, 2010, p. 176). E como havia mulheres imigrantes nas áreas rurais, elas também se faziam presentes no espaço urbano.

A opção pela cidade não significava que as imigrantes deixem de trabalhar e contribuir para a renda familiar. Sem sair de suas casas, muitas delas tornam habilidades trazidas da terra natal fontes de renda financeira. São inúmeras que se transformam em costureiras, modistas, bordadeiras, chapeleiras, doceiras(...) Italianas, alemãs, portuguesas e espanholas trabalham no mercado, nas feiras, nos armazéns, nas padarias, nos bares e nas fabriquetas de macarrão, de conservas; judias, sírias e libanesas nas lojas de armarinhos, nas confecções da família; japonesas nas tinturarias, quitandas, barracas de feiras. Jovens e senhoras são empregadas nas casas de famílias mais abastadas – algumas com maior grau de instrução exercem a função de governanta, de preceptora; as mais pobres e menos instruídas, limpam, lavam, passam, cozinham. (BASSANEZI, 2018, p.177-178).

No caso de Curitiba, de acordo com Balhana (1969, p. 168), as famílias imigrantes eram numerosas e a proximidade entre os espaços coloniais com o centro urbano fazia com que as interações fossem mais recorrentes, o que possibilitava a “conjunção de atividades rurais e urbanas. Enquanto alguns membros da família se ocupavam da agricultura, outros podiam ingressar no trabalho industrial” (BALHANA, 1969, p. 168 *apud* BOSCHILIA, 1997, p. 120).

Os classificados analisados que explicitaram questões étnico-raciais revelam, neste sentido, a busca por pessoas: de cor branca, de origem ou que dominasse a língua alemã, que fosse estrangeira (europeia) e que soubesse falar português. Embora fossem procuradas faturista, datilógrafa e balconista que preenchessem tais requisitos étnicos, no geral, os anúncios buscavam por mão de obra para serviços de casa, serviços de dentro, todo serviço de casa, empregada e doméstica com tais características.

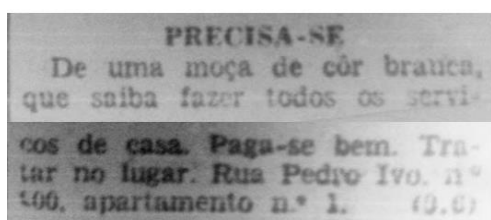
Figura 8 – Precisa-se mocinha estrangeira e moça branca



MOCINHA

Precisa-se de uma muito limpa e que saiba cosinhar, para todo o serviço em casa de uma casal. Prefere-se estrangeira. Saída às 5 horas. Rua Itupava nº 1. Alto da Rua 15.

Gazeta do Povo, 2 de outubro de 1938.



PRECISA-SE

De uma moça de côr branca, que saiba fazer todos os serviços de casa. Paga-se bem. Tratar no lugar. Rua Pedro Ivo, nº(ilegível), apartamento nº 1.

Gazeta do Povo, 6 de julho de 1941.

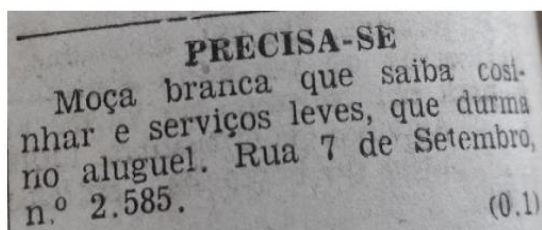
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Neste sentido, há novas semelhanças entre o que se observa neste estudo com o de Maria Izilda Santos de Matos (2002):

Para as mulheres imigrantes, o trabalho como empregada doméstica é uma opção tal como indica grande quantidade de anúncios dos jornais da época em São Paulo oferecendo ou procurando empregadas, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, arrumadeiras, governantas, damas de companhia, copeiras, ou roupeiras, pagens e babás de origem imigrante, particularmente portuguesas que eram consideradas dedicadas, honestas e com capacidade de trabalho. (MATOS, 2002, p. 122).

A origem dessa “preferência” por mulheres que possuíam características europeias pode ser variada: desde a manutenção/identificação de elementos culturais da terra de origem, como o idioma, religião, valores, confiança, padrões sociais e morais da época, que sobrevalorizavam essa mão de obra, até ideais de supremacia racial etc.

Figura 9 – Precisa-se moça branca



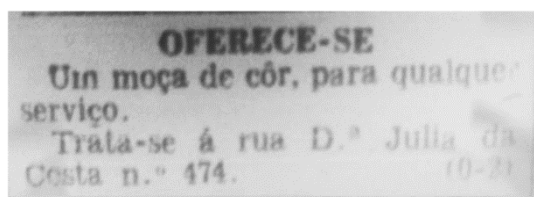
PRECISA-SE
Moça branca que saiba cozinhar e serviços leves, que durma no aluguel. Rua 7 de Setembro, nº 2.585.

Gazeta do Povo, 1 de março de 1942.

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Tal conjunção de elementos fazia com que muitos daqueles que não detinham tais características valorizadas pela sociedade empregadora da época se oferecessem informando não as possuir, como verificado no anúncio abaixo:

Figura 10 – Oferece-se moça de cor



OFERECE-SE
Um moça de côr, para qualquer serviço. Trata-se á rua D^a Julia da costa nº 474.

Gazeta do Povo, 2 de março de 1941

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Embora não observado com grande frequência nos classificados estudados, é importante ressaltar a presença de mulheres imigrantes nos espaços fabris. “Imigrantes de todas as nacionalidades também formam a grande maioria das operárias das primeiras fábricas, principalmente da indústria têxtil paulistana e do sul do país” (BASSANEZI, 2018, p. 178).

Em Curitiba, Roseli Boschilia (1997) afirma que as descendentes de imigrantes “aceitavam o trabalho fora de casa como uma etapa a ser cumprida antes de chegar a vida adulta” (BOSCHILIA, 1997, p. 122). Segundo a autora, o trabalho garantia o enxoval e a festa de casamento que deveriam, tradicionalmente, ser bancadas pela família da noiva.

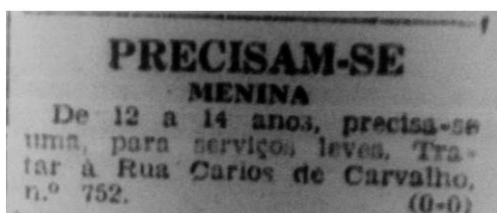
O discurso moralizante, estabelecido a partir do Estado Novo, que condenava a mulher à domesticidade, não atingiu as trabalhadoras descendentes de imigrantes porque a concepção de que elas tinham do trabalho, enquanto encargo temporário e necessário para a manutenção do modo de vida, não afetava a representação que elas tinham sobre o papel da mulher, em que a imagem do feminino estava direcionada para o espaço privado, e cujo projeto de vida estava pautado no casamento e na maternidade. (BOSCHILIA, 1997, p. 124).

Embora destoassem dos “padrões” burgueses e estadonovista do período ao trabalharem fora e até mesmo em espaços fabris, viam nessa atitude apenas uma “fase” para se conquistar o objetivo da constituição familiar – instituição amplamente valorizada e alicerçada ao gênero feminino. A predileção por mulheres brancas, de origem europeia – seja para o trabalho na indústria, serviço ou comércio – expõe as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras ou “de cor” numa cidade cercada de imigrantes, cuja elite também era composta por descendentes destes.

3.3 PRECISAM-SE DE MOCINHAS OU SENHORA

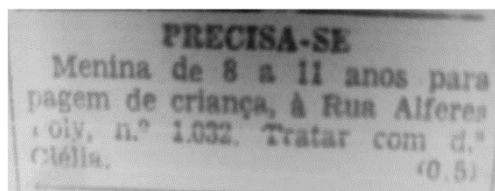
As leituras e análise de conteúdo dos classificados revelaram outra característica valorizada e procurada no período: a idade. Termos como senhorita, senhora, senhora de idade, menina, moça, mocinha, menino, moço ou rapaz muitas vezes em letras maiúsculas se destacavam no topo dos anúncios ou permeavam sua descrição.

Figura 11 – Precisam-se de meninas

**PRECISAM-SE MENINA**

De 12 a 14 anos, precisa de uma, para serviços leves. Tratar à Rua Carlos de Carvalho, nº 752.

Gazeta do Povo, 1 de setembro de 1940

**PRECISA-SE**

Menina de 8 a 11 anos para pagem de criança, à Rua Alferes Poly, nº 1.032. Tratar com d.^a Clélia.

Gazeta do Povo, 5 de janeiro de 1941

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Os termos “menino, moço, rapaz” eram utilizados mais para direcionar os anúncios ao público masculino às mais variadas atribuições, muitas delas ligadas ao comércio ou setor de serviços. Já o emprego de substantivos femininos – com vistas à definição etária das mulheres – eram quase sempre relacionados aos trabalhos domésticos ou de cuidadoras de (outras) crianças, na função de pajem; quando não sinônimos de funções relacionadas ao lar.

Conforme observa Maria Izilda Santos de Matos (2002), o trabalho de crianças oriundas de famílias menos providas financeiramente sempre foi uma constante na sociedade brasileira, pois “desde muito cedo as crianças de famílias pobres, particularmente as meninas, eram introduzidas nos trabalhos domésticos, cozinando, passando e cuidando dos irmãos menores” (MATOS, 2002, p. 158).

Nem mesmo a nova concepção de infância (AREND, 2018) – que passou a entender pessoas com idade até 18 anos como “seres em desenvolvimento” – nem os marcos legais limitaram ou cessaram tais práticas.

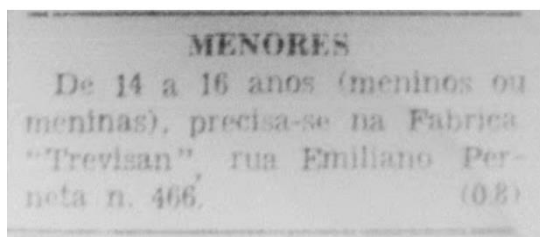
O Código de Menores de 1927 e a legislação trabalhista, sobretudo a emitida durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), buscaram interditar a meninos e meninas o espaço fabril. Contudo, nas cidades, atividades comerciais como as de ambulante, vendedor de jornais, leiteiro, engraxate, atendente de casa de comércio, entre outras, paulatinamente absorveram a mão de obra infantil masculina que saía da indústria. Para as meninas, entretanto, também o setor comercial estava interditado, pois uma significativa parcela dessas atividades ocorria no espaço público. Como idealmente o local preferencial das mulheres era a casa, autoridades judiciárias da época aconselhavam os patrões a não contratarem meninas para trabalhar em seus estabelecimentos. (AREND, 2018, p. 73).

Sem muitas “opções” às meninas desprovidas de recursos que moravam em centros urbanos, o trabalho doméstico era a única possibilidade de conseguir alguma renda e assim contribuir com o orçamento minguado da família. “Grande parte delas começava entre 9 e 10 anos a trabalhar como babás e, com o avançar da idade, tornavam-se empregadas domésticas” (AREND, 2018, p. 76).

Os anúncios voltados ao trabalho infante feminino seguiam a ordem descrita por Silvia Fávero Arend: para as “meninas” – ainda crianças – eram ofertados trabalhos de pajens, sendo que em alguns casos eram somados às atribuições de “serviços leves”, ou seja, deveriam cuidar de uma ou mais crianças e dos afazeres domésticos da casa concomitantemente. Às que já haviam passado dos dois dígitos de idade – moças e mocinhas – as funções se ampliavam para o trabalho doméstico, de auxiliar de costureira, cabeleireira e até governanta.

Como as atividades laborais de menores de 14 tinham sido vedadas com a promulgação da Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT) (BRASIL, 1943), que em seu artigo 403 proibiu o trabalho às pessoas menores de 14 anos, nota-se a adequação de certos anunciantes aos dispositivos legais. Este anúncio, por exemplo, de uma fábrica de louças, refratários e vidros ansiava menores, de ambos os sexos, para integrarem o quadro de funcionários:

Figura 12 – Precisa-se de menores



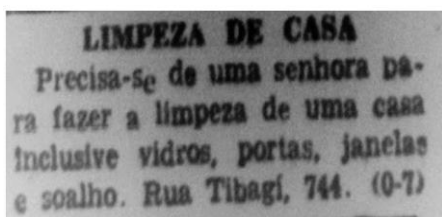
MENORES
De 14 a 16 anos (meninos ou meninas),
precisam-se na Fábrica “Trevisan”, rua Emiliano
Perneta n. 466.

Gazeta do Povo, 5 de novembro de 1944

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

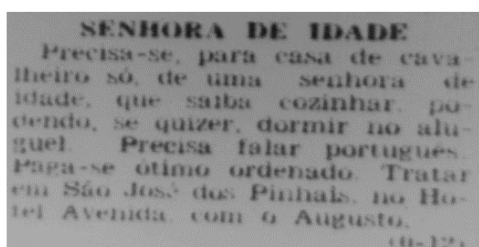
Se por um lado havia uma grande procura por meninas crianças e menores de 18 anos, os classificados mostram que também se procuravam por mulheres com mais idade. Anúncios voltados às senhoras também circulavam nas páginas da Gazeta do Povo:

Figura 13 – Precisa-se de senhoras

**LIMPEZA DE CASA**

Precisa-se de uma senhora para fazer a limpeza de uma casa inclusive vidros, portas, janelas e soalho. Rua Tibagi, 744.

Gazeta do Povo, 7 de janeiro de 1945

**SENHORA DE IDADE**

Precisa-se, para casa de um cavalheiro só, de uma senhora de idade, que saiba cozinhar, podendo, se quizer, dormir no aluguel. Precisa falar português. Paga-se ótimo ordenado. Tratar em São José dos Pinhais, no Hotel Avenida, com o Augusto.

Gazeta do Povo, 09 de janeiro de 1938

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Assim como nos anúncios infantis, há uma representação do feminino atrelado ao cuidado e, mais uma vez, ao espaço doméstico – seja para cuidar dele, das pessoas que o habitavam ou acumularem as duas funções. Ao abordar a temática das mulheres velhas, Alda Britto Motta (2018) destaca a trajetória de vida e de trabalho das mulheres populares:

As diferenças de classe – que eram em grande parte também diferenças de ‘cor’ – continuam a se patentear no campo profissional ou ocupacional das mulheres: as mulheres pobres, todas trabalham; da juventude à velhice, continuam em seus serviços ‘na rua’ ou ‘para rua’, duplicando o trabalho doméstico para atender à sua própria família – e habitualmente dividindo-o com as suas filhas, mesmo quando meninas. Ao longo da vida, até a velhice. Uma velhice que chegava de pressa, pois o trabalho incessante maltrata o corpo. (MOTTA, 2018, p. 86).

A autora traz reflexões acerca do que era ser uma mulher velha em meados do século XX. De acordo com Motta, a velhice chegava “depressa”, pois a expectativa de vida era baixa – “menos de 40 anos ainda nos anos 1930, e 50 anos na década de 1950” (MOTTA, 2018, p. 88). Trabalhar, para as mulheres pobres, independentemente da idade, era uma questão de sobrevivência.

Enquanto famílias de classes dominantes tentavam manter-se nucleares, ou seja, seguindo o modelo burguês e tendo os homens como chefes e as mulheres restritas ao ambiente doméstico – ressalvadas as exceções – nas famílias pobres a situação era diferente:

Nas classes populares ainda predominava uma solidariedade de grupo consanguíneo que destacava essa outra categoria, geracional, de mulher, por definição, 'velha' – as avós, que criavam, frequentemente, os netos, não raro como chefes de família. Ser chefe de família sempre foi um traço frequente da mulher pobre brasileira. (MOTTA, 2018, p. 88).

Além das responsabilidades assumidas dentro do próprio lar, no sustento e na criação de filhos e netos, mulheres com mais idade assumiam várias jornadas de trabalho pois eram requisitadas por diversas famílias. De acordo com Maria Izilda Santos Matos (2002), para muitas famílias o trabalho das mulheres de mais idade era por vezes prestigiado.

Já as mulheres de meia idade eram mais valorizadas pela confiabilidade e competência para o serviço, além de causarem menos problemas, como ficarem grávidas ou trazerem os filhos pequenos consigo. Apesar dos poucos ganhos, pois tais atividades eram desvalorizadas e mal remuneradas, essas mulheres exerciam papel relevante na economia familiar, sendo que muitas viviam sozinhas, garantindo através desse ganho sua subsistência e a de seus filhos. (MATOS, 2002, p. 161).

Ainda que este prestígio não se revertisse em valorização econômica, garantiam a essas mulheres o próprio sustento e de sua prole. A experiência acumulada ao longo de uma vida de muito trabalho era mais reconhecida pelas suas habilidades nos afazeres domésticos, afinal, continuavam sendo mulheres que desempenhavam funções femininas. Saíam de uma casa para adentrar outra e desempenhar as mesmas funções que faziam em seus lares, com a diferença que na casa dos outros o trabalho doméstico era visto como “trabalho”, pois pressupunha uma remuneração – ainda que baixa.

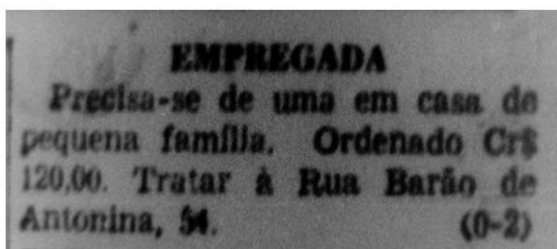
3.4 PAGA-SE BOM ORDENADO (AOS HOMENS)

Dentre as muitas possibilidades de estudo apresentadas pelos classificados de empregos publicados em periódicos, a diferença salarial é uma delas. No entanto, o que se verificou nos anúncios levantados para análise é a raridade de textos que explicitavam tal informação, poucos iam além do “paga-se bem” ou “paga-se bom ordenado”. A maioria limitava-se a apresentar a vaga de trabalho e o local para a pessoa interessada se apresentar ou enviar carta de interesse.

Todavia, a partir da análise de conteúdo foi possível selecionar anúncios que contemplavam os valores ofertados e, a partir disso, estabelecer parâmetros salariais

atribuídos a determinadas funções e até mesmo identificar distorções salariais entre os gêneros. As funções domésticas, direcionadas ao público feminino e menos valorizadas socialmente e economicamente, se mostraram de remuneração bastante variável e baixa, como nos anúncios a seguir:

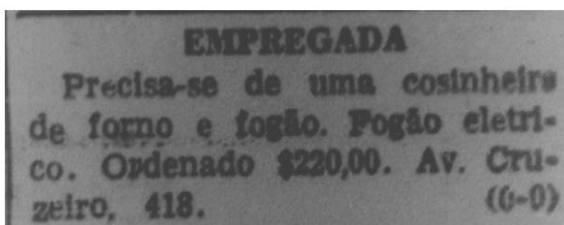
Figura 14 – Precisa-se de empregadas



EMPREGADA

Precisa-se de uma em casa de pequena família. Ordenado Cr\$120,00. Tratar à Rua Barão de Antonina, 54.

Gazeta do Povo, 1 de abril de 1945



EMPREGADA

Precisa-se de uma cozinheira de forno e fogão. Fogão elétrico. Ordenado \$200,00. Av. Cruzeiro, 418.

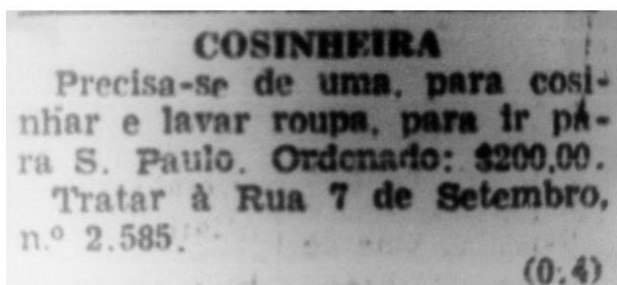
Gazeta do Povo, 4 de novembro de 1945

Fonte: Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Mesmo exercendo funções próximas, nota-se que a mulher que possuía conhecimentos de forno e fogão seria uma mão de obra mais especializada, ainda mais, pois teria que lidar com uma grande novidade da época, o fogão elétrico. Além disso, seria ela quem prepararia o alimento da família contratante, o que exigiria certa confiança e, de certa forma, isso também justificaria o valor mais alto a ser pago.

No entanto, outros anúncios, anteriores a 1945, já ofertavam a mesma quantia de Cr\$200 (duzentos cruzeiros) para a função de cozinheira e lavadeira de roupas.

Figura 15 – Precisa-se cozinheira que lave roupa



COSINHEIRA

Precisa-se de uma, para cozinhar e lavar roupa, para ir para S. Paulo. Ordenado: \$200,00. Tratar à Rua 7 de Setembro, nº 2.585.

Gazeta do Povo, 4 de julho de 1943.

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

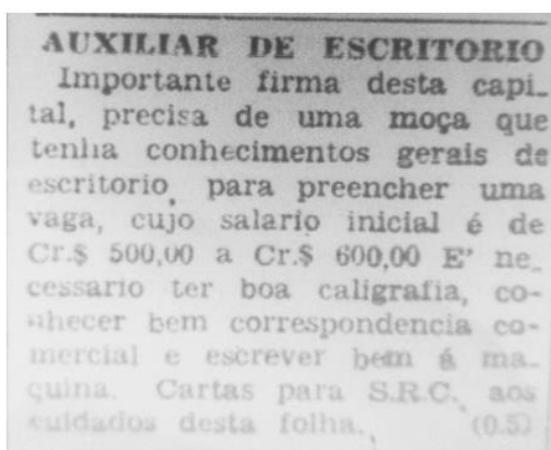
A diferença salarial dos serviços domésticos para outras atribuições que exigiam certo grau de instrução, como auxiliar de escritório por exemplo, chega a ser de 300%. Neste sentido, Maria Izilda Santos de Matos (2002) afirma que trabalhos domésticos afugentavam os homens, assim como uma boa remuneração e prestígio social:

Os trabalhos domésticos eram considerados uma atividade que não necessitava de longa aprendizagem, poderia ser realizado por 'qualquer um', principalmente se fosse mulher. As mulheres não ocupavam no mercado de trabalho as mesmas funções e nem recebiam os mesmos salários que os homens, e o mesmo ocorria no setor de criados de servir. As funções reconhecidamente femininas ou em que as mulheres penetravam eram progressivamente deserdadas pelos homens, desvalorizadas monetariamente e socialmente e desprestigiadas. (MATOS, 2002, p. 158-159).

Se nas funções mais prestigiadas socialmente as mulheres instruídas eram mais valorizadas, isso não significava igualdade de gênero no que tange ao salário – mesmo que desempenhando as mesmas funções, cumprindo os mesmos ou mais pré-requisitos. No anúncio abaixo podemos observar que a “moça” procurada para desempenhar a função de auxiliar de escritório deveria atender uma série de quesitos como “ter boa caligrafia”, “conhecer bem correspondência comercial” e dominar uma das tecnologias da época que era a “máquina de escrever”.

Por ser uma atividade especializada, o salário era até três vezes maior que o ofertado às cozinheiras e domésticas.

Figura 16 – Precisa-se de uma auxiliar de escritório



AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

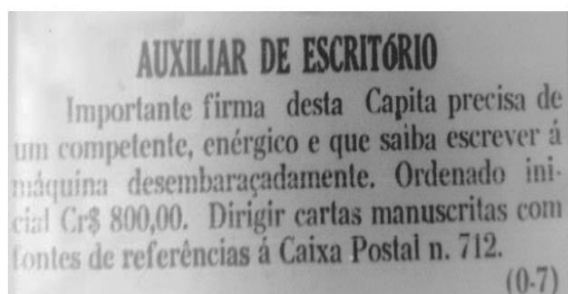
Importante firma desta capital, precisa de uma moça que tenha conhecimentos gerais de escritório, para preencher uma vaga, cujo salário inicial é de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 600,00. É necessário ter boa caligrafia, conhecer bem correspondência comercial e escrever bem à máquina. Cartas para S.R.C. aos cuidados desta folha.

Gazeta do Povo, 3 de dezembro de 1944

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Todavia, dois meses após a publicação desta oportunidade direcionada ao público feminino, um outro, muito parecido, foi impresso voltado a pessoas do gênero oposto. Desta vez as exigências eram menores e mais “masculinas”: buscava-se uma pessoa do sexo masculino que fosse “competente”, “enérgico” e que também soubesse operar máquina de escrever “desembaraçadamente”. Outra grande diferença deste para o anúncio anterior é o salário inicial: Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a mais para um homem executar a mesma função – ou seja, pagava-se o salário de uma doméstica a mais por ele ser homem.

Figura 17 – Precisa-se de um auxiliar de escritório



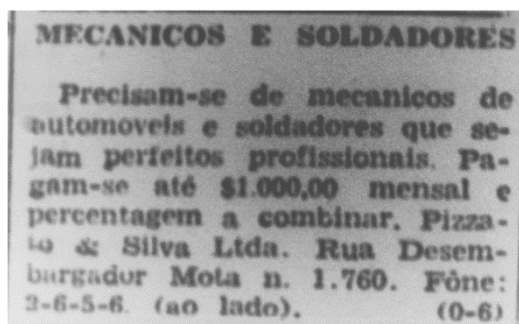
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
 Importante firma desta Capita precisa de um competente, enérgico e que saiba escrever á máquina desembaraçadamente. Ordenado inicial Cr\$ 800,00. Dirigir cartas manuscritas com fontes de referências à Caixa Postal n. 712.

Gazeta do Povo, 4 de fevereiro de 1945

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Dentre as ofertas que expressavam os ordenados que este estudo teve acesso, a que ofereceu maior salário também era direcionada ao público masculino. Era um anúncio que procurava por mecânicos de automóveis e soldadores. O ordenado podia ultrapassar Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), pois além do ganho fixo havia a possibilidade do recebimento de porcentagens/comissões por serviços realizados.

Figura 18 – Precisa-se mecânicos e soldadores



MECÂNICOS E SOLDADORES
 Precisam-se de mecânicos e soldadores que sejam perfeitos profissionais. Pagam-se até \$1.000,00 mensal e percentagem a combinar. Pizzato & Silva Ltda. Rua Desembargador Mota n. 1.760. Fône: 3-6-5-6.

Gazeta do Povo, 4 de fevereiro de 1945

Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná (2020).

Ao analisar as diferenças salariais ofertadas às funções e gêneros – tendo uma estreita relação com o outro – se evidencia o abismo de remuneração que havia (e ainda há) entre homens e mulheres que vivem no Brasil. O trabalho doméstico, braçal, feminino, subvalorizado; o trabalho intelectual, embora melhor remunerado, é menor se desempenhado por uma mulher. Esse quadro analítico – feito a partir de fontes quase centenárias – se revela atual, mostra uma continuidade de desvalorização da mão de obra feminina.

CAPÍTULO 4 – EMPREGA-SE GÊNERO: REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DOS CLASSIFICADOS DA GAZETA DO POVO (1937-1946)

Falar do ensino de gênero no Ensino de História vai muito além da compreensão de que se trata de masculino e feminino. Embora haja movimentos contrários e contraditórios a tal prática docente, o tema é rico, pertinente e necessário num momento em que indicadores apontam para uma cultura patriarcal estrutural, que inibi ou dificulta às mulheres acessarem cargos e posições sociais mais “elevados” (ALMEIDA, 2017)¹¹ ou que sempre foram ocupados pelo sexo oposto.

Para Scott, o “gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p. 13). E como ressalta a autora, esses “significados” variam conforme a temporalidade, a espacialidade, a cultura e os grupos sociais “já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida” (SCOTT, 1994, p. 13).

Sobre trazer essas discussões para o Ensino de História, Carla Pinski (2015) afirma que “o importante não é o aluno aprender a usar a palavra gênero com um novo sentido, mas entender e saber usar o conceito corretamente” (PINSKI, 2015, p. 29), é preciso que eles compreendam como o masculino e o feminino são construídos e representados, e como “as sociedades se organizam com base nessas representações” (PINSKI, 2015, p. 29).

Neste sentido, com o objetivo de contribuir para o Ensino de História, se pautando nas relações e representações de gênero a partir do estudo feito durante este trabalho, se optou pelo desenvolvimento de um material paradidático. A escolha se deu em contraposição ao livro didático que embora seja um dos recursos mais utilizados por professores em sala, se configura numa “mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista” (BITENCOURT, 2008, p. 301).

O livro foi dividido em duas partes. A primeira é destinada aos docentes e apresenta a organização do livro, aborda os conceitos e reflexões utilizados no desenvolvimento deste trabalho, em especial as relações entre História, Imprensa e

¹¹ O IBGE revelou ainda que elas representam 37% dos cargos de direção e gerência. No topo, nos comitês executivos de grandes empresas, elas são apenas 10% no Brasil (ALMEIDA, 2017).

Ensino de História. Também é apresentada a fonte utilizada para a elaboração deste projeto e algumas orientações de uso do material nas aulas.

A segunda parte é voltada aos alunos. Com uma linguagem menos acadêmica, apresenta o conceito de gênero, a fonte utilizada na pesquisa e as análises feitas pelo autor. Cada abertura de capítulo conta com uma imagem e uma questão disparadora, seguida do objetivo da unidade e do texto de análise. A intensão é aguçar a curiosidade dos alunos e o senso crítico para que eles façam a leitura e busquem respostas a esta questão.

Ao final de cada capítulo há quatro seções: “Para refletir”, apresenta pesquisas e estudos recentes, que trazem um panorama atual sobre o assunto abordado no capítulo. Eles são importantes para estimular a reflexão dos alunos sobre rupturas e continuidades das questões de gênero problematizadas naquela unidade.

Já na seção “Para saber mais” são sugeridos um livro e um filme que, de alguma maneira, dialogam com o que foi tratado no capítulo. Ela é voltada aos estudantes e professores que desejarem se aprofundar nas temáticas. Em “#SIGA_NO_INSTA” são sugeridos perfis no Instagram de pessoas, projetos ou organizações que atuam com o tema do capítulo. Foi uma forma encontrada de tornar as questões tratadas no material mais presentes na vida dos alunos, cada vez mais conectados.

A seção “Relacionando Saberes” sugere atividades que podem ser desenvolvidas individual ou coletivamente. Além de disponibilizar fontes documentais e iconográficas que dialogam com a temática do capítulo ao qual está inserida, apresenta questões dissertativas que visam propiciar aos/as discentes relacionarem conhecimentos prévios com reflexões apresentadas no livro, instigando a capacidade crítica e argumentativa.

Figura 19 – Capa do material didático



Fonte: o autor

Figura 20 – Contracapa do material didático



FLÁVIO SEBASTIÃO DE FREITAS

Aluno do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Licenciado em História pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

Professor do Ensino Fundamental no Marista Escola Social Ecológica.

Autor: Flávio Sebastião de Freitas
Capa e Diagramação: Flávio Sebastião de Freitas

Imagens: Bancos de Imagens Canva
Getty Images Signature
Arquivo e/ou registro do Autor
Wiki Commons
Creative Commons
Mídia Ninja
Marisa Rodrigues

Figura 21 – Abertura do material didático



Fonte: o autor

Figura 22 – Apresentação aos docentes do material didático

Apresentação

Caro colega,

Este material foi desenvolvido como parte de uma dissertação de mestrado intitulada: “Ensino de História e representações de gênero nos classificados da Gazeta do Povo (1937-1946)”, pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O objetivo é propor a abordagem sobre a representação e a construção social do masculino e do feminino a partir do emprego do conceito de gênero no ensino de História, bem como promover o uso de jornais – especificamente a seção dos classificados – nas aulas de História da Educação Básica. Nas páginas a seguir, serão apresentados os pressupostos teóricos que nortearam a dissertação e o presente trabalho. O material teórico também ajudará a refletir acerca do fazer historiográfico e do ensino de História a partir da temática e a abordagem proposta.

O autor.



Fonte: o autor

Figura 23 – Sumário do material didático

SUMÁRIO

Conhecendo o livro	3
História, Imprensa e Ensino de História	4
A Imprensa como fonte histórica	4
Prática Recente	5
Escola dos Annales	6
A importância da historicização da fonte	8
A Gazeta do Povo	9
O jornal como fonte para o Ensino de História	12
Orientações	15
Referências Bibliográficas	17

Figura 24 – Página 3 do material didático

Conhecendo o Livro

O livro voltado aos alunos e alunas foi dividido em cinco capítulos. Cada um aborda uma temática específica, mas têm a seguinte organização:



CAPA DO CAPÍTULO

Composta por uma imagem que dialoga com o tema proposto e uma ou mais perguntas disparadoras sobre o assunto que será abordado nas páginas seguintes. A ideia é aguçar a curiosidade dos alunos e o senso crítico para que eles façam a leitura e busquem respostas a esta questão.

PARA REFLETIR

Esta seção sugere o link de reportagens, no geral com pesquisas e estudos recentes, que trazem um panorama atual sobre o assunto abordado no capítulo. Eles são importantes para estimular a reflexão sobre até que ponto os alunos e alunas percebem rupturas e continuidades das questões de gênero problematizadas naquela unidade.

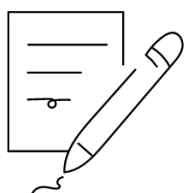
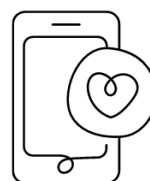


PARA SABER MAIS

Para estudantes que se interessarem e quiserem se aprofundar nas temáticas, nesta seção é sugerido um livro e um filme que, de alguma maneira, dialoga com o que foi tratado no capítulo. Os materiais podem ser utilizados em sala de aula, inclusive em parceria com docentes de outras disciplinas.

#SICA_NO_INSTA

Este espaço sugere perfis no Instagram de pessoas, projetos ou organizações que atuam com o tema do capítulo. É uma forma de tornar as questões de gênero mais presentes na vida (digital) de alunos, alunas e, por que não, de professoras e professores!? Siga você também ou, caso não use esta rede social, acesse os perfis e conheça-os.



RELACIONANDO SABERES

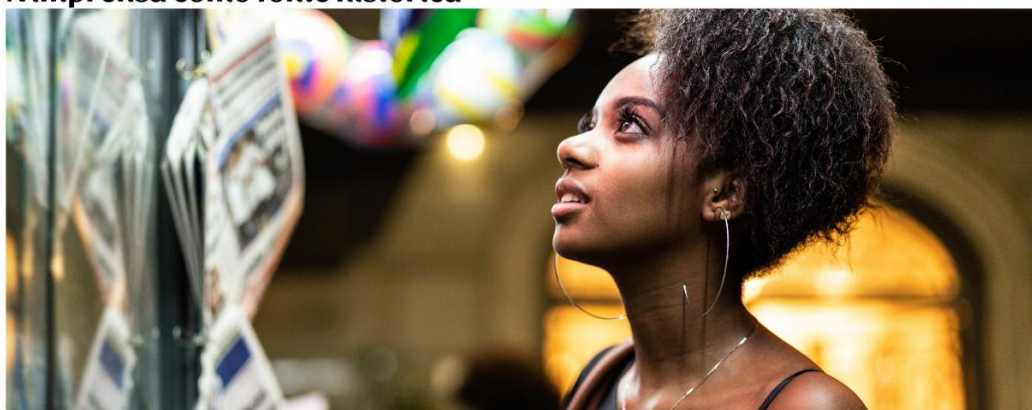
Esta seção sugere atividades que podem ser desenvolvidas individual ou coletivamente. As questões são abertas e propõem aos/as discentes relacionarem conhecimentos prévios com reflexões apresentadas no livro, instigando a capacidade crítica e argumentativa.

Figura 25 – Página 4 do material didático

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO DE HISTÓRIA

Prezado (a) docente, nas próximas páginas será feito o resgate histórico das interseccionalidades entre a História e a Imprensa, principalmente no que se refere às contribuições da Escola dos Annales para a historiografia mundial devido aos alargamentos teórico-metodológicos propostos por seus historiadores. Num segundo momento, se discutirá o uso do jornal no ensino de história, que pode contribuir com a análise e a crítica do estudante à fonte, ao tema e à própria realidade.

A imprensa como fonte histórica



Mulher observa materiais expostos numa banca de jornais, São Paulo / Fonte: Getty Imagen Signature

A utilização da Imprensa como fonte de pesquisas históricas traz inúmeras possibilidades de atuação e investigação ao historiador. Segundo a historiadora e pioneira no uso dessa fonte para estudos no Brasil, Maria Helena Capelato (1988), os meios de comunicação são “manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado”. Para Capelato (1988), a “imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos, pois ela registra, comenta e participa da história” (CAPELATO, 1988, p. 13).

De acordo com a autora, a Imprensa é uma das principais fontes de informação histórica e, portanto, merecedora de consideração dos historiadores. “A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados - não só os ‘ilustres’, mas também os sujeitos anônimos” (CAPELATO, 1988, p. 21). Aí situam-se dois grandes campos de estudo, como destaca Renée Zicman (2012), um é ligado à história da Imprensa, que tratado desenvolvimento dos veículos de Imprensa; e o outro é ligado à história através da Imprensa, que possui a Imprensa como fonte.

A autora elenca várias vantagens da utilização da Imprensa como fonte documental da História. Entre eles, Zicman (2012) destaca a periodicidade, afirmando que os jornais são arquivos do cotidiano, pois registram os fatos e as memórias do dia a dia - o que possibilita estabelecer a cronologia dos fatos históricos; e a disposição espacial de informações. De acordo com ela, a cada período tem-se a possibilidade de inserir um fato histórico num contexto mais amplo. Para ela, dentre as partes constituintes de um jornal que podem ser objetos de pesquisa, estão todas as que o compõem internamente (seus conteúdos, disposição das informações, aspectos gráficos), quanto externas (os interesses econômicos empresariais e a recepção dos leitores).

Figura 26 – Página 5 do material didático

Prática recente

Embora atualmente seja visto como um “manancial de possibilidades” (Capelato, 1988), o uso dos veículos de comunicação impressos - se comparado a outras fontes históricas - é recente. As origens do receito por parte dos historiadores nos usos da Imprensa como fonte e objeto da História estão relacionadas ao positivismo, à crença na neutralidade das fontes do historiador e remontam às práticas relacionadas à história dos heróis, como destacam as professoras Gislaïne Kreniski e Maria do Carmo Aguiar (2011):

No princípio tínhamos uma história voltada somente para o econômico, o religioso e político, levando em consideração como fonte para pesquisa somente os documentos ditos oficiais. O historiador apenas ficava encarregado de transcrever e narrar o fato pesquisado de uma forma tradicional, agindo de forma imparcial. Dentro desse pensamento tinha a função de “resgatar” os feitos e eventos na figura dos grandes heróis e a partir daí fazer a narrativa. Esta forma de fazer pesquisa histórica está estreitamente ligada ao pensamento positivista, deixando de lado a interpretação do historiador sobre a sua fonte, tornando-o neutro com relação ao fato a ser estudado (KRENISKI; AGUIAR; 2011, p. 2).

Para Maurílio Calonga (2012), o século XIX foi marcado pela tradição positivista, “restrita à descoberta da verdade, impedia a utilização dos impressos na produção historiográfica” (CALONGA, 2012, p. 80). De acordo com o autor, julgavam os impressos como repletos de subjetividade e, portanto, falsificador da realidade, capaz de distorcer as imagens do passado. “Restituir os tempos pretéritos implicava ao historiador rigor no distanciamento do objeto, tanto temporal quanto imparcial, tornando-se, então, tarefa fundamental para se atingir o conhecimento objetivo e verdadeiro” (CALONGA, 2012, p. 80).

Já a professora Tânia Regina de Luca (2005) reitera que havia relutância em promover uma história escrita por meio da Imprensa, apesar de haver uma preocupação em escrever a história da Imprensa. Ela argumenta que, apesar do reconhecimento da fonte, havia incertezas e inseguranças relacionadas à fragmentação e imparcialidade. Segundo a autora, os impressos não pareciam adequados à pesquisa histórica pois eram fragmentados, parciais e feitos sob paixões humanas. “Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (LUCA, 2005, p. 112).

A partir dos referenciais consultados, nota-se que a busca pela neutralidade do historiador diante do objeto limitou sua atuação e restringiu-o do uso de determinadas fontes, como jornais, revistas, folhetins, entre outros meios impressos. A concepção de que o historiador deveria buscar a objetividade dos acontecimentos fez com que se limitasse ao uso de documentos oficiais. O alargamento das perspectivas de uso da Imprensa como fonte histórica se deu a partir da interação e diálogo com outras áreas do conhecimento.

Propondo uma alternativa contra a dominação da ‘escola positivista’, os franceses Marc Bloch e Lucien Lebreuve inauguram a revista *Les Annales*. Sob a influência das Ciências Sociais, a corrente inovadora “despreza o acontecimento e insiste na longa duração; deriva a sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia social; esforça-se para aproximar a história das outras ciências humanas” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 119).

Figura 27 – Página 6 do material didático

A Escola dos Annales



Sede da École des Hautes Études en Sciences Sociales. / Fonte: Celette, CC BY-SA 4.0 Wiki Commons

É a partir da década de 1930 que o uso da Imprensa escrita como fonte histórica começou a ser visto com outras perspectivas. Propondo uma alternativa contra a dominação da “escola positivista”, os franceses Marc Bloch e Lucien Lebrun, inauguram a revista *Les Annales*. Sob a influência das Ciências Sociais, a corrente inovadora “despreza o acontecimento e insiste na longa duração; deriva a sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia social; esforça-se para aproximar a história das outras ciências humanas” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 119). Segundo Calonga (2012), foi fundamental para o reconhecimento e uso da Imprensa como fonte de estudo para a História:

Através das propostas de análises históricas difundidas pela École des Annales, os estudos históricos receberam novos ares. Ampliaram-se as pesquisas que passaram a tratar com novos objetos, novos enfoques e métodos, e com outros documentos capazes de responder as problemáticas surgidas na investigação. A partir de então, a noção do que se constituía como fonte histórica ampliou-se e o documento deixou de ser apenas o registro político e administrativo, identificado, pois, em um processo temporal de construção, portanto, histórico (CALONGA, 2012, p. 81).

Apesar da vanguarda dos Annales, as duas primeiras gerações de estudos dessa “Escola” não exploraram as potencialidades dos impressos e concentraram seus estudos no período medieval. De acordo com Calonga (2012), somente a partir da chamada terceira geração dos Annales é que abrem-se, efetivamente, os caminhos do uso dos Impressos na prática historiográfica. Ao analisar as relações entre “História e Imprensa: a importância e as contribuições dos jornais no conhecimento histórico”, Carlos Leite (2014) afirma que as novas concepções e perspectivas sobre as fontes jornalísticas impressas surgiram a partir da década de 70, “período em que as críticas à História tradicional e seus métodos pela Nova História, direcionam os novos rumos da historiografia contemporânea” (LEITE, 2014, p. 823).

Figura 28 – Página 7 do material didático

Para Leite (2014), essas transformações alteraram “não apenas o modo de fazer história, mas também os métodos sobre análise e crítica de novos documentos” (LEITE, 2014, p. 823). Com a terceira geração dos Annales, surgiram novas possibilidades, pois os historiadores propunham novos objetos, novos problemas, novas abordagens e uma grande renovação temática.

Ao resgatar as transformações deste período, Kreniski e Aguiar (2011) argumentam sobre a importância que a Imprensa ganhou a partir dos Annales e da Nova História. Para elas, “a melhor maneira de estudar o comportamento de uma sociedade e suas mudanças é indo em busca de periódicos de época onde estão representados todos os movimentos sociais” (KRENISKI; AGUIR, 2011, p. 2). As autoras apontam que a Imprensa se tornou uma fonte rica e diversificada, ampliando horizontes e possibilidades temáticas.

Em contraposição à historiografia tradicional, temas como gênero, infância, operariado e mulheres passam a dividir espaço com a história econômica e política – que eram o centro dos estudos. Segundo Kreniski e Aguiar (2011), foram essas ampliações temáticas que remeteram às novas fontes, questionamentos, interpretações “e reflexões por parte dos historiadores que agora não precisam mais esconder as suas opiniões a respeito dos temas trabalhados, ele não age mais de forma imparcial quando debruça-se sobre a sua fonte” (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 3).

Para Calonga (2012), foi nesta conjuntura em que os veículos impressos foram validados como fonte de estudo e análise do historiador. “O discurso da imprensa e sua linguagem não se restringiam apenas a um conjunto de vocabulários, mas antes, seriam capazes de desvelar o nível básico das relações sociais” (CALONGA, 2012, p. 82). Para ele, é por meio dos jornais que as forças políticas dos grupos que compõem a sociedade se manifestam.

Figura 29 – Página 8 do material didático

A importância da historicização da fonte

Para Calonga (2012), questionar a fonte histórica “tornou-se, assim, essencial na vida dos historiadores. Conhecer e historicizar as fontes permitiu adequações ao método. Tais mudanças decorreram de processos descontínuos, onde a postura do métier foi questionada” (CALONGA, 2012, p. 81-82). No mesmo sentido, Luca (2005) ressalta a necessidade de “inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros” (LUCA, 2005, p. 114). Para Luca, tudo deve ser analisado, em se tratando do uso de fontes impressas:

A forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas (LUCA, 2005, p. 138).

Barbosa (2016) defende que a crítica documental integra parte imprescindível do ofício do historiador, tendo em vista que as “fontes são os vestígios de uma temporalidade, dotadas de historicidade, carregam, portanto, marcas do seu tempo” (BARBOSA, 2016, p. 5). Para a autora, as fontes “não devem ser consideradas fora de suas condições históricas” (BARBOSA, 2016, p. 5), e precisam ser entendidas e analisadas em sua totalidade, entendendo suas especificidades, mesmo integrando um mesmo suporte - como no caso nos jornais.

Para ela, os jornais, almanaques e revistas têm em comum o fato de serem fontes impressas, são suportes diferentes, com características específicas. “Mesmo os jornais precisam ser analisados atentando-se as suas seções, pois uma seção, como a noticiária, por exemplo, possui objetivos e marcas que não são comuns às demais” (BARBOSA, 2016, p. 5). Segundo a autora, os discursos ganham significados de muitas maneiras, “inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (LUCA, 2005, p. 140).

Os apontamentos feitos pelos autores são unânimes ao sinalizar a necessidade de historicização da fonte para o fazer historiográfico. Neste sentido, a fonte de investigação deste trabalho será mais bem explorada, bem como seu contexto de surgimento e contradições a seguir.

Figura 30 – Página 9 do material didático

A Gazeta do Povo



Capa da primeira edição da Gazeta do Povo, de 3 de fevereiro de 1919. Fonte: Gazeta do Povo.

A primeira edição do jornal curitibano Gazeta do Povo foi impressa no dia três de fevereiro de 1919. Antes da edição de número um, Elza Aparecida de Oliveira Filha (2007) lembra que foi impresso na capital paranaense um “manifesto de fundação da Gazeta do Povo”. O documento afirmava que o periódico seria apolítico e independente, que “seria escoimado de vícios políticos, viverá por si, do povo, para o povo” (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 38). A princípio, seus fundadores queriam lançar uma revista jurídica, mas “se convencerem de que os curitibanos precisavam mesmo era de um jornal combativo, que ‘quebrasse a unanimidade da imprensa officiosa do jornalismo curitibano de então’” (PORTAL GAZETA DO POVO, 2009)*.

Para viabilizar a ideia e pôr o jornal na prensa, os idealizadores foram atrás de patrocínio dos grandes empresários da época: proprietários de erva-mate e indústrias madeireiras. A contradição do impresso é marca registrada desde sua fundação. Embora se dissesse apolítico, apartidário e independente, ele tinha patrocinadores e a intenção de ser “combativo”. Em sua primeira edição, o jornal continha seis páginas, sendo “quase 40% do espaço ocupado por publicidade. Apesar do que dizia o manifesto de lançamento, a edição incluiu um texto de primeira página que defendia enfaticamente a candidatura de Ruy Barbosa à Presidência da República” (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 38).

A origem dos recursos para que o jornal começasse a circular, de acordo com Oliveira Filha (2007), foram oriundos de dezenas de “famílias ricas locais que compraram cotas de uma sociedade limitada para montar a gráfica”. De certa maneira, este era o público leitor e mantenedor do jornal da época de sua fundação e anos seguintes. Com o passar das décadas, “a Gazeta do Povo consolidou sua participação no mercado editorial de Curitiba, desenvolvendo um jornalismo com características notadamente locais e de prestação de serviços” (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 40).

*Fonte: www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/90-anos-com-historia-para-contar-b54regxlhlua5gik3tjs7ii4u/

Figura 31 – Página 10 do material didático

Em 1923, a sede do jornal deixou a rua Dr. Muricy, entre a Rua XV de Novembro e a Praça Zacarias, e mudou-se para rua XV de Novembro, “até hoje a principal artéria do centro da cidade” (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 40). O jornal do período analisado para a produção da pesquisa que deu origem a este material didático, não possuía grande volume de páginas, os anúncios publicitários eram – na maioria – de produtos ou serviços relacionados à saúde e não há registro do número de tiragens em suas páginas. A Gazeta do Povo das décadas de 1930 e 1940 mantinha forte vínculo local e, ainda contrariando seu discurso inicial, com ampla cobertura política, com postura bastante combativa ao então presidente Getúlio Vargas até seu suicídio.

O formato de impressão da Gazeta do Povo da década de 1930 e 1940 tem características do formato “standart” – formato de impressão que dava ao jornal uma forma retangular, sendo a altura bem maior que a largura, podendo ser dobrado ao meio para ser transportado. Por padrão, um jornal standart mede 54 centímetros de altura por 30 centímetros de largura, o que conferia à Gazeta do Povo e suas oito colunas verticais considerável espaço para textos e imagens – sendo esta última pouco explorada pela Gazeta como recurso informativo.

Boa parte do periódico era dedicada aos anúncios de produtos, de alguns comércios e serviços locais. A parte gráfica do jornal não privilegiava espaços em branco, embora seguisse padrões estéticos e gráficos da época em que a diagramação era feita à régua e os textos buscavam ocupar todo espaço disponível, com impressão em preto e branco.



Os “Pequenos Anúncios”, veiculados na Gazeta do Povo, foram ocupando maior espaço dentro do jornal / Fonte: Registro do autor

A editoria de “Pequenos Anúncios” era fixa – embora os anúncios se repetissem ao longo do mês, raramente repetiam de um mês para o outro. Escrito em letras maiúsculas, ocupando no geral quatro das oito colunas verticais, dividindo espaço com anúncios grandes, a maioria contava com recursos/elementos visuais além de textos. Abaixo do título encontrava-se instruções de como anunciar na coluna. O preço para três veiculações de anúncios que não excedessem cinco linhas era de 5\$000 (cinco mil réis). Já os profissionais desempregados que desejassem oferecer sua mão de obra, anunciavam de graça.

Figura 32 – Página 11 do material didático

Notou-se que o público pagante de anúncio do jornal possuía – em sua maioria – o mesmo perfil das mesmas famílias e empresas que no passado ajudaram a fundar o jornal: famílias de empresários do mate, comerciantes e/ou “famílias de posses”, profissionais liberais que buscavam pessoas para preencherem vagas em seus empreendimentos ou para desenvolver trabalho doméstico, como se pode observar na imagem abaixo:

AMA SECA Precisa-se de uma moça para cuidar de uma criança de 6 meses. Tratar na Rua Dezembargador Mota, n.º 1.952. (0-0) PRECISAM-SE Com urgência, no Metropol Hotel, de um bom garçom e um porteiro, que tenham bastante prática. (0-8) AJUDANTE DE PADEIRO Precisa-se de um rapaz pratico como ajudante de padeiro. Tratar na Avenida Vicente Machado, n.º 184. (0-3)	AMA SECA Precisa-se de uma moça para cuidar de uma criança de 6 meses. Tratar na Rua Dezembargador Mota. nº 1.952. PRECISAM-SE Com urgência, no Metropol Hotel, de um bom garçom e um porteiro, que tenham bastante prática. AJUDANTE DE PADEIRO Precisa-se de um rapaz pratico como ajudante de padeiro. Tratar na Avenida Vicente Machado. nº 184.
--	--

Anúncios veiculados em 5 de junho de 1938, Gazeta do Povo / Fonte: Registro do autor.

Ao mesmo tempo em que havia o público anunciante, havia aquele que comprava o periódico em busca dos anúncios e de uma inserção ou recolocação no mercado formal de trabalho. É a partir desses anúncios que se buscou compreender as representações de gênero em Curitiba, no período proposto, em especial no mundo do trabalho.

Figura 33 – Página 12 do material didático

O jornal como fonte para o Ensino de História



Pessoa lendo jornal / Fonte: Banco de imagens Canva

Logo na introdução de seu artigo sobre o uso do jornal no ensino de História, o professor Francisco das Neves Alves (2012) faz um desabafo sobre os desafios – cada vez maiores – da docência na atualidade. Além da desmotivação dos/as professores/as, ele reitera que falta de estrutura de “toda ordem no ambiente escolar e a desvalorização profissional dos docentes são apenas alguns dos fatores que poderosamente contribuem para um sério prejuízo das relações de ensino- aprendizagem na sala de aula” (ALVES, 2012, p. 19). No entanto, quando se trata do ensino de História, Alves (2012) afirma que a situação é ainda mais delicada, pois as problemáticas externas e motivacionais se somam às disputas do campo das políticas educacionais e curriculares:

Quando se trata de ensinar História, tais obstáculos só tendem a aprofundar-se ainda mais, tendo em vista a escassa carga horária dedicada às ciências humanas e a pequena importância normalmente destinada a tal área do saber, colocada entre as “disciplinas menores” ou “periféricas”, amplamente menoscabada em relação a outros saberes considerados como prioritários, numa clara manifestação da reminiscência dos muitos períodos autoritários vividos pelo Brasil e mesmo do pouco gosto das autoridades governamentais em conviver com uma população mais esclarecida no que tange às chamadas humanidades. Além disso, os diversos “vícios” formados ao longo do tempo nas formas de promover o aprendizado da ciência histórica trazem consequências indeléveis e efeitos que deitam raízes até a contemporaneidade (ALVES, 2012, p. 19-20).

Mesmo diante deste cenário, maior que os desafios está a importância do professor de História que, segundo Maria Auxiliadora Schmidt (2004), “pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico”. Para Schmidt, o docente de História é quem tem a responsabilidade de ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemas” (SCHMIDT, 2004, p. 56).

A pesquisadora ressalta muito as relações que são estabelecidas dentro da sala aula, local que ela caracteriza não sendo “apenas um espaço onde se transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos” (SCHMIDT, 2004, p. 57). Na busca por essa construção de sentidos, Maria Auxiliadora elenca como desafio primeiro dos professores de História a realização da “transposição didática dos conteúdos e dos procedimentos históricos e também da relação entre as inovações tecnológicas e o ensino de História” (SCHMIDT, 2004, p. 58).

Figura 34 – Página 13 do material didático

Para ela, a transposição leva o fazer histórico para a sala de aula, propiciando acesso ao conhecimento e processo de construção do conhecimento ao aluno:

Em relação à transposição didática do procedimento histórico, o que se procura é algo diferente, ou seja, a realização na sala de aula da própria atividade do historiador, a articulação entre elementos constitutivos do fazer histórico e do fazer pedagógico. Assim, o objetivo é fazer com que o conhecimento histórico seja ensinado de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo do fazer, do construir a História. Que o aluno possa entender que a apropriação do conhecimento é uma atividade em que se retorna ao próprio processo de elaboração do conhecimento (SCHMIDT, 2004, p. 59).

Este é, portanto, o caminho da educação histórica, defendido pela autora, que engloba a "problematização, o ensino e a construção de conceitos, a análise causal, o contexto temporal e o privilégio da exploração do documento histórico" (SCHMIDT, 2004, p. 59). Ao problematizar os objetos e temáticas, deve-se ter no horizonte explicações múltiplas de causalidades. "Muito mais que as determinações causais, é importante levar o educando à compreensão das mudanças e permanências, das continuidades e descontinuidades. (SCHMIDT, 2004, p. 60).

Além da problematização, é preciso abordar a historicidade dos conceitos e a contextualização temporal. É aí que o uso de fontes documentais – ampliados pela Escola dos Annales e discutidos anteriormente – nas aulas de História ganha espaço e dá sentido à transposição didática defendida por Maria Auxiliadora Schmidt. Para ela, "imprescindíveis ao procedimento histórico em sala de aula é, sem dúvida, o trabalho com as fontes ou documentos. A ampliação da noção de documento e as transformações na sua própria concepção atingiram diretamente o trabalho pedagógico" (SCHMIDT, 2004, p. 61).

Já Circe Bittencourt (2004) reconhece a importância e o potencial do uso de documentos em sala de aula, mas ressalta que pode haver "certa ambição em transformar o aluno em uma 'espécie de historiador', situação complexa que conduz a problemas de difícil solução" (BITTENCOURT, 2004, p. 327). A autora faz uma série de observações sobre seus usos, principalmente acerca dos critérios utilizados na seleção destes materiais. Bittencourt (2004) elenca preocupações que devem ser levadas em consideração pelo docente ao selecionar determinada fonte, tais como vocabulário, tamanho do documento e adequação à idade.

É preciso cuidado para que os documentos forneçam informações claras, de acordo com os conceitos explorados, e não tornem difícil a compreensão das informações. A má seleção deles compromete os objetivos iniciais propostos no plano de aula, ao passo que sua complexidade e extensão podem criar uma rejeição pelo tema ou pelo próprio tipo de material (BITTENCOURT, 2004, p. 330-331). Ela ressalta que os documentos históricos não foram produzidos com vieses didáticos, por isso devem ser analisados respeitando suas características originais. Como sugestão de análise, Bittencourt (2008) sugere uma descrição do documento e mobilização dos saberes prévios dos educandos; seguido de explicação e situação do documento ao contexto em que e por quem foi produzido; identificando sua natureza e características. Toda essa sequência metodológica tem por objetivo garantir ao aluno chegar à crítica da fonte, com a identificação dos limites e interesses explícitos ou implícitos nela constante.

Figura 35 – Página 14 do material didático

Seguindo o rol dos inúmeros documentos históricos listados por Circe Bittencourt com grande potencial de análise que podem ser levados às salas de aulas por professores/as que lecionam a disciplina de História, estão os jornais e demais materiais impressos, como destaca Francisco das Neves Alves:

A linguagem, a grafia, a organização editorial e as construções discursivas dos jornais antigos são obstáculos a ser enfrentados pelo professor, mas não motivo para a desistência da utilização de tais fontes documentais. O estudo prévio da contextualização histórica e das condições de produção de um determinado jornal, ou seja, das relações inter, intra e extradiscursivas que cercam a sua publicação, são ações básicas para que o docente possa lançar mão de tal documentação, calcado essencialmente numa bibliografia de apoio e no conhecimento de causa acerca do seu objeto de estudo. Após aparar tais arestas, o professor poderá levar até seus alunos as informações/opiniões contidas no jornalismo de tempos pretéritos, não podendo deixar de lado considerações como as faixas etárias, as etapas de formação e o poder de interpretação/abstração de cada conjunto de estudantes com os quais pretende empreender o trabalho (ALVES, 2012, p. 21).

Dentre as diversas possibilidades de análise destacadas por Alves, está a de se utilizar a Imprensa do território onde se está inserido. “Os periódicos trazem em si uma quantidade praticamente imensurável de dados sobre as vivências humanas nos seus mais variados fundamentos, seja o político, o social, o econômico, o cultural, o ideológico, o religioso, entre tantos outros” (ALVES, 2012, p. 21). E aqui se insere as discussões acerca das representações de gênero.

Figura 36 – Página 15 do material didático

Orientações a docentes

Quando usar este livro?

O livro foi desenvolvido a partir de uma pesquisa feita com edições do jornal curitibano *Gazeta do Povo* de 1937 a 1946, período marcado pelo autogolpe e instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas e de grandes transformações socioeconômicas no Brasil. Embora não se limite apenas a esta unidade temática, os conteúdos deste livro dialogam mais diretamente com ela. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), para docentes que lecionam neste estado, o material pode auxiliar o ensino da unidade temática “O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX” (BRASIL, 2018, p. 428). Lembrando que o livro também pode ser indicado para uso no Ensino Médio, quando for abordada novamente as temáticas ligadas ao governo Vargas, mas não somente quando for tratar desse assunto.

Afinal, não existe um momento específico para se discutir gênero e utilizar os classificados de emprego nas aulas de História. Isso porque homens e mulheres sempre coexistiram e coabitaram nos mesmos tempos e espaços históricos. Onde estavam as mulheres? O que elas estavam fazendo? Quais papéis sociais eram reservados para elas? Insira essas questões em suas aulas, questione os alunos, as fontes e os recursos didáticos! Como eram as relações sociais na História ágrafa? Qual era o papel feminino nos povos ameríndios? Na Idade Média? E hoje?

BNCC | HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX	O período varguista e suas contradições A emergência da vida urbana e a segregação espacial O trabalhismo e seu protagonismo político	(EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).
	Anarquismo e protagonismo feminino	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.
A história recente	Pluralidades e diversidades identitárias na atualidade	(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

Fonte: BRASIL, 2018, p.428-429, 432-433.

Figura 37 – Página 16 do material didático

CREP HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVO PARANAENSE E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.	O período varguista e suas contradições. Populismo X Trabalhismo.	PR. EFO9HI05. d. 9.07 - Compreender as principais características do período varguista e suas contradições.
	A emergência da vida urbana e a segregação espacial. O trabalho e seu protagonismo político	
	Anarquismo e protagonismo feminino.	PR. EFO9HI08. a. 9.10 - Identificar e problematizar as transformações e continuidades ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado dessas mudanças e das permanências em relação ao tema. PR. EFO9HI09. a. 9.11 - Relacionar e compreender as lutas e as conquistas de direitos políticos, econômicos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais de grupos organizados, bem como analisar o anarquismo como movimento de contestação, no âmbito local, regional e nacional.
Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946.	A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais.	PR. EFO9HI24. a. 9.26 - Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando e problematizando as mudanças e permanências sobre questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos no viés local, regional e nacional.
	Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira.	PR. EFO9HI25. a. 9.27 - Relacionar e compreender os movimentos sociais como protagonistas da luta pelos direitos democráticos e as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989
	A questão da violência contra populações marginalizadas.	PR. EFO9HI26. a. 9.28 - Relacionar e problematizar aspectos das permanências e mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do país no cenário internacional na era da globalização.

Fonte: PARANÁ, 2018, p. 485-486, 488-489.

Por que fazer uma abordagem solitária?

Embora seja voltado para docentes do componente curricular de História, o livro pode ser utilizado de maneira interdisciplinar. Além das proximidades temáticas com a Geografia Humana, pode-se dialogar com colegas de Linguagens, Ciências e Matemática. Em Linguagens é possível, após a discussão temática e análise, propor a reescrita atualizada dos classificados - que é um gênero textual. Com Ciências, um trabalho em conjunto, analisando as diferenças entre sexo e gênero e os papéis sociais baseados nos gêneros. Com matemática, pode-se desenvolver uma pesquisa com jornal ou outra fonte sobre as representações de gênero e, depois, gerar os gráficos e estatísticas. Para quem atua no Ensino Médio, o leque nas humanidades é maior, é possível dialogar com a Sociologia e a Filosofia.

Figura 38 – Página 17 do material didático

Referências Bibliográficas:

- ALVES, Francisco das Neves. **O ensino da História por meio dos jornais antigos:** as imagens acerca dos atores político-partidários à época imperial. In: **Historiae:** revista de história da Universidade Federal do Rio Grande, v. 3, p. 19-36, 2012.
- BARBOSA, Daiana Silva. **A pesquisa histórica “nos e por meio dos periódicos”:** os “negócios de Macaúbas” (1878- 1881). In: **Anais do VII Encontro Estadual de História**, 2016, Feira de Santana, BA.
- BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Portugal: Europa-América, 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.
- CALONGA, Maurílio Dantielly. **O jornal e suas representações:** objeto ou fonte da história? Revista de Comunicação & Mercado/UNIGRAN, Dourados, v. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov. 2012.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação.** In: PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- KRENISKI, Gislania Carla P; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. **O jornal como fonte histórica:** a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, jul. 2011, São Paulo.
- LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **História e Imprensa:** a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. Anais do XIV Encontro Regional de História, out. 2014, Campo Mourão.
- LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. **Olhares Sobre uma Cobertura** - a Eleição de 2002 no Paraná. Curitiba: Pós-escrito, 2007.
- PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. **Currículo da Rede Estadual Paranaense.** Paraná, 2018.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula.** In: BITTENCOURT, C. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2010. p. 54-66.
- ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa:** algumas considerações metodológicas. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP, São Paulo, n. 4, p. 90, 1985. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12410/8995>>. Acesso em 10 jul. 2019.

Figura 39 – Página 18 do material didático



Figura 40 – Página 19 do material didático

Apresentação

Olá, você já foi repreendido ou repreendida por alguém ao fazer algo que esta pessoa julgava não "condizer" com seu gênero? Pode parecer difícil a pergunta acima, mas muitas meninas ainda são repreendidas por praticarem comportamentos associados ao gênero "masculino", e vice-versa.

A maior jogadora de futebol do mundo, a alagoana Marta, disse que sofreu muito preconceito por jogar futebol – tido por muito tempo como um esporte masculino. Muitos meninos são discriminados por praticarem balé ou se interessarem por profissões ligadas às artes ou moda – relacionadas com atividades profissionais femininas.

Mas afinal, existe profissão de homem e profissão de mulher? Já se perguntou por que as mulheres da sua família trabalham com o que trabalham? Será que os homens da sua família executariam as mesmas atividades que elas? É sobre esse assunto que trata este livro. Analisar como se deram essas construções sociais, principalmente relacionadas ao mundo do trabalho, as mudanças e continuidades. Para isso, foram utilizados os classificados de emprego publicados no jornal curitibano *Gazeta do Povo*, no qual empresas e famílias com boas condições financeiras ofertavam vagas de emprego e pessoas se ofereciam para trabalhar.

Mas será que essas publicações de classificados em jornais, tão comuns na época de seus pais e avós, serviram apenas para intermediar empregos ou elas podem nos ajudar a entender o que se esperava de homens e mulheres que viviam em Curitiba na década de 1930? Ou o que se entende por masculino e feminino até os dias atuais?

Bora embarcar nesta aventura histórica!?



Figura 41 – Página 20 do material didático

Sumário

O que é gênero?	21
Que jornal é esse?	22
Relacionando Saberes	24
CAPÍTULO 1: Temos vagas!	25
Para refletir... Para saber mais Siga_no_insta	31
Relacionando Saberes	32
Anotações	33
CAPÍTULO 2: Contrata-se mulheres!	34
Para refletir... Para saber mais Siga_no_insta	38
Relacionando Saberes	39
Anotações	40
CAPÍTULO 3: Preferência por branca ou de origem europeia	41
Para refletir... Para saber mais Siga_no_insta	45
Relacionando Saberes	46
Anotações	48
CAPÍTULO 4: Mocinhas ou senhoras	49
Para refletir... Para saber mais Siga_no_insta	53
Relacionando Saberes	53
Anotações	55
CAPÍTULO 5: Paga-se bem (aos homens)	56
Para refletir... Para saber mais Siga_no_insta	59
Relacionando Saberes	60
Anotações	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

Figura 42 – Página 21 do material didático



Ilustração retrata as diferenças sexuais, biológicas; das diferenças de gênero, que são construídas socialmente. / Fonte: Marisa Rodrigues e Flávio Freitas / Ilustração Marisa Rodrigues.

Pode parecer uma palavra nova, mas gênero é um conceito muito importante para historiadores e historiadoras do mundo todo. Embora saibamos que homens e mulheres tenham convivido e interagido em todos os períodos históricos, por muito tempo as pesquisas se dedicaram a grandes feitos dos homens. Isso porque a maioria dos estudos históricos utilizava documentos, registros e relatórios oficiais para seus trabalhos, o que excluía quem não dominava a escrita, não exercia importantes funções militares ou de governo, ou seja, eram invisibilizadas mulheres, crianças e pessoas comuns.

Para reverter este cenário, diversas ações foram feitas contra o apagamento/esquecimento feminino na História. Neste sentido, o movimento feminista – que luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres – teve atuação importante. Sendo uma de suas grandes contribuições para a historiografia, as discussões que ajudaram a diferenciar “sexo” de “gênero”. Para a historiadora Guacira Louro (2014), o sexo biológico diferencia homens e mulheres por meio dos órgãos sexuais: pênis e vagina; enquanto o gênero está relacionado com a construção sociocultural do que é masculino e feminino, e isso pode variar de acordo com a época e o lugar.

Uma das maiores expoentes acerca dos estudos de gênero na atualidade é a professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de Altos Estudos de Princeton, Nova Jersey, Joan Scott. Para ela, a partir do conceito de gênero é possível analisar como se dão essas relações e representações de gênero nas sociedades e, assim, compreender os papéis sociais reservados a homens e mulheres. Este material foi elaborado visando a ampliação do seu repertório teórico e crítico acerca das construções sociais de gênero que, em muitos casos, geram expectativas sobre o que se pode ou não fazer em casa, na escola, na empresa e na sociedade.

Figura 43 – Página 22 do material didático



Capa da primeira edição da Gazeta do Povo, de 3 de fevereiro de 1919. Fonte: Gazeta do Povo.

Para a construção deste material foram analisados os classificados de empregos do jornal curitibano Gazeta do Povo. Sua primeira edição foi impressa no dia três de fevereiro de 1919. Para viabilizar a ideia de rodar o jornal, os idealizadores foram atrás de patrocínio dos grandes empresários da época: proprietários de erva-mate e indústrias madeireiras. Embora tivesse afirmado que seria apolítico, apartidário e independente num manifesto impresso um dia antes do lançamento, o jornal tinha patrocinadores e a intenção de ser “combativo”.

De acordo com Elza Oliveira Filha (2007), em sua primeira edição, o jornal continha seis páginas, sendo quase metade do material impresso ocupado por publicidade. “Apesar do que dizia o manifesto de lançamento, a edição incluiu um texto de primeira página que defendia enfaticamente a candidatura de Ruy Barbosa à Presidência da República”. (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 38). Com o passar das décadas, o jornal se consolidou no mercado editorial de Curitiba, com um jornalismo local e de prestação de serviços (OLIVEIRA FILHA, 2007, p. 40).

Como era a Gazeta do Povo de 1937 a 1946?

As edições do período analisado para a produção deste material não possuíam grande volume de páginas, os anúncios publicitários eram – na maioria – de produtos ou serviços relacionados à saúde e não há registro do número de tiragens em suas páginas. A Gazeta do Povo das décadas de 1930 e 1940 mantinha forte vínculo local e, ainda contrariando seu discurso inicial, fazia ampla cobertura política, com postura bastante combativa ao então presidente Getúlio Vargas.

O formato de impressão da Gazeta do Povo era o “standart” – formato de impressão que dava ao jornal uma forma retangular, sendo a altura bem maior que a largura, podendo ser dobrado ao meio para ser transportado. Por padrão, um jornal standart mede 54 centímetros de altura por 30 centímetros de largura, o que conferia à Gazeta do Povo e suas oito colunas verticais considerável espaço para textos e imagens – sendo esta última pouco explorada pela Gazeta como recurso informativo.

Boa parte do jornal era dedicada aos anúncios de produtos e de alguns comércios e serviços locais. A parte gráfica do jornal não privilegiava espaços em branco, embora seguisse padrões estéticos e gráficos da época em que a diagramação era feita à régua e os textos buscavam ocupar todo espaço disponível, com impressão em preto e branco.

Figura 44 – Página 23 do material didático

Como eram os classificados?

É comum quando alguém quer comprar ou vender um objeto, anunciar ou buscar por ele em grupos de trocas ou vendas nas redes sociais como Facebook ou WhatsApp. Há também plataformas e sites especializados em classificados, como o OLX. Por muito tempo, antes de popularizar a internet e o uso de aparelhos conectados, muitas pessoas recorriam a jornais e revistas para anunciarem seus produtos, serviços, imóveis e também ofertar empregos.



Os "Pequenos Anúncios", veiculados na Gazeta do Povo, foram ocupando maior espaço dentro do jornal / Fonte: Registro do autor

Na Gazeta do Povo havia a editoria de "Pequenos Anúncios", que reunia esses pequenos textos e classificava-os por categorias como: vende-se, aluga-se, contrata-se e oferece-se. A editoria era fixa, no entanto, os anúncios se repetiam ao longo do mês, sendo que raramente eram publicados de um mês para o outro. Escrito em letras maiúsculas, ocupando no geral quatro das oito colunas verticais, dividindo espaço com grandes propagandas, a maioria contava com recursos/elementos visuais além de textos. Abaixo do título, às vezes encontrava-se instruções de como anunciar na Gazeta, sendo que quem quisesse contratar alguém, pagava uma quantia para veicular a vaga.

Já os profissionais desempregados que desejavam oferecer sua mão de obra, anunciavam de graça. O público pagante de anúncio do jornal possuía – em sua maioria – o mesmo perfil do grupo social que no passado ajudou a fundar o jornal: famílias de empresários do mate, comerciários e/ou "famílias de posses", e também profissionais liberais que buscavam pessoas para preencherem vagas em seus empreendimentos ou desenvolver trabalho doméstico.

E hoje? Como é a Gazeta?

Como é a Gazeta do Povo? Ela ainda é impressa? Continua focada em noticiar fatos locais? Mantém seu propósito de ser apolítica e independente? Leia o QR ou acesse o site e descubra: www.gazetadopovo.com.br



Figura 45 – Página 24 do material didático



Relacionando saberes

UM OLHAR SOBRE GÊNERO NO LIVRO DIDÁTICO:

Como vimos, homens e mulheres sempre coexistiram, mas será que seu livro didático dá a mesma importância para ambos? Imagens e textos contemplam os papéis sociais femininos e masculinos da época e local estudado? Selecione um capítulo do seu livro didático e, após a leitura, preencha o quadro a seguir:

ANALISANDO MEU LIVRO	
Tema principal abordado no capítulo do livro:	
Local em que se passa o tema estudado:	Ano ou período estudado:
HÁ MENÇÃO A PERSONAGENS OU ATIVIDADES MASCULINAS? () Não () Sim. Quantas? ____	HÁ MENÇÃO A PERSONAGENS OU ATIVIDADES FEMININAS? () Não () Sim. Quantas? ____
Há imagens de personagens masculinos? () Não () Sim. Quantas? ____	Há imagens de personagens femininos? () Não () Sim. Quantas? ____

A PARTIR DOS NÚMEROS LEVANTADOS, RESPONDA:

a) Qual gênero está mais presente no capítulo analisado? Por que, na sua opinião e levando em conta o que foi visto, há maior presença deste gênero no seu livro didático?

Resposta pessoal. Oriente os/as alunos/as neste processo de seleção do capítulo ou parte dele, dê preferência ao capítulo que estejam estudando ou estudaram recentemente.

b) Pesquise quais eram os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres nesta época e lugar estudado. Havia igualdade entre eles?

Resposta pessoal. Oriente seus/suas discentes a refletirem sobre o que faziam os personagens que aparecem no livro. Eram governantes ou governados? Eram políticos ou populares? O importante é analisar como os gêneros aparecem no material didático, ou seja, como homens e mulheres – de uma determinada época e lugar – foram representados no livro de História.

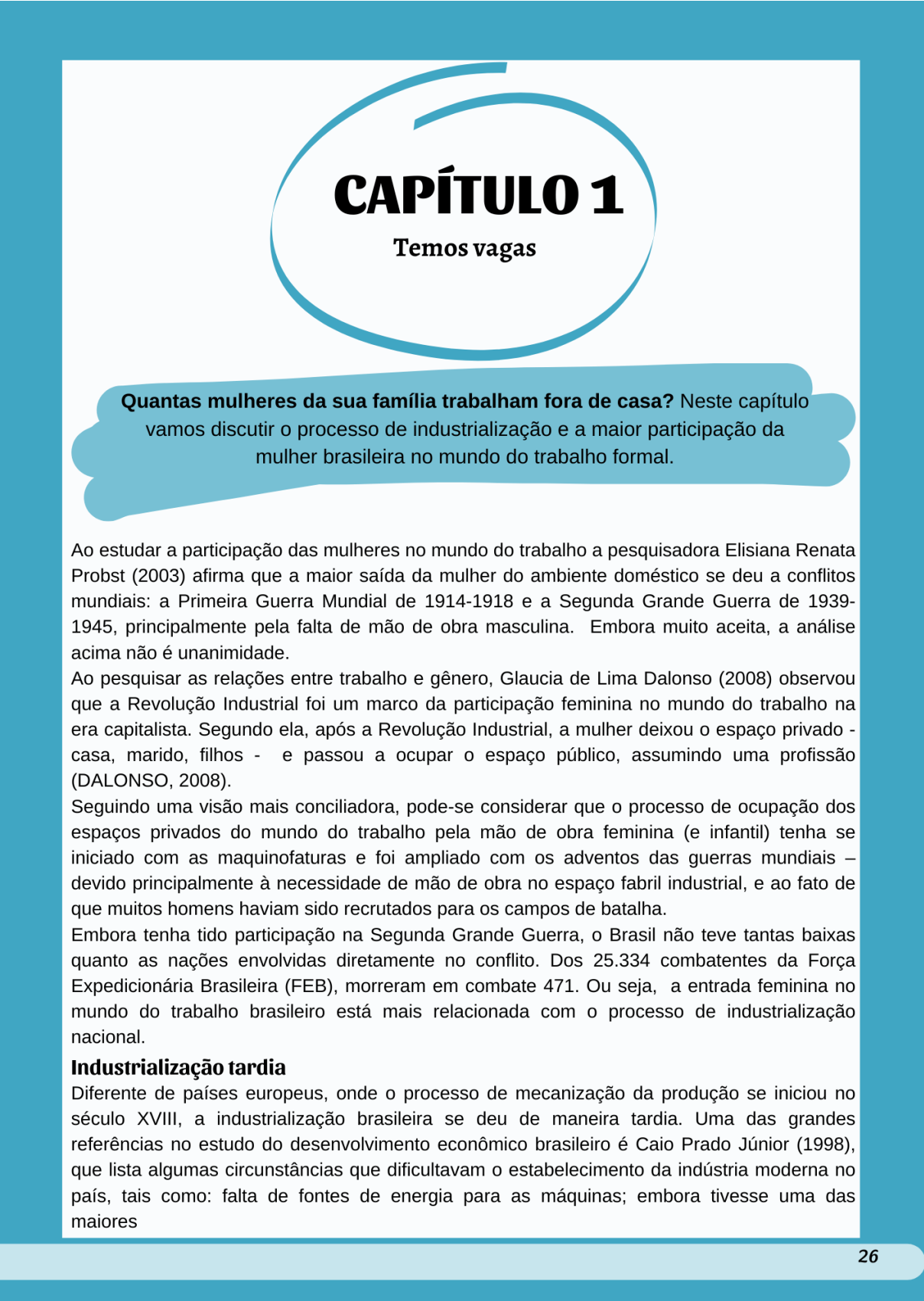
Figura 46 – Página 25 do material didático



Mulheres, homens e crianças fazem greve em frente à fábrica têxtil em São Paulo, em 1917 / Fonte: Arquivo Edgar Leuenroth - Unicamp

Foi apenas com os processos de industrialização que as mulheres iniciaram no mundo do trabalho ou sempre trabalharam, mas não eram vistas e valorizadas?

Figura 47 – Página 26 do material didático



CAPÍTULO 1

Temos vagas

Quantas mulheres da sua família trabalham fora de casa? Neste capítulo vamos discutir o processo de industrialização e a maior participação da mulher brasileira no mundo do trabalho formal.

Ao estudar a participação das mulheres no mundo do trabalho a pesquisadora Elisiana Renata Probst (2003) afirma que a maior saída da mulher do ambiente doméstico se deu a conflitos mundiais: a Primeira Guerra Mundial de 1914-1918 e a Segunda Grande Guerra de 1939-1945, principalmente pela falta de mão de obra masculina. Embora muito aceita, a análise acima não é unanimidade.

Ao pesquisar as relações entre trabalho e gênero, Glaucia de Lima Dalonso (2008) observou que a Revolução Industrial foi um marco da participação feminina no mundo do trabalho na era capitalista. Segundo ela, após a Revolução Industrial, a mulher deixou o espaço privado - casa, marido, filhos - e passou a ocupar o espaço público, assumindo uma profissão (DALONSO, 2008).

Seguindo uma visão mais conciliadora, pode-se considerar que o processo de ocupação dos espaços privados do mundo do trabalho pela mão de obra feminina (e infantil) tenha se iniciado com as maquinofaturas e foi ampliado com os adventos das guerras mundiais – devido principalmente à necessidade de mão de obra no espaço fabril industrial, e ao fato de que muitos homens haviam sido recrutados para os campos de batalha.

Embora tenha tido participação na Segunda Grande Guerra, o Brasil não teve tantas baixas quanto as nações envolvidas diretamente no conflito. Dos 25.334 combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), morreram em combate 471. Ou seja, a entrada feminina no mundo do trabalho brasileiro está mais relacionada com o processo de industrialização nacional.

Industrialização tardia

Diferente de países europeus, onde o processo de mecanização da produção se iniciou no século XVIII, a industrialização brasileira se deu de maneira tardia. Uma das grandes referências no estudo do desenvolvimento econômico brasileiro é Caio Prado Júnior (1998), que lista algumas circunstâncias que dificultavam o estabelecimento da indústria moderna no país, tais como: falta de fontes de energia para as máquinas; embora tivesse uma das maiores

Figura 48 – Página 27 do material didático

reservas de ferro, não havia siderurgia; e a deficiência de mercado consumidor.

Sobre fatores que teriam contribuído com o desenvolvimento de uma indústria nacional, ainda modesta do século XIX, ele lista a queda no câmbio e o consequente encarecimento dos produtos importados; a elevação progressiva das tarifas alfandegárias a partir de 1844; a produção de algodão; e, não menos importante, a abundância de mão de obra ociosa e barata (PRADO JR, 1998). De acordo com o estudo de Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1991), que aborda a industrialização e as relações de trabalho de 1889 a 1930, a maior parte dos operários desse período era composta por pessoas que haviam imigrado do continente europeu (DECA, 1991).

É neste contexto de forte industrialização da virada de século – de expansão urbana e excedente de mão de obra – que aumentaram as possibilidades de mulheres brasileiras trabalharem formalmente fora de suas casas. Relacionando, mais uma vez, a maior ocupação feminina no mundo do trabalho com o processo de industrialização do país - que teve início na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da indústria têxtil no Nordeste, e que posteriormente migra para a região Sudeste (RAGO, 1985). Embora possa parecer que as mulheres tenham começado a trabalhar a partir da industrialização, Joan Scott destaca que o trabalho feminino apenas conquistou maior visibilidade neste período, pois a mulher trabalhadora sempre existiu. “É evidente que ela existia já muito antes do advento do capitalismo industrial, ganhando o seu sustento como fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo da Europa e da América” (SCOTT, 1991, p. 443).

Ao tratar das condições de trabalho nos espaços fabris paulistanos do início do XX, Warren Dean descreveu um cenário de grande exploração humana em São Paulo. Segundo ele, as pessoas que atuavam nas indústrias paulistas trabalhavam dez ou mais horas por dia, seis dias na semana e ganhavam o equivalente a sessenta centavos de dólar por dia (DEAN, 1971). Outro dado que chamou a atenção do autor foi o uso da mão de obra feminina e infantil. Para Decca (1991), a grande disponibilidade de mão de obra e o emprego do trabalho feminino e de crianças nas fábricas justificavam salários extremamente baixos.

Getúlio Vargas e a industrialização brasileira

A “Era Vargas” teve início com a “Revolução de 1930” que resultou em um golpe de Estado. Em 24 de outubro de 1930, o então presidente da república Washington Luís era deposto e em seu lugar assumia Getúlio Dorneles Vargas. Nascido em São Borja, no estado do Rio Grande do Sul, vinha de uma família poderosa, se formou em Direito, foi deputado federal, chegou a ser ministro de Washington Luís até 1928, quando foi eleito presidente do Estado do Rio Grande do Sul. “Perdeu a eleição presidencial de 1930, mas encontrou o caminho do poder pela via armada” (ROCHA, 2000, p. 70).

Seus primeiros anos no período de governo provisório foram marcados pela forte centralização, com medidas que conferiam ao presidente os poderes Executivo e Legislativo, dissolução do legislativo em todas as esferas, além da



Imagem de Getúlio Vargas estampou a nota de 10 Cruzeiros. / Fonte: Getty Images

Figura 49 – Página 28 do material didático

nomeação de interventores nos estados. Outra característica que marcou essa fase inicial do governo Vargas foi a implantação de políticas públicas voltadas ao mundo do trabalho, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e leis que visavam reger a exploração do trabalho e, posteriormente, o controle dos sindicatos (ROCHA, 2000).

Com grande habilidade política, Getúlio soube administrar os interesses de diferentes setores socioeconômicos. Para atender os cafeicultores, em meio aos efeitos da crise de 1929, o governo passou a comprar e queimar toneladas de café até que os preços e demanda se estabilizassem. Ao mesmo tempo em que atendia o setor agrário, Vargas insistia na industrialização. Passado o período de governo provisório (1930-1934), Getúlio passou a governar o Brasil por meio de uma nova Constituição (1934-1937).

Com amplos poderes, o presidente sancionou medidas democráticas como o voto secreto e o voto feminino. No entanto, sob o pretexto da existência de um plano comunista para a tomada do poder – chamado de Plano Cohen – Getúlio Vargas deu um autogolpe, fechou o Congresso Nacional e impôs ao país uma nova Constituição, conhecida como "Polaca", devido à sua inspiração na Constituição da Polônia, de tendência fascista. Teve início o regime do Estado Novo (1937-1945), que impôs censura aos meios de comunicação, reprimiu e perseguiu adversários. Na questão econômica, Getúlio estimulou uma atividade econômica estatal e nacionalizante com foco, sobretudo, na implantação da indústria de base – aquela que produz máquinas para a transformação/beneficiamento de matéria-prima (MENDONÇA, 1989). Foi durante o período do Estado Novo que Getúlio – em meio à Segunda Guerra Mundial – pôde financiar grandes empreendimentos industriais públicos geradores de matérias-primas para a indústria de base.

Aproveitando da localização estratégica do Brasil, foi "leiloando seu apoio" (ROCHA, 2000) que Vargas conseguiu viabilizar junto aos Estados Unidos projetos grandiosos como a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores. Tal proximidade com os norte-americanos fez com que o Brasil abandonasse sua posição neutra e entrasse no conflito contra os nazifascistas. No plano social, Vargas sancionou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criou a Justiça do Trabalho, tornou lei o salário mínimo, a contribuição sindical obrigatória, as férias remuneradas e a previdência social. De acordo com Mary Del Priori e Renato Venâncio (2010), essas medidas ajudaram a construir uma percepção de Vargas como um protetor. Sob o governo de Vargas, as mulheres brasileiras conquistaram direitos, tanto políticos quanto sociais. Além do direito ao voto, de acordo com Natascha Ostos (2012), diversos decretos favoreceram a população feminina que trabalhava na indústria e no comércio.

O Decreto nº 21.417, por exemplo, previa a concessão do direito à licença-maternidade; proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro semanas antes e após o parto; direito da mulher em período de aleitamento a descansos diários, ao longo de seis meses depois do parto; direito a repouso de duas semanas caso a gestante sofresse aborto natural; proibição do trabalho feminino em subterrâneos e outras atividades perigosas e insalubres; igualdade salarial para ambos os sexos, desde que no desempenho das mesmas funções; proibição do trabalho noturno às mulheres, entre dez da noite e cinco da manhã (Decreto nº 21.417A, 17/05/1932).

Os benefícios de algumas dessas medidas foram inegáveis e muitas dessas conquistas se deveram à luta incansável das trabalhadoras em prol de uma vida mais digna, na qual não vigorasse a exploração desumana a que eram submetidas no ambiente das fábricas e dos estabelecimentos comerciais (OSTOS, 2012, p. 328).

Figura 50 – Página 29 do material didático

Crescimento das cidades

Uma das consequências do processo de industrialização e substituição do trabalho manual pelo mecânico foi o impulsionamento da urbanização e do crescimento populacional. De acordo com Monteiro (1989), a população urbana que em 1940 era de 12.945.641, passou para 18.782.891 em 1950. Como São Paulo possuía maior infraestrutura, a concentração das novas atividades fabris se deu naquele estado, que passou a abrigar novos segmentos como a metalurgia, mecânica, elétrica, transporte e química. Mesmo assim, a indústria têxtil foi uma das que mais investiu no estado, a ponto de gerar uma crise de excesso de produção (CANO, 2012). Vale ressaltar que foram as indústrias têxteis as primeiras a abrirem espaço para o trabalho feminino e infantil, não pela especialidade, mas pelo preço ínfimo dessa mão de obra.

E Curitiba?



Catedral Basílica Nossa Senhora da Luz dos Pinhais foi inaugurada em 1893. / Fonte: Getty Images

Enquanto São Paulo caminhava a passos largos no processo de industrialização, o Paraná dava passadas lentas. O professor Claudio Roberto Bragueto (1999) afirma que até a década de 1930, a indústria paranaense mantinha-se ligada ao mate e à madeira para exportação (BRAGUETO, 1999). A produção ervateira foi ponto crucial para o desenvolvimento e urbanização de Curitiba. Segundo Ruy Wachowicz (2010), passado o período de exploração do ouro, Curitiba era em 1853 uma vila em expansão com pouco mais de 300 casas, algumas dezenas em construção (WACHOWICZ, 2010).

A vila de Curitiba ficava isolada do litoral e tinha desenvolvimento lento até 1873 (WACHOWICZ, 2010), mas a situação é revertida após a construção da Estrada da Graciosa naquele ano, e se intensificou em 1885 com a inauguração da estrada de ferro que facilitou ainda mais o transporte e a comunicação com a marinha. Para Magnus Pereira (1996), o Paraná era, até meados do século XIX, uma região essencialmente agrária, com pequenas e modestas cidades, onde podia-se encontrar a burocracia, alguns comércios, artesãos e muitas prostitutas (PEREIRA, 1996).

De acordo com Magnus Pereira, a região dos Campos Gerais – na rota das tropas – era a terra dos fazendeiros, dos casarões coloniais portugueses, que vivam a vida no campo, e que tinham pouca relação com o espaço urbano, limitado à missa ou à burocracia. Já a burguesia ervateira, juntamente com seus trabalhadores e demais pessoas ligadas à produção ervateira, vivia preferencialmente nas cidades e dependiam do mercado urbano para atender a praticamente todas as suas necessidades (PEREIRA, 1996).

Figura 51 – Página 30 do material didático

Outra grande diferença entre esse novo extrato social com os latifundiários dos Campos Gerais era que, além da vida urbana, da mecanização do processamento do mate, também privilegiaram o emprego de mão de obra livre. O emprego de homens livres nos engenhos se dava mais pelo custo de um escravo e pela própria sazonalidade da produção ervateira. Trocando em miúdos, era mais viável financeiramente contratar uma pessoa assalariada nos períodos de colheita e beneficiamento a “comprar” e manter escravos – principalmente aos que lidavam diretamente com o processo final de produção (PEREIRA, 1996).

Mesmo com as mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil no fim do século XIX, com a instalação da República e o norte econômico voltado para a produção e exportação de café, o mate foi por muito tempo o principal produto paranaense. A presença da burguesia ervateira e seus palacetes ilustram bem a Curitiba da virada do século e das primeiras décadas de 1900. O período foi marcado por grandes transformações urbanas e sociais, em que a cidade firmava seus processos de “modernidade”, com crescimento populacional e urbanístico:

POPULAÇÃO NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO NOS INTERVALOS DOS CENSOS DE CURITIBA - 1870 A 1950	
1870	11.849
1880	16.987
1890	24.553
1900	49.755
1910	62.689
1920	78.986
1930	105.403
1940	140.656
1950	180.575

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1853 a 2010. Contagem Populacional 1996, IPPUC - Estimativas demais anos.

De acordo com Loeffler (2009), na passagem do século XIX para o século XX, Curitiba vivenciou relativa expansão econômica e social, influenciada – dentre outros fatores – pela vinda de imigrantes, que tiveram participação nas atividades comerciais e industriais paranaenses. E foi na primeira década do século passado que a capital paranaense recebeu instalações de rede elétrica, pavimentos em ruas e calçadas. Os bondes de tração animal foram substituídos pelos movidos a eletricidade e fechados; carros começavam a disputar espaço com as carroças (FENIANOS, 1995).

Segundo Loeffler (2009), com maior agitação cultural na cidade, popularizaram-se os meios de comunicação impressos. Dentre os jornais mais lidos na época estavam a Gazeta do Povo, o Correio do Paraná e, a partir da década de 1920, o periódico O DIA (LOEFFLER, 2009, p. 41).

Figura 52 – Página 31 do material didático

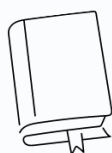
E eram nesses jornais que essa nova burguesia curitibana publicava suas demandas por mão de obra a partir de suas necessidades, expondo seus valores e representações acerca do que seriam papéis sociais femininos e masculinos idealizados e aceitáveis na sociedade. Nos classificados, especificamente na seção de “oferecem-se”, homens e mulheres, profissionais ou autônomos – imbuídos desses valores – também anunciavam sua força de trabalho e aptidões em busca de uma contratação.

Para Refletir...



- Recenseamento feito em 1920 mostrou que havia em São Paulo um total de 247 indústrias têxteis, que empregavam 34.825 operários. Destes, 14.352 (41,21%) eram homens e 17.747 (50,96%) eram mulheres. Fonte: Margareth Rago, 1997.
- O censo de 1940 apontou que a população brasileira era de 41.236.315 habitantes, sendo 20.614 homens e 20.622.227 mulheres. Apenas 9.143.563 sabiam ler e escrever. Fonte: Portal Século XX IBGE Disponível em: bit.ly/dadoscenso1940

Para saber mais!



LIVRO | Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930.

Autora: Margareth Rago.

FILME | Olga

Direção: Jayme Monjardim

Elenco: Camila Morgado, Caco Ciocler, José Dumont

Origem: Brasil



Siga no insta

@mulheresnahist



mulheresnahist

Enviar mensagem

👤

...

59 publicações

1.826 seguidores

523 seguindo

Mulheres na História

Perfil dedicado à história das mulheres, em um movimento contra nossa sub-representação na historiografia. Por Ana, graduanda em História pela UFRGS.

Figura 53 – Página 32 do material didático



Relacionando saberes

LEIA OS DOCUMENTOS ABAIXO:

Documento 1

As condições de trabalho em São Paulo dificilmente se justificariam. Em 1929, o industrial paulista médio recebia cerca de quatro mil-réis (sessenta centavos de dólar) por dia e, para ganhá-los, trabalhava dez horas ou mais, durante seis dias por semana. As mulheres representavam cerca de um terço da força de trabalho, e havia muitas crianças; é possível que a metade de todos os operários fosse menor de dezoito anos e quase 8% eram menores de quatorze.

Fonte: DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

Documento 2

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) revela que de cada quatro pessoas empregadas na indústria, uma é do sexo feminino. Já segundo o Portal ODS, as mulheres representam 32% da força de trabalho da indústria. Na indústria paranaense, segundo a Agência FIEP, a maior concentração da mão de obra feminina está na indústria de transformação. São 230,5 mil mulheres à frente das atividades deste setor, que engloba os segmentos: fabricação de produtos alimentícios, confecções e artigos do vestuário, fabricação de móveis, fabricação de produtos de borracha e material plástico. Proporcionalmente, elas estão em maior número nas atividades do segmento da moda. Das 68,4 mil vagas existentes em confecções e artigos do vestuário, 76% são ocupadas por mulheres.

Fonte: **Portal Sesi-PR** Disponível em: <http://gg.gg/orqip> Acesso em: 12 mar. 2021.

Documento 3

Art. 1º. Sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual.

Art. 2º O trabalho da mulher nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares, é vedado desde 22 horas até 5 horas.

Art. 4º Às mulheres empregadas em estabelecimentos industriais e comerciais é vedado remover materiais de peso superior ao estabelecido nos regulamentos elaborados pela autoridade pública.

Art. 5º. É proibido o trabalho da mulher: a) nos subterrâneos, nas minerações, em subsolo, nas pedreira, e obras de construção pública ou particular; b) nos serviços perigosos e insalubres, constantes do quadro anexo.

Art. 7º. Em todos os estabelecimentos industriais e comerciais é proibido o trabalho à mulher grávida, durante um período de quatro semanas, antes do parto, e quatro semanas depois.

Art. 9º. Enquanto afastada do trabalho por força do disposto no art. 7.º e respectivos parágrafos, terá a mulher direito a um auxílio correspondente à metade dos seus salários, de acordo com a média dos seis últimos meses e, bem assim, a reverter ao lugar que ocupava.

Art. 11. A mulher que amamentar o próprio filho terá direito a dois descansos diários especiais, de meia hora cada um, durante primeiros seis meses que se seguirem ao parto.

Art. 13. Aos empregadores não é permitido despedir a mulher grávida pelo simples fato de gravidez e sem outro motivo que justifique a dispensa.

Fonte: **BRASIL**. DECRETO Nº 21.417-A, DE 17 DE MAIO DE 1932. Adaptado para fins didáticos.

Figura 54 – Página 33 do material didático

RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

1) As restrições impostas às mulheres pelo governo Getúlio Vargas neste decreto tinham a intenção de protegê-las ou dificultar que conseguissem um emprego?

Estimule a reflexão dos/das educandos/as a respeito de cada atividade que foi vedada ao trabalho feminino, especialmente sobre a restrição de horário. Esta medida seria protetiva, moralizante ou apenas para assegurar mercado de trabalho aos homens? Para a pós-doutora em História, Natascha Stefania Carvalho Ostos (2012, p. 328), essas normativas empreendidas por Vargas, como a “proibição do trabalho noturno às mulheres, e também em atividades consideradas insalubres ou perigosas, significava, na prática, estabelecer uma reserva de mercado aos homens”.

2) Dentre as medidas previstas no decreto, quais realmente beneficiaram as mulheres trabalhadoras?

Ainda de acordo com Natascha Stefania Carvalho Ostos (2012, p. 328), “as medidas que, concretamente, mais beneficiaram as mulheres trabalhadoras foram justamente aquelas concernentes à sua condição materna, que resguardavam a gravidez, o parto e o aleitamento, funções que garantiam a sobrevivência de um maior número de crianças, e a preservação da saúde da mãe para que pudessem cuidar dos filhos e recuperar-se fisicamente para futuras gestações”.

3) Por que é incorreto afirmar que as mulheres começaram a trabalhar somente após a revolução industrial e os conflitos mundiais? Justifique sua resposta.

Reforce com os alunos e alunas que as mulheres sempre trabalharam, mas por muito tempo elas e seus trabalhos foram invisibilizadas nas sociedades e historiograficamente.

Anotações



Figura 55 – Página 34 do material didático

CAPÍTULO 2



*Fotografia da russa Valentina Tereshkova, a primeira mulher a viajar para o espaço, em 16 de junho de 1963/
Fonte: Agência Espacial Federal Russa/Divulgação*

**Por que será que certas vagas de
emprego são mais direcionadas
ao público feminino e outras ao
masculino?**

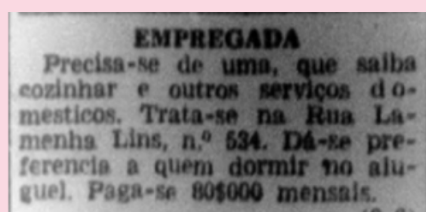
Figura 56 – Página 35 do material didático



Fonte: o autor

Figura 57 – Página 36 do material didático

Nas publicações analisadas foram identificadas 1.126 ofertas destinadas ao público feminino. No entanto, praticamente dois terços das oportunidades eram para as funções de “empregadas” e “cozinheiras”, que somaram 732 anúncios, como no exemplo a seguir:



EMPREGADA

Precisa-se de uma, que saiba cozinhar e outros serviços domésticos. Trata-se na Rua Lamenha Lins, nº 534. Dá-se preferência para quem dormir no aluguel. Paga-se 80\$000 mensais.

*Gazeta do Povo, 4 de março de 1940
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Esses números revelam a representação social da naturalização do feminino ao espaço do lar e aos serviços domésticos. De acordo com a pesquisadora Maria Ângela D'Incao (2018), esse modelo familiar foi copiado da Europa e passou a ser introduzido nas elites urbanas brasileiras em fins do século XIX. De acordo com a autora, um ambiente familiar sólido dependia da dedicação da mulher em ser mãe exemplar e esposa dedicada ao marido. Além da função de protetora do lar, mãe cuidadosa, cabia à mulher zelar pela boa fama da família. “Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole” (D'INCAO, 2018, p. 230).

No entanto, esse ideal de família burguesa, que por muito tempo foi apresentado como padrão, era distante da maioria dos lares brasileiros. Ao analisar a relação entre mulheres pobres e a violência no espaço urbano, Rachel Soihet (2018) afirma que a estrutura das famílias populares tinha múltiplas formas de organização, sendo muitas delas chefiadas por mulheres solas. Além das dificuldades econômicas, as camadas mais pobres possuíam valores e normas diversas (SOIHET, 2018).

Nesta mesma linha de pensamento, Cláudia Fonseca (2018) aponta que esse modelo patriarcal – em que o homem é provedor e autoridade do núcleo familiar – é um estereótipo baseado nas famílias burguesas. Havia uma norma oficial burguesa de que as mulheres deveriam ficar em casa e fazer os serviços domésticos, enquanto os homens deviam prover o sustento da família (FONSECA, 2018). Mas segundo a autora, saindo dessa esfera, era possível verificar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de suas casas.

Os motivos que levavam essas mulheres “pobres” ou “populares” para o mundo do trabalho eram muitos. Para Soihet, os poucos ganhos dos homens pobres os impediam de assumirem o papel de mantenedor da família - o que era previsto pela ideologia burguesa dominante - muito menos exercer o papel de dominador, o que era típico desses padrões (SOIHET, 2018).

Já Afonso aponta a grande mobilidade dos homens, que migravam constantemente à procura de emprego, abandonando suas esposas, filhos e filhas. A essas mulheres “abandonadas” não havia outra alternativa senão trabalhar. “Mas em muitos casos, mesmo as que moravam com seus companheiros procuravam alguma forma de renda para escapar à miséria que representava a dependência exclusiva do salário masculino” (AFONSO, 2018, p. 515).

Além disso, as mulheres que povoavam o espaço fabril na virada do século foram, aos poucos, excluídas das fábricas. Seja por pressão dos movimentos sindicais com viés moralizante (RAGO, 1985), ou dispensadas de postos de trabalhos a partir da implementação de leis protetivas promulgadas por Vargas que, por um lado visavam garantir proteção às mulheres, mas por outro davam vantagens aos homens.

Figura 58 – Página 37 do material didático

Neste sentido, Natascha Ostos (2012) relembra que normativas empreendidas por Vargas*, que vimos no capítulo anterior, para proteção ao trabalho feminino, acabaram, na prática, por estimular a contratação masculina (OSTOS, 2012). Para a autora, apenas as medidas de proteção à maternidade foram as que realmente beneficiaram as mulheres, as demais eram injustificáveis e colocavam as mulheres em condições de desigualdade perante aos homens (OSTOS, 2012, p. 329-330). Em “‘Pai dos pobres’ ou ‘Mãe dos ricos’?”, Joel Wolf (1994) expõe a inclinação das políticas do Estado Novo em reforçar os papéis tradicionais burgueses. Segundo Wolf, embora o governo Vargas durante o Estado Novo propusesse mudanças no sistema de relações industriais, ele tinha como objetivo reforçar os papéis tradicionais burgueses para homens e mulheres.

E o que seriam esses papéis tradicionais idealizados por Getúlio? Seriam as mulheres assumindo as funções de mães ou manufatureiras domésticas, longe de empregos ou funções assalariadas (WOLF, 1994). Antes mesmo de marcos regulatórios, os discursos médicos já colaboravam na construção desse padrão social de feminilidade. Segundo Soihet (2018), a medicina social afirmava que eram características naturais femininas: a fragilidade, o recato, o predomínio da emoção sobre a razão, a subordinação da sexualidade à vocação para ser mãe. Já os homens eram apresentados como o oposto, pois eles nasciam dotados de força física, razão, autoridade e uma sexualidade desenfreada (SOIHET, 2018).

Ainda que imbuídas desses valores e normas sociais, a maioria das mulheres, ou seja, as mulheres populares, fugiam a tais padrões burgueses e reafirmados pela medicina. De acordo com Raquel Soihet (2018), embora existam semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, as das camadas populares tinham características próprias. “Como era grande sua participação no ‘mundo do trabalho’ embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil” (SOIHET, 2018, p. 367, grifo da autora).

Diante desse contexto, o trabalho doméstico – também identificado e valorizado como atribuição feminina – se apresentava como uma oportunidade de sustento para inúmeras mulheres, desde a virada do século. Ainda segundo Soihet (2018), elas viviam em situações precárias, como autônomas, longe de obterem salários fixos. Mesmo assim, já tinham – como observado nos classificados apurados –, maiores chances de conseguir trabalho que os homens. Seja lavando roupas, cozinhando, trabalhando como domésticas, fazendo e vendendo doces ou salgados, prostituindo-se, as mulheres comuns sempre davam um jeito de conseguir um pouco de dinheiro (SOIHET, 2018).

A representação do mundo do trabalho reservado às mulheres revelado pelos classificados mostra uma participação restrita. Embora algumas vagas tenham sido agrupadas por semelhança ou nomenclaturas complementares, os dados revelam um universo de apenas 49 ofícios voltados ao feminino. Desses, dez são de atribuições de auxiliares, ajudantes ou aprendizes – que foram publicados 32 vezes no jornal. Chama atenção os anúncios que tinham como título – com as tradicionais letras maiúsculas – apenas o gênero pretendido, ou textos em que o gênero sobressaía à função a qual pretendia-se contratar. Eram anúncios para contratar meninas, moças, senhoritas, senhoras, senhoras de idades, ou mocinhas – como no exemplo a seguir:

Figura 59 – Página 38 do material didático

MENINA
Precisa-se de uma boa, para cuidar de criança. Paga-se bem. Tratar na Rua Brigadeiro Franco, 1.672.
Gazeta do Povo, 04 de junho de 1939
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná

Ao observar esse tipo de classificado, percebe-se a estrita ligação da construção social do feminino atrelado ao lar, aos afazeres e ao trabalho doméstico, numa representação que naturaliza a condição da mulher ao espaço doméstico, às atribuições do lar – seja no seu próprio, seja fora dele, como espaço de trabalho e fonte de sobrevivência.

*Decreto n. 21.417A, 17/05/1932 regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Ele prevê a igualdade de salário para a mesma função, proíbe o trabalho feminino das 22h até 5h; em subterrâneos, minerações, em subsolo, pedreira, e obras de construção.

Para Refletir...

- Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2020, mostram que a participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos. Fonte: Portal G1 Disponível em: glo.bo/39GyfaJ
- Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2017, revelou que metade das mulheres que têm filhos perdem o emprego em até dois anos depois da licença-maternidade. Fonte: Portal UOL Universia. Disponível em: bit.ly/maesperdememprego

Para saber mais!

LIVRO | Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada
Autora: Preta Rara

FILME | Que horas ela volta?
Direção: Anna Muylaert
Elenco: Regina Casé, Camila Márdila, Michel Joelsas
Origem: Brasil

Siga no insta
@euempregadadomestica

euempregadadomestica [Seguir](#) [+](#) [...](#)

232 publicações 27,7mil seguidores 114 seguindo

Eu Empregada Doméstica
Relatos sobre a condição de trabalho das trabalhadoras domésticas no Brasil.
Página criada por @pretararaoficial 🇧🇷

Figura 60 – Página 39 do material didático

 **Relacionando saberes**

LEIA OS DOCUMENTOS ABAIXO:

Documento 1

Ao volante – com firmeza e muita simpatia

VIZINHANÇA
8 jun 2020 - 19h45

Curtitiba tem 81 mulheres dirigindo ônibus. Os números ainda são tímidos frente aos mais de 4 mil motoristas contratados pelas empresas operadoras do transporte público na capital.

Por Francisco Camargo



Fonte: **Jornal Plural**. Disponível em: <http://gg.gg/orqog>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Documento 2

Alô Babá
19 de fevereiro às 09:55 · 🌐

Atenção Babás iniciantes que fizeram o curso na Alô Babá: Temos uma vaga para trabalhar no Brás

Babá arrumadeira - ajudar na arrumação da casa também Ir e vir de 2ª a 6ª das 8 às 18hs. Cuidará criança de duas crianças: 1 e 4 anos - morar próximo

Salário: R\$1500,00 + VT
Se você se interessou pela vaga ligue F:5081-XXXX

👍👍👍 116 167 comentários 3 compartilhamentos

Fonte: **Página Vagas Arrombadas**. Disponível em: <http://gg.gg/orqt4>. Acesso em: 12 mar. 2021.

RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

1) A partir da leitura dos documentos e do capítulo anterior, analise o que justifica o fato de que certas vagas de trabalho são mais direcionadas aos homens e outras praticamente exclusiva às mulheres? Cite exemplos.

Aqui é importante reforçar as diferenças entre sexo e gênero, sendo o último uma construção sociocultural que varia de acordo com o lugar e a época. As expectativas de gênero, ou seja, o que se espera de um homem e o que se espera de uma mulher corroboram para uma naturalização de certos papéis sociais.

Pessoas que nascem com útero são “naturalmente” aptas aos cuidados infantis e, portanto, para seguir profissões ligadas aos cuidados? Pessoas que nascem com testículos têm vocação nata à prática de determinados esportes e seguir uma profissão específica? Ou esses saberes e aptidões são construídos e/ou impostos socialmente? Instigue os/as discentes a refletirem sobre essas construções sociais e expectativas de gênero, bem como o fato de que algumas vagas, como a de babá, são quase que unicamente direcionadas e associadas a um único gênero.

2) A página “Vagas Arrombadas”, no Facebook, se dedica a divulgar e denunciar ofertas de trabalho “curiosas” ou que violem direitos trabalhistas. Leia novamente o documento número 2, que foi extraído desta página. É possível identificar violações de direitos trabalhistas? Quais?

Nota-se neste anúncio o acúmulo de funções, pois a babá, além de cuidar de duas crianças, deverá ainda desenvolver trabalhos domésticos. Outro requisito do anúncio é a necessidade de “morar próximo” à casa dos patrões, um bairro tradicional de São Paulo (SP).

3) Na sua opinião, quais ações a sociedade civil, o setor produtivo e o poder público podem implementar para garantir uma maior participação feminina no mundo trabalho?

Resposta pessoal. Instigue os/as alunos/as a pesquisarem ações da sociedade civil e políticas públicas que promovam a inserção feminina no mundo do trabalho. Valorize respostas que propuserem atividades que promovam o empreendedorismo social, especialmente se estiverem relacionadas ao território onde vivem.

Figura 61 – Página 40 do material didático



Figura 62 – Página 41 do material didático

CAPÍTULO 3



A filósofa, feminista negra e escritora brasileira, Djamila Ribeiro, foi a autora mais vendida no país em 2020 / Fonte: Mídia Ninja

**Por que mulheres negras têm
menos oportunidades de emprego
que mulheres brancas?**

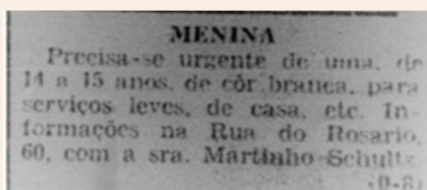
Figura 63 – Página 42 do material didático

CAPÍTULO 3

Preferência por branca ou de origem europeia.

Por que há poucas pessoas negras ocupando cargos importantes nas empresas ou exercendo profissões bem remuneradas? Neste capítulo serão abordadas questões etno-raciais que estavam presentes nos classificados de emprego analisados.

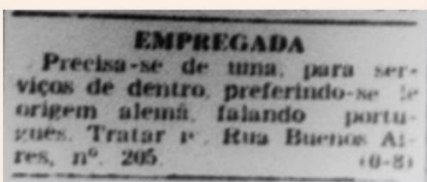
Segundo Maria Izilda Santos de Matos (2002), o trabalho doméstico sempre absorveu uma grande parcela das mulheres brancas ou negras, solteiras ou casadas, sozinhas ou com filhos, brasileiras ou recém-chegadas de países europeus. De acordo com a autora, a maior participação de pessoas imigrantes no serviço doméstico está inserida num momento em que era construído um discurso que valorizava imigrantes por serem brancos, civilizados, honestos e pacíficos - que tornava essa população ideal para os afazeres domésticos (MATOS, 2002). Esse mesmo fenômeno verificado por Maria Izilda (2002) em classificados veiculados em jornais de Santos e São Paulo também esteve presente nas páginas da Gazeta do Povo no período analisado. Não raro, anúncios exigiam de suas candidatas que fossem brancas, de origem alemã ou portuguesa, mas que também dominassem o idioma português. Como nos anúncios abaixo:



MENINA

Precisa-se urgente de uma, de 14 a 15 anos, de cor branca, para serviços leves, de casa, etc. Informações na Rua do Rosário, 60, com a sra Martinho Schultz.

Gazeta do Povo, 7 de novembro de 1937.



EMPREGADA

Precisa-se de uma, para serviços de dentro, preferindo-se de origem alemã, falando português. Tratar na Rua Buenos Aires, nº 205.

*Gazeta do Povo, 6 de fevereiro de 1938
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Ao analisar o fluxo migratório internacional de mulheres que chegaram ao Brasil e que também daqui partiram, Maria Silvia Bassanezi (2018) descreveu o processo imigratório em ondas. Segundo ela, mulheres imigrantes chegaram ao Brasil desde a época colonial, no entanto ganharam maior visibilidade nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX.

Figura 64 – Página 43 do material didático

Dentre os motivos apontados pela autora para que um grande contingente humano deixasse suas terras de origem, estavam transformações socioeconômicas vivenciadas na Europa e parte da Ásia, em especial transformações políticas profundas na Itália, Alemanha e Japão (BASSANEZI, 2018). A primeira onda tinha como objetivo atender uma demanda por mão de obra para o trabalho no campo, por meio de povoamento e cultivo de territórios ditos ociosos. Nesta primeira grande vinda de imigrantes, estavam pessoas de origem italiana, portuguesa, espanhola, alemã, polonesa, judia e ucraniana.

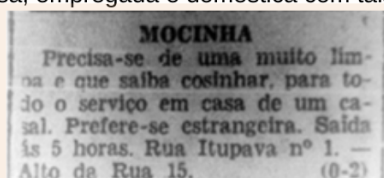
Ainda de acordo com Bassanezi (2018), a segunda onda teve início após os anos de 1920, mas em ritmo menor; uma nova crescente – a terceira onda – ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, em menor número que a anterior, tendo se estendido até a década de 1970 (BASSANEZI, 2018). A vida da mulher imigrante em terras brasileiras, especialmente as recém chegadas e que viviam no e do campo, era de muito trabalho, dificuldades e tutela masculina.

De acordo com Bassanezi (2018), essas mulheres ajudavam a preparar a terra, a cuidar da plantação, fazer a colheita e ainda eram responsáveis pelo trabalho de casa. As que viviam em colônias próximas às cidades, iam até o centro urbano vender os produtos de suas terras. Além de assumirem as atividades quando os homens - maridos e filhos - iam buscar trabalho fora, as meninas e moças colonas procuravam se empregar como criadas ou costureiras em “casas de família” (BASSANEZI, 2018).

O cenário descrito acima define bem as condições de vida das mulheres e suas famílias imigrantes que adotaram como novo lar as colônias nos arredores de Curitiba. Defendida como principal bandeira do presidente da província do Paraná, Adolfo Lamenha Lins, que tinha a fixação de imigrantes no estado como principal meta (WACHOWICS, 2010). Ao observar o insucesso da isolada Colônia Assungui, localizada no Vale do Ribeira, Lins delineou novas ações para garantir a permanência dos novos moradores com o escoamento da produção e, principalmente, o abastecimento dos núcleos urbanos.

De acordo com Ruy Christovam Wachowics (2010), “foi movido por essas ideias que Lamenha Lins criou ao redor de Curitiba o primeiro cinturão verde organizado por imigrantes no Brasil. Assim, até meados do século XX, Curitiba não sofreu mais crises de abastecimento” (WACHOWICS, 2010, p. 176). Muitas dessas mulheres imigrantes das áreas rurais, circulavam pelo centro da cidade. No caso de Curitiba, de acordo com Balhana (1969, p. 168), as famílias imigrantes eram numerosas e a proximidade entre os espaços coloniais com o urbano fazia com que as interações fossem mais recorrentes, o que possibilitava conciliar as atividades do campo com a cidade. Enquanto uns trabalham na terra, outros se dedicavam ao comércio e à indústria (BALHANA, 1969 apud BOSCHILIA, 1997).

Os classificados analisados que explicitam questões étnico-raciais revelaram, neste sentido, a busca por pessoas: de cor branca; de origem ou que dominasse a língua alemã; que fosse estrangeira (europeia); e que soubesse falar português. Embora fossem procuradas faturista, datilógrafa e balconista que preenchessem tais requisitos étnicos, no geral, os anúncios buscavam por mão de obra feminina para serviços de casa, serviços de dentro, todo serviço de casa, empregada e doméstica com tais características.

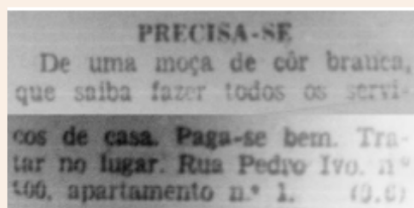


MOCINHA

Precisa-se de uma muito limpa e que saiba cosinhar, para todo o serviço em casa de um casal. Prefere-se estrangeira. Saída às 5 horas. Rua Itupava nº 1. Alto da Rua 15.

*Gazeta do Povo, 2 outubro de 1938
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Figura 65 – Página 44 do material didático

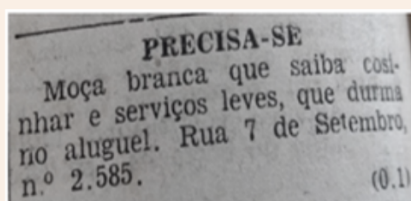
**PRECISA-SE**

De uma moça de côr branca, que saiba fazer todos os serviços de casa. Paga-se bem. Tratar no lugar. Rua Pedro Ivo, nº (ilegível), apartamento nº 1.

*Gazeta do Povo, 2 outubro de 1938
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Gazeta do Povo, 6 de julho de 1941. Neste sentido, há novas semelhanças entre o que se observou neste estudo com o de Maria Izilda Santos de Matos (2002). De acordo com a autora, para muitas “imigrantes, o trabalho como empregada doméstica é uma opção tal como indica grande quantidade de anúncios dos jornais da época em São Paulo oferecendo ou procurando empregadas, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, arrumadeiras, governantas, damas de companhia, copeiras, ou roupeiras, pajens e babás de origem imigrante, particularmente portuguesas que eram consideradas dedicadas honestas e com capacidade de trabalho” (MATOS, 2002, p. 122).

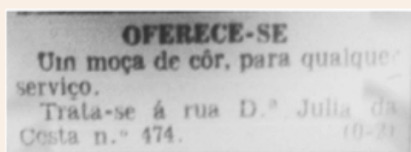
A origem dessa “preferência” por mulheres que possuíam características europeias pode ser variada: desde a manutenção/identificação de elementos culturais da terra de origem, como o idioma, religião, valores, confiança, padrões sociais e morais da época, que sobrevalorizavam essa mão de obra, até ideais de supremacia racial etc.

**PRECISA-SE**

Moça branca que saiba cozinhar e serviços leves, que durma no aluguel. Rua 7 de Setembro, nº 2.585.

*Gazeta do Povo, 1 de março de 1942
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Esta valorização de determinada característica física e cultural – alheia à função ofertada – fazia com que muitas daquelas que não atendessem a tais padrões exigidos e valorizados pela sociedade empregadora da época se oferecessem informando que não se enquadravam em tais critérios. Como pode ser verificado no anúncio abaixo:

**OFERECE-SE**

Um moça de côr, para qualquer serviço. Trata-se á rua D.^a Julia da Costa nº 474.

*Gazeta do Povo, 2 de março de 1941
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Embora não observado com grande frequência nos classificados estudados, é importante ressaltar a presença feminina imigrante nos espaços fabris. Como lembra Bassanezi (2018), elas formaram o maior contingente operário nas primeiras fábricas, em especial da indústria têxtil em São Paulo e no sul do Brasil. Em Curitiba, Roseli Boschilia (1997) afirma que era comum as mulheres descendentes de imigrantes trabalharem fora de casa antes de ingressarem na vida adulta. Segundo a autora, o trabalho garantia o enxoval e a festa de casamento que deveriam, tradicionalmente, ser bancadas pela família da noiva.

Figura 66 – Página 45 do material didático

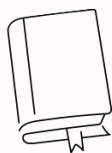
Para Boschilia, “o discurso moralizante, estabelecido a partir do Estado Novo, que condenava a mulher à domesticidade, não atingiu as trabalhadoras descendentes de imigrantes porque a concepção de que elas tinham do trabalho, enquanto encargo temporário e necessário para a manutenção do modo de vida, não afetava a representação que elas tinham sobre o papel da mulher, em que a imagem do feminino estava direcionada para o espaço privado, e cujo projeto de vida estava pautado no casamento e na maternidade” (BOSCHILIA, 1997, p. 124). Embora destoassem dos “padrões” burgueses e estadonovista do período, ao trabalharem fora e até mesmo em espaços fabris, essas mulheres viam nessa atitude apenas uma “fase” para se conquistar o objetivo da constituição familiar – instituição amplamente valorizada e alicerçada ao gênero feminino. A preferência por mulheres brancas, de origem europeia – seja para o trabalho na indústria, serviço ou comércio – expõe as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras ou “de cor” numa cidade cercada de imigrantes, cuja elite também era composta por descendentes de pessoas que vieram de fora do país.

Para Refletir...



- Pesquisa realizada pela consultoria Indique Uma Preta e pela empresa Box1824 mostra que menos da metade das mulheres negras brasileiras exerce trabalho remunerado e apenas 8% das que trabalham no mercado formal ocupam cargos de gerente, diretora ou sócia proprietária de empresas. Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: bit.ly/mulheresnegrasetrabalho
- IBGE apontou em 2019 que mulheres negras recebem menos da metade do salário dos homens brancos no Brasil. Fonte: El País. Disponível em: bit.ly/negrasganhammenos

Para saber mais!



LIVRO | Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho
 Autora: Maria Izilda Santos de Matos



FILME | Histórias Cruzadas

Direção: Tate Taylor

Elenco: Emma Stone, Viola Davis, Octavia Spencer, Bryce Dallas Howard, Jessica Chastain, Mike Vogel.

Origem: Estados Unidos

Siga no insta

@museudaimigracao



museudaimigracao  Enviar mensagem  
 2.462 publicações 96mil seguidores 279 seguindo
 Museu da Imigração
 A história do processo migratório de milhares de pessoas que ajudaram a construir São Paulo. | 📅 Quarta a domingo: 11h às 17h (bilheteria até às 16h).
linktr.ee/Museudaimigracao

Figura 67 – Página 46 do material didático



Relacionando saberes

LEIA OS DOCUMENTOS ABAIXO:

Documento 1

O que é racismo estrutural?

É essa naturalização de ações, hábitos, situações, falas e pensamentos que já fazem parte da vida cotidiana do povo brasileiro, e que promovem, direta ou indiretamente, a segregação ou o preconceito racial. Um processo que atinge tão duramente — e diariamente — a população negra.

Fonte: **Portal Brasil de Direitos**. Disponível em: <http://gg.gg/os07y>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Documento 2

Se a população negra é a maioria no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deveria ser algo chocante. Portanto, uma pessoa branca deve pensar seu lugar de modo que entenda os privilégios que acompanham a sua cor. Isso é importante para que privilégios não sejam naturalizados ou considerados apenas esforço próprio. [...] Nesse sentido, mulheres brancas são discriminadas por serem mulheres, mas privilegiadas estruturalmente por serem brancas. O mesmo ocorre com homens brancos homossexuais, que são discriminados pela orientação sexual, mas, racialmente falando, fazem parte do grupo hegemônico. Isso de forma alguma exclui as opressões que sofrem, mas o localizam socialmente no lugar da branquitude.

Fonte: RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Documento 3

Mulher é libertada após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão

Madalena não tinha direitos, não recebia salário e vivia reclusa sob a vigilância dos patrões até o fim de novembro, quando foi resgatada

Douglas Amorim
21/12/2020 10:28, atualizado 21/12/2020 11:24



Reprodução/TV Globo

Audidores fiscais do Trabalho e a Polícia Federal libertaram a empregada doméstica Madalena Gordiano, uma mulher negra, de 46 anos, que **vivia em condições análogas às de escravidão**, em Patos de Minas (MG).

Fonte: **Portal Metrôpolis**. Disponível em: <http://gg.gg/orzq4>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Figura 68 – Página 47 do material didático

RESPONDA A QUESTÃO A SEGUIR:

1) De que maneira o racismo estrutural contribui para a construção e perpetuação de desigualdades raciais no Brasil? Articule sua resposta aos documentos apresentados.

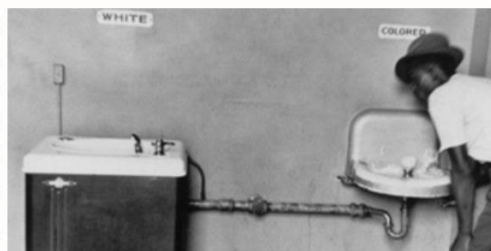
Aqui é importante que seja explorado o conceito de racismo estrutural junto à turma, bem como fazer um resgate histórico do processo de escravização de povos africanos em solo brasileiro e sua posterior “libertação”. A partir dessa retomada os/as educandos podem analisar as fontes aqui listadas, estabelecendo relações entre a escravização de Madalena – uma mulher negra por uma família branca e rica de Patos de Minas (MG) – ao racismo estrutural que dificulta e, muitas vezes, impede o acesso de pessoas negras a determinados direitos e oportunidades. É possível refletir, a partir da fala de Djamila Ribeiro, sobre o processo pelo qual uma mulher branca explorava uma mulher negra.

LEIA OS DOCUMENTOS ABAIXO:**Documento 1**

O que foi o Apartheid, na África do Sul?

Como surgiu, como foi aplicada e como foi encerrada a lei que institucionalizou o preconceito racial na África do Sul

Desde 1795, ingleses e holandeses se alternavam no controle da região que hoje é a África do Sul. A briga pela posse só terminou com as Guerras dos Bôeres (1880-1902), vencida pelo Reino Unido. O país reconheceu a independência da África do Sul em 31 de maio de 1910 e oficializou a soberania em 1931 – mas manteve leis que, informalmente, preservavam a segregação racial.



Em 1947, o Partido Nacional Sul-Africano venceu as eleições e, em 1948, consolidou a segregação com leis que limitavam os direitos da população negra e favoreciam a minoria branca (menos de 20% da população, na época). Nascia o Apartheid, a institucionalização do preconceito racial, garantindo só aos brancos um padrão de vida do nível das nações de Primeiro Mundo. As leis afetavam todos os aspectos da vida dos negros. A partir de 1949, eles foram proibidos de casar ou fazer sexo com brancos. Em 1950, surgiu a obrigação de carregar uma identificação de seu grupo racial. Como as autoridades cometiam erros nas classificações, especialmente em relação aos mestiços, membros de uma mesma família chegaram a ser separados.

Fonte: **Revista Super Interessante**. Disponível em: <http://gg.gg/osuq3>. Acesso em: 12 mar. 2021. Documento 2

Documento 2

Fonte: **Portal Metrôpolis**. Disponível em: <http://gg.gg/orzq4>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Figura 69 – Página 48 do material didático

Documento 3

Não é necessário no Brasil ter uma legislação de apartheid porque o apartheid já funciona naturalmente. Nenhuma lei impediu a eleição de um presidente negro, não obstante um negro jamais tenha sido eleito. O Brasil funciona mais ou menos com inquisição, ou como o 1984 de George Orwell: se você consegue convencer a vítima de que ela está errada, atingiu seu objetivo. Seu objetivo é convencer a vítima. Essa estratégia está incorporada ao inquisidor, ao censor, à elite.

FONTE: KARNAL, L. **Todos contra todos**: o ódio nosso de cada dia. Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 32.

2) Com base na leitura do capítulo e das fontes apresentadas acima, discorra em um texto dissertativo/argumentativo analisando as três fontes e relacionando-as com o conceito de “racismo estrutural” – apresentado na questão anterior.

O objetivo é que o/a discente articule as informações presentes nos três documentos. Para que sua avaliação não seja inteiramente subjetiva, segue abaixo uma sugestão de modelo de critérios que podem ser considerados no momento de avaliar esta atividade.

SUGESTÃO DE CRITÉRIOS DE CORREÇÃO					
Domínio da norma padrão da língua portuguesa.					
Seleção e organização das informações.					
Capacidade de relacionar o texto com os conceitos e informações apresentados.					

Anotações

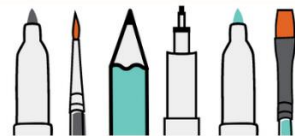
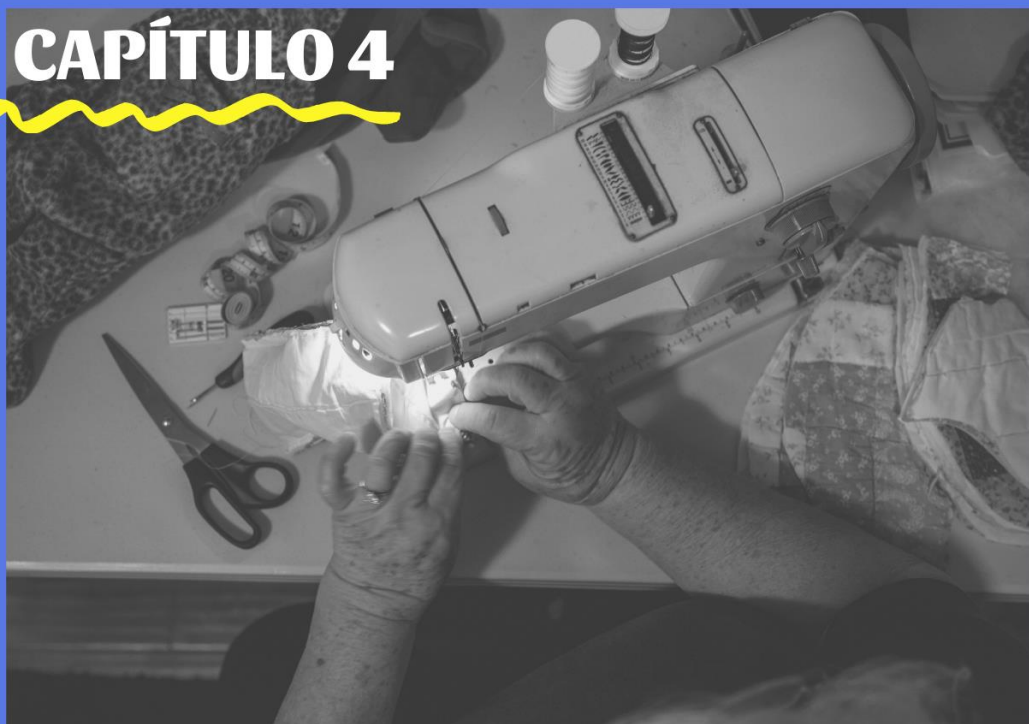


Figura 70 – Página 49 do material didático

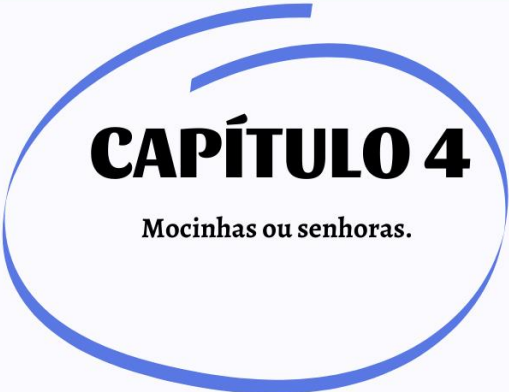
CAPÍTULO 4



De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), de 2016, o setor de confecções é o que mais emprega mão de obra feminina. / Fonte: Getty Images Signature

Por que jovens e pessoas acima de 40 anos têm dificuldade em conseguir emprego?

Figura 71 – Página 50 do material didático



CAPÍTULO 4

Mocinhas ou senhoras.

Menina, moça, mulher ou senhora? Neste capítulo vamos analisar os quesitos de idade exigidos por parte da sociedade curitibana durante as décadas de 1930 e 1940.

Ao analisar os classificados, foi possível perceber outra característica valorizada e procurada no período: a idade. Termos como senhorita, senhora, senhora de idade, menina, moça, mocinha, menino, moço ou rapaz muitas vezes em letras maiúsculas se destacavam no topo dos anúncios ou na descrição das ofertas de emprego.

**PRECISAM-SE
MENINA**

De 12 a 14 anos, precisa de uma, para serviços leves. Tratar à Rua Carlos de Carvalho, nº 752.

Gazeta do Povo, 1 de setembro de 1940.

PRECISA-SE

Menina de 8 a 11 anos para pagem de criança, à Rua Alferes Poly, nº 1.032. Tratar com d.ª Clélia.

*Gazeta do Povo, 5 de janeiro de 1941
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Os termos “menino, moço, rapaz” eram utilizados mais para direcionar os anúncios ao público masculino às mais variadas atribuições, muitas delas ligadas ao comércio ou setor de serviços. Já o uso dos mesmos substantivos no feminino era quase sempre relacionado a trabalhos domésticos ou de cuidadoras de (outras) crianças, na função de pajem; quando não sinônimos de funções relacionadas ao lar.

Conforme observa Maria Izilda Santos de Matos (2002), o trabalho de crianças de famílias sem recursos sempre foi uma constante na sociedade brasileira, pois “desde muito cedo as crianças de famílias pobres, particularmente as meninas, eram introduzidas nos trabalhos domésticos, cozinhando, passando e cuidando dos irmãos menores” (MATOS, 2002, p. 158).

Figura 72 – Página 51 do material didático

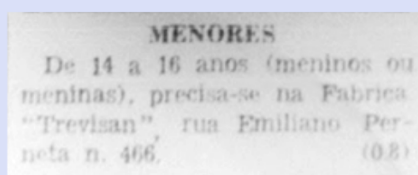
Nem mesmo a nova concepção de infância (AREND, 2018) – que passou a entender pessoas com idade até 18 anos como “seres em desenvolvimento” – nem os marcos legais limitaram ou cessaram tais práticas. De acordo com a autora, leis como o Código de Menores de 1927 e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), sancionada por Vargas em 1943, tinham como objetivo proibir o emprego de crianças e adolescentes nas fábricas.

Ainda assim, nas grandes cidades, meninos impedidos de atuarem nas indústrias exerciam atividades no comércio. Já as meninas, o comércio não contratava, pois ficaria exposto ao público que estavam violando a lei e os valores sociais do período. Afinal, havia o entendimento que o local preferencial das mulheres - independente da idade - era o ambiente doméstico, inclusive havia o aconselhamento jurídico para que os patrões não contratassem meninas para atuarem em seus estabelecimentos (AREND, 2018).

Sem muitas opções, às meninas desprovidas de recursos que moravam em centros urbanos o trabalho doméstico era a única possibilidade de conseguir alguma renda e assim contribuir com o orçamento minguado da família. “Grande parte delas começava entre 9 e 10 anos a trabalhar como babás e, com o avançar da idade, tornavam-se empregadas domésticas” (AREND, 2018, p. 76).

Os anúncios voltados ao trabalho infantil feminino seguiam a ordem descrita por Silvia Fávero Arend: para as “meninas” – ainda crianças – eram ofertados trabalhos de pajens, sendo que em alguns casos eram somados às atribuições de “serviços leves”, ou seja, deveriam cuidar de uma ou mais crianças e dos afazeres domésticos da casa concomitantemente. Às que já haviam passado dos dois dígitos de idade – moças e mocinhas – as funções se ampliavam para o trabalho doméstico, auxiliar de costureira, cabeleireira e até governanta.

Como o emprego de menores de 14 tinha sido proibido com a CLT, notou-se também a adequação de certos anunciantes à lei. Este anúncio, por exemplo, de uma fábrica de louças, refratários e vidros procurava menores, de ambos os sexos, para integrarem o quadro de funcionários:

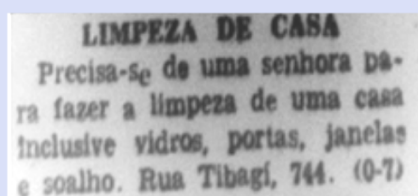


MENORES

De 14 a 16 anos (meninos ou meninas), precisam-se na Fábrica "Trevisan", rua Emiliano Perneta n. 466.

*Gazeta do Povo, 5 de novembro de 1944
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Se por um lado havia uma grande procura por meninas crianças e menores de 18 anos, os classificados mostram que também se procuravam por mulheres com mais idade e experiência. Anúncios voltados às senhoras também circulavam nas páginas da Gazeta do Povo:

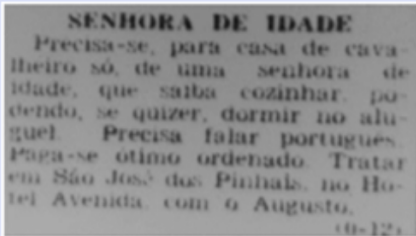


LIMPEZA DE CASA

Precisa-se de uma senhora para fazer a limpeza de uma casa inclusive vidros, portas, janelas e soalho. Rua Tibagi, 744.

*Gazeta do Povo, 7 de janeiro de 1945
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Figura 73 – Página 52 do material didático



SENHORA DE IDADE

Precisa-se, para casa de um cavalheiro só, de uma senhora de idade, que saiba cozinhar, podendo, se quiser, dormir no aluguel. Precisa falar português. Paga-se ótimo ordenado. Tratar em São José dos Pinhais, no Hotel Avenida, com o Augusto.

Gazeta do Povo, 09 de janeiro de 1938
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná

Assim como nos anúncios infantis, há uma representação do feminino atrelado ao cuidado e, mais uma vez, ao espaço doméstico – seja para cuidar dele, das pessoas que o habitavam ou acumularem as duas funções. Ao abordar a temática das mulheres velhas, Alda Britto Motta (2018) destaca que a trajetória de vida delas é marcada pelo trabalho, da juventude à velhice, “na rua” ou “para rua”, duplicando o trabalho doméstico, muitas vezes dividindo este serviço com as filhas (MOTTA, 2018, p. 86).

Mas afinal, o que era ser uma mulher velha na década de 1930? De acordo com a autora, a velhice chegava “depressa”, pois a expectativa de vida era muito baixa, sendo menor que 40 anos na década de 1930, e 50 anos em 1950” (MOTTA, 2018). Trabalhar, para as mulheres pobres, independentemente da idade, era uma questão de sobrevivência. Enquanto famílias de classes dominantes tentavam manter-se nucleares, ou seja, seguindo o modelo burguês, tendo os homens como chefes e as mulheres restritas ao ambiente doméstico, nas famílias pobres a situação era diferente. Isso porque nas camadas populares havia uma solidariedade de grupo consanguíneo, em que as avós criavam e sustentavam seus descendentes.

De acordo com Alda Britto Motta, “ser chefe de família sempre foi um traço frequente da mulher pobre brasileira” (MOTTA, 2018, p. 88). Além das responsabilidades assumidas dentro do próprio lar, no sustento e na criação de filhos e netos, mulheres com mais idade assumiam várias jornadas de trabalho, pois eram requisitadas por diversas famílias. Segundo Maria Izilda Santos Matos (2002), para muitas famílias, o trabalho das mulheres de mais idade era prestigiado. Elas eram mais valorizadas pela confiança e competência no desenvolvimento dos serviços, além de não representarem risco de engravidarem e levarem filhos para o trabalho (MATOS).

Ainda que este prestígio não se revertesse em boa remuneração, garantiam a essas mulheres o próprio sustento e de seus filhos, filhas e até netos e netas. A experiência acumulada ao longo de uma vida de muito trabalho era mais reconhecida pelas suas habilidades nos afazeres domésticos, afinal, continuavam sendo mulheres que deveriam desempenhar “funções femininas”. Saíam de uma casa para adentrar outra e desempenhar as mesmas funções que faziam em seus lares, com a diferença que na casa dos outros o trabalho doméstico era visto como “trabalho”, pois pressupunha uma remuneração – ainda que baixa.

Figura 74 – Página 53 do material didático

Para Refletir...



- Dados do Ipea mostram que o trabalho doméstico é exercido por mulheres mais velhas. Em 2018, 80% das domésticas tinham entre 30 e 59 anos de idade. Fonte: Agência EBC. Disponível em: bit.ly/mulheretrabalhodomestico
- Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua 2016 do IBGE, o trabalho infantil atinge mais de 2 milhões de meninos e meninas entre cinco e 17 anos. Fonte: Jornal do Comércio. Disponível em: bit.ly/trabalhoinfantilbr

Para saber mais!



LIVRO | Trabalho infantil: O difícil sonho de ser criança

Autoras: Cristina Porto, Iolanda Huzak, Jô Azevedo.



FILME | 10 centavos

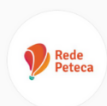
Direção e roteiro: Cesar Fernando de Oliveira

Elenco: Fernando Fulco, Frank Magalhães, Jorge Júnior, Narcival Rubens, Paulo Prazeres, Stela Voutta

Origem: Brasil.

Siga no insta

@redepeteca



redepeteca Enviar mensagem

641 publicações 4.362 seguidores 98 seguindo

Chega de Trabalho Infantil
Visamos a promoção dos direitos da criança e do adolescente e a erradicação do trabalho infantil.
www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/trabalho-infantil-e-evasao-...



Relacionando saberes

LEIA OS DOCUMENTOS ABAIXO:

Documento 1

Quem nunca ouviu a frase “Você não tem mais idade para isso!”? Esse tipo de opinião pode ser classificado como etarismo ou ageísmo, que consiste no preconceito, na intolerância, na discriminação contra pessoas com idade avançada. Nos Estados Unidos, o termo é discutido desde a década de 60 e, na Europa, recentemente novas leis foram criadas contra a discriminação etária na esfera profissional. Infelizmente, no Brasil, o termo ainda é pouco conhecido. Vagas de emprego são negadas “devido à idade” e até mesmo atividades que proporcionem bem-estar à pessoa – como, por

Figura 75 – Página 54 do material didático

por exemplo, matricular-se em uma academia – são vistas como não adequadas. Até mesmo o simples fato de a pessoa não querer expor a idade demonstra isso.

Fonte: **Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Disponível em: <http://gg.gg/os0w4>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Documento 2

TRABALHO E FORMAÇÃO

Jovens são os que têm mais dificuldade de conseguir emprego

Que o desemprego ainda é um problema latente não restam dúvidas. O número de pessoas sem trabalho voltou a aumentar e passa de 13,1 milhões. Sair dessa situação é um desafio ainda mais difícil se você tem entre 18 e 24 anos. Esse é o cenário revelado pela Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo, feito com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), mostra que, enquanto a taxa de desemprego de forma geral está em 11%, entre os jovens, a estatística sobe para 26% ; mais do que o dobro. Eles também são os que têm mais chance de serem despedidos.

Fonte: **Correio Braziliense**. Disponível em: <http://gg.gg/os0x8>. Acesso em: 12/03/2021.

Documento 3



Fonte: **Brasil de Fato**. Disponível em: <http://gg.gg/os0zt>. Acesso em: 12 mar. 2021.

RESPONDA:

1) Por que jovens e pessoas acima dos 50 anos têm dificuldade em conseguir um emprego formal? Existe um perfil específico para a seleção pelas empresas?

Questione os alunos sobre a contradição de muitas empresas exigirem experiência de jovens que nunca trabalharam formalmente e dispensarem pessoas mais velhas, sob o argumento de serem experientes demais ou terem vícios de trabalho. Dados de uma pesquisa da consultoria Robert Half, publicadas no jornal Correio Braziliense, concluiu que 69% das empresas não contrataram trabalhadores com mais de 50 anos em 2019. Entre os receios dos recrutadores com relação a esse perfil estão salário alto (31%), pouca flexibilidade (18%), desatualização (12%) e o risco de ampliar conflitos entre gerações (7%). É importante que os/as alunos/as analisem se este desprestígio de empresas por pessoas acima dos 50 não está relacionado a questões econômicas (pessoas mais velhas conhecem mais seus direitos e geralmente esperam uma maior valorização por sua experiência), mas também ao etarismo e à busca por pessoas mais jovens.

Figura 76 – Página 55 do material didático

2) Do que trata o documento três? Quais as causas e consequências dessa problemática social no Brasil?

A tirinha de Armandinho, feita por Alexandre Becke, aborda o trabalho infantil. É considerado trabalho infantil toda forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida, de acordo com a legislação de cada país. No Brasil, o trabalho é proibido para quem ainda não completou 16 anos, como regra geral. Quando realizado na condição de aprendiz, é permitido a partir dos 14 anos. De acordo com a “Rede Peteca – Chega de trabalho Infantil”, a pobreza, a má qualidade da educação e questões culturais são algumas das causas do trabalho infantil. Além de buscar uma reflexão racional, estimule a turma a exercitar um processo empático, se colocando no lugar de crianças e adolescentes que são explorados economicamente – incluindo por meio da exploração sexual – e privados de seus direitos fundamentais.

Anotações



Figura 77 – Página 56 do material didático

CAPÍTULO 5



Em quase 3 de cada 10 empresas, ainda não há presença feminina em qualquer posição de liderança, revela estudo da consultoria TRIWI feita em 2020. / Fonte: Getty Images Signature

**Por que homens ganham mais que
mulheres, mesmo quando
ocupam a mesma função ou
cargo?**

Figura 78 – Página 57 do material didático

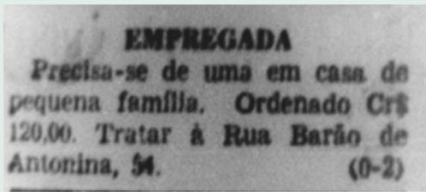
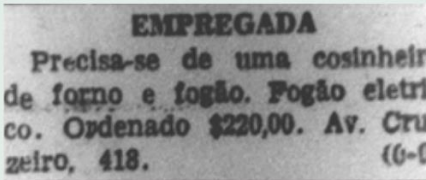
CAPÍTULO 5

Paga-se bem (aos homens)

É justificável uma pessoa ganhar mais que a outra apenas por ser do sexo oposto? Neste capítulo abordaremos a diferença salarial entre homens e mulheres percebidas nos classificados de emprego.

Quando alguém está à procura de emprego, uma das principais curiosidades é saber quanto irá receber ao final de um mês trabalhado. No entanto, nos anúncios analisados é muito raro encontrar textos que apresentavam essa informação, poucos iam além do “paga-se bem” ou “paga-se bom ordenado”. A maioria limitava-se a apresentar a vaga de trabalho e o local para a pessoa se apresentar ou enviar carta de interesse.

No entanto, ao selecionar anúncios que continham os valores ofertados, foi possível identificar salários atribuídos a determinadas funções e até mesmo identificar distorções salariais entre os gêneros. As funções domésticas, direcionadas ao público feminino e menos valorizadas socialmente e economicamente, se mostraram de remuneração bastante variável e baixa, como nos anúncios a seguir:

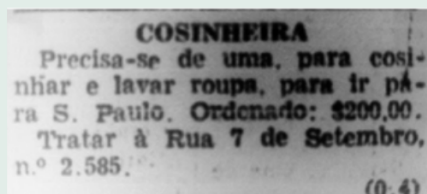
 EMPREGADA Precisa-se de uma em casa de pequena família. Ordenado Cr\$ 120,00. Tratar à Rua Barão de Antonina, 54. (0-2)	EMPREGADA Precisa-se de uma em casa de pequena família. Ordenado Cr\$120,00. Tratar à Rua Barão de Antonina, 5 <i>Gazeta do Povo, 1 de abril de 1945</i>
 EMPREGADA Precisa-se de uma cozinheira de forno e fogão. Fogão elétrico. Ordenado \$220,00. Av. Cruzeiro, 418. (6-0)	EMPREGADA Precisa-se de uma cozinheira de forno e fogão. Fogão elétrico. Ordenado \$200,00. Av. Cruzeiro, 418. <i>Gazeta do Povo, 4 de novembro de 1945</i> <i>Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná</i>

Mesmo exercendo funções próximas, nota-se que a mulher que possuía conhecimentos de forno e fogão seria uma mão de obra mais “especializada”, ainda mais, pois teria que lidar com uma grande novidade da época: o fogão elétrico. Além disso, seria ela quem prepararia o alimento da família contratante, o que exigiria certa confiança e, de certa forma, isso também justificaria o valor mais alto a ser pago.

57

Figura 79 – Página 58 do material didático

Mas vale ressaltar que outros anúncios, anteriores a 1945, já ofertavam a mesma quantia de Cr\$200 (duzentos cruzeiros) para a função de cozinheira e lavadeira de roupas.



COSINHEIRA

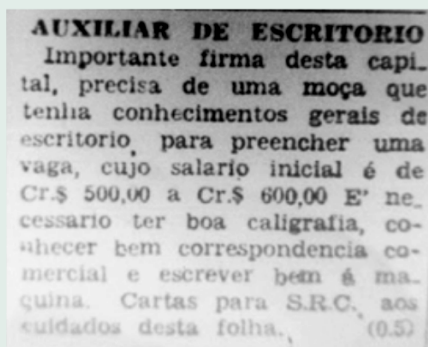
Precisa-se de uma, para cosinhar e lavar roupa, para ir para S. Paulo. Ordenado: \$200,00. Tratar à Rua 7 de Setembro, nº 2.585.

*Gazeta do Povo, 4 de julho de 1943
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

A diferença salarial dos serviços domésticos para outras atribuições que exigiam certo grau de instrução, como auxiliar de escritório, por exemplo, chega a ser de 300%. Para Maria Izilda Santos de Matos (2002), os trabalhos domésticos desempenhados por mulheres afugentavam os homens, assim como uma boa remuneração e o prestígio social.

Se nas funções mais prestigiadas socialmente as mulheres instruídas eram mais valorizadas, isso não significava igualdade salarial entre os gêneros. Ou seja, mesmo que desempenhassem as mesmas funções, cumprindo os mesmos ou mais pré-requisitos, as mulheres recebiam menos. No anúncio abaixo podemos observar que a “moça” pretendida para a função de auxiliar de escritório deveria atender uma série de requisitos como “ter boa caligrafia”, “conhecer bem correspondência comercial” e dominar uma das tecnologias avançadas do período, que era a “máquina de escrever”.

Por ser uma atividade especializada, o salário era até três vezes maior que o ofertado às cozinheiras e domésticas.



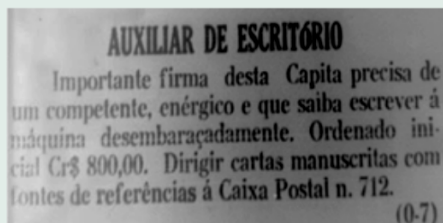
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

Importante firma desta capital, precisa de uma moça que tenha conhecimentos gerais de escritório, para preencher uma vaga, cujo salário inicial é de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 600,00 É necessário ter boa caligrafia, conhecer bem correspondência comercial e escrever bem à máquina. Cartas para S.R.C. aos cuidados desta folha.

*Gazeta do Povo, 3 de dezembro de 1944
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Porém, dois meses após a publicação desta vaga direcionada ao público feminino, uma outra, muito parecida, foi impressa voltada a pessoas do gênero oposto. Desta vez as exigências eram menores e mais “masculinas”: buscava-se uma pessoa do sexo masculino que fosse “competente”, “enérgico” e que também soubesse operar máquina de escrever “desembaraçadamente”. Outra grande diferença deste para o anúncio anterior é o salário inicial: Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a mais para um homem executar a mesma função – ou seja, pagava-se o salário de uma doméstica a mais por ele ser... homem.

Figura 80 – Página 59 do material didático

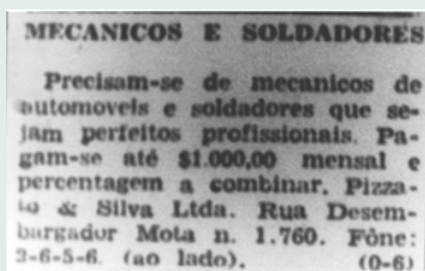


AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

Importante firma desta Capital precisa de um competente, enérgico e que saiba escrever á máquina desembaraçadamente. Ordenado inicial Cr\$ 800,00. Dirigir cartas manuscritas com fontes de referências á Caixa Postal n. 712.

*Gazeta do Povo, 4 de fevereiro de 1945
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Dentre as ofertas que expressavam os ordenados que este estudo teve acesso, a que ofereceu maior salário também era direcionada ao público masculino. Era um anúncio que procurava por mecânicos de automóveis e soldadores. O ordenado podia ultrapassar de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), pois além do ganho fixo havia a possibilidade do recebimento de porcentagens/comissões por serviços realizados.



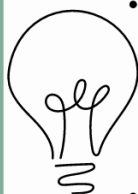
MECANICOS E SOLDADORES

Precisam-se de mecanicos de automoveis e soldadores que sejam perfeitos profissionais. Pagam-se até \$1.000,00 mensal e percentagem a combinar. Pizzato & Silva Ltda. Rua Desembargador Mota n. 1.760. Fône: 3-6-5-6.

*Gazeta do Povo, 3 de dezembro de 1944.
Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná*

Ao analisar as diferenças salariais ofertadas às funções e gêneros, se evidencia o abismo de remuneração que havia entre homens e mulheres. O trabalho doméstico, braçal, feminino, subvalorizado; o trabalho intelectual, embora melhor remunerado, é menor se desempenhado por uma pessoa do gênero feminino.

Para Refletir...



- Um estudo divulgado pelo IBGE em 2019 mostra que as mulheres ganham menos do que os homens em todas as ocupações selecionadas na pesquisa. As trabalhadoras recebem, em média, 20,5% menos que os homens no país. Fonte: Agência EBC. Disponível em: bit.ly/salariomulheres
- Além de ganharem menos, elas trabalham mais dentro de casa. Outro estudo do IBGE revela que as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas por semana com afazeres domésticos e cuidado de pessoas em 2018, quase o dobro do que os homens gastaram com as mesmas tarefas – 10,9 horas. Fonte: Agência IBGE. Disponível em: bit.ly/astarefasdomesticas

Figura 81 – Página 60 do material didático

Para saber mais!



LIVRO | As novas fronteiras da desigualdade: Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho

Autoras: Margaret Maruani, Helena Hirat



FILME | Estrelas além do Tempo

Direção e roteiro: Hidden Figures

Elenco: Taraji P. Henson, Octavia Spencer, Janelle Monáe

Origem: Estados Unidos

Siga no insta

@onumulherbr



onumulheresbr

Seguir

...

3.758 publicações 232mil seguidores 45 seguindo

ONU Mulheres Brasil

Perfil oficial da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

onumulheres.org.br



Relacionando saberes

LEIA OS DOCUMENTOS ABAIXO:

Documento 1



Fonte: Igualdade de Gênero na Escola Disponível em: <http://gg.gg/os132> Acessado em: 12/03/2021.

Figura 82 – Página 61 do material didático

Documento 2

As mulheres receberam 77,7% do salário dos homens em 2019. A diferença é ainda mais elevada em cargos de maior rendimento, como diretores e gerentes. Nesse grupo, as mulheres ganharam apenas 61,9% do rendimento dos homens. Os dados são de uma publicação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada nesta quinta-feira (4/3/21).

A pesquisa, que analisa as condições de vida das brasileiras, aponta que a maior desigualdade salarial está na região Sudeste e que apenas 34,7% dos cargos gerenciais do país eram ocupados pelo sexo feminino.

Fonte: **CNN Brasil** Disponível em: <http://gg.gg/os155> Acessado em: 12/03/2021

RESPONDA:

1) Quais fatores você considera estarem na origem das desigualdades de gênero apontados nos dados da reportagem e na situação narrada apresentada na tirinha acima?

Esta atividade pode ser feita individualmente ou em grupo. Estimule os/as discentes a expressarem suas vivências, em especial as relacionadas às desigualdades de gênero. Uma pergunta disparadora pode ser “o que você já deixou de fazer por ser mulher?”, para abrir o debate sobre machismo e desigualdade de gênero, para então encaminhar para o desenvolvimento destas questões.

2) Que soluções você propõe para atenuar ou acabar com as desigualdades de gênero presentes nos dados?

É interessante sempre orientar os/as educandos/as a pesquisarem a existência ou não de políticas públicas existentes ou não, se elas funcionam ou não. Vale ressaltar que a discriminação salarial entre homens e mulheres viola o Art. 7º da Constituição Federal, o qual proíbe a diferença de salários por sexo, cor, idade ou estado civil e, também, Art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garante salários iguais, sem distinção de sexo, para trabalhos de igual valor. Mas cabe frisar que a existência de uma lei – por si só – não garante o seu cumprimento.

Anotações



Figura 83 – Página 62 do material didático

Referências Bibliográficas:

- AREND, Sílvia Fávero. **Trabalho, Escola e Lazer**. In: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- BASSANEZI, Maria Sílvia. **Mulheres que vêm, mulheres que vão**. In: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRAGUETO, Claudio Roberto. **O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970**. Geografia: Revista do Departamento de Geociências, Londrina, v. 8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999.
- Brites, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. 2000. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- CANO, Wilson. **Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 16, n. 1, p. 79-90, 2012.
- D'INCAO, Maria Angela. **Mulher e família burguesa**. In: PRIORE, Mary del; PINSKI, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- DALONSO, Glaucia de Lima. **Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias**. Psicol. Am. Lat., México, n. 15, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo: 1880-1945**. Tradução de: CAJADO, Octavio Mendes. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Coleção "Corpo e Alma do Brasil", v. 33, p. 229, 1971.
- DECA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil - 1889 a 1930**. São Paulo: Atual Editora, 1991.
- FENIANOS, Eduardo Emílio. **Manual Curitiba a cidade em suas mãos**. Curitiba: Grafipar, 1995.
- FONSECA, Cláudia. **Ser mulher, mãe e pobre**. In: PRIORE, Mary del; PINSKI, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- HAHNER, June E. **Honra e distinção das famílias**. In: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- LOEFFLER, Walli. **Aspectos da indústria paranaense: 1930-1970**. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. **Espaço feminino no mercado produtivo**. In: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

Figura 84 – Página 63 do material didático

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Da República Velha ao Estado Novo**: o aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

MOTTA, Alda Britto. **Elas começam a aparecer**. In: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. **A questão feminina**: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). *Cad. Pagu*, Campinas, n. 39, p. 313-343, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Jun. 2020.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do Sul**. In: PRIORE, Mary del; PINSKI, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

PINSKI, Carla Bassanezi. **Novos temas nas aulas de história**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PINTO, Tatiane de Oliveira. **Sobre as ‘empregadas de antigamente’**: mudanças e permanências no campo do trabalho doméstico remunerado. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 17, p. 205-226, jan. 2020. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/80285>>. Acesso em: 07 un. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v11n17.2019.80285>.

PRADO JR, Caio. **Formação Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In: PRIORE, Mary del; PINSKI, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

ROCHA; Jucenir da Silva. **Brasil em três tempos**: 1500 a 2000. São Paulo: FTD, 2000.

SCOTT, J. W. **Prefácio a Gender and Politics of History**. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. **A mulher trabalhadora**. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres**: o século XX. Porto: Afrontamento, 1991.

SOIHET, Raquel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: PRIORE, Mary del; PINSKI, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WOLFE, Joel. **“Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”?**: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, p. 27-59, 1994.

Figura 85 – Quarta capa do material didático



Fonte: o autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do trabalho buscou analisar, por meio de ofertas e procuras de emprego publicadas na coluna “Pequenos Anúncios”, do jornal Gazeta do Povo, representações sociais de gênero em Curitiba durante o Estado Novo. Muitos foram os desafios à sua conclusão, a começar pela fonte utilizada – os classificados – que embora pouco explorados possuem inúmeras possibilidades.

No entanto, as publicações do período analisado não se encontram digitalizadas ou em repositórios digitais, tendo sido necessários vários dias e horas em frente à máquina leitora de microfilmagem na sede da Biblioteca Pública do Paraná para a realização da leitura de cada um dos anúncios publicados e realizar a tabulação quantitativa – sendo alguns registrados em fotografia para transcrição e análise de conteúdo posteriormente. Esta pode ter sido a etapa mais morosa do estudo, mas certamente uma das mais empolgantes.

Após elencar esses dados, foi possível quantificar o número e quais oportunidades eram ofertadas para homens e mulheres, bem como ter pistas do que se entendia como sendo papéis femininos e masculinos na capital paranaense das décadas de 1930 e 1940. A pesquisa revelou um número maior de vagas femininas, porém uma participação feminina restrita a poucas funções, quase sempre ligadas a atividades domésticas ou de cuidado – características muitas vezes naturalizadas ao gênero feminino.

Inclusive, em muitos anúncios o gênero e as atribuições domésticas se confundiam ou eram sinônimos. Vários classificados que tinham como títulos: meninas, moças, senhorita, senhora – a maioria voltados para o trabalho doméstico. Já quando se tratava de meninos, moços, rapazes eram para as mais diversas funções, pois eram homens e tinham a aceitação social e previsão legal para atuarem num grande leque de funções.

Numa cidade que passava por grandes transformações urbanas e contava com forte presença de imigrantes, seja tocando o comércio ou pequenas fabriquetas na área urbana ou produzindo alimentos nas colônias vizinhas, havia uma predileção por mulheres que fossem brancas ou que, assim como os empregadores e empregadoras, tivessem origem europeia. Seja por uma questão de identificação étnica, de valores ou imbuídos de um ideal supremacista muito em alta no Brasil pós

abolição, é fato que havia certa “preferência”, que fazia inclusive com que mulheres de “cor” se oferecessem para trabalhar já alertando sobre o tom da pele “incompatível” com a opção mais valorizada, como se estivessem em desvantagem.

Outra questão observada por meio da pesquisa foi o critério etário. Embora não explicitassem a idade exata, utilizavam de substantivos que denotavam a faixa etária pretendida, como preferência para pessoas do sexo feminino que fossem mais novas. Não que inexistissem publicações voltadas para “senhoras”, todavia era recorrente o uso de meninas, moças e senhoritas e, para ambas as idades, eram direcionados trabalhos “femininos”. Cabe ressaltar que ser uma velha, naquele período, era ter mais de trinta anos – tendo em vista a baixa expectativa de vida.

Embora fosse rara a explicitação dos valores pagos, dentre os anúncios que divulgavam a gratificação foi feita outra constatação: as funções mais direcionadas ao público feminino pagavam mal e elas ganhavam menos para executar a mesma função quando esta era ofertada a um homem. Longe de esgotar as possibilidades de estudo das fontes utilizadas nesta pesquisa, o trabalho revela uma representação do feminino muito atrelada aos valores estadonovistas, de papéis sociais femininos ligados ao espaço do lar e do cuidado.

Mostra que parte da elite curitibana do período preferia contratar mulheres brancas e novas para executarem atividades ligadas ao cuidado e aos afazeres domésticos, pagando pouco. Revelam também a luta e resistência de muitas mulheres que enfrentavam julgamentos morais e preconceitos, saíam de suas casas e trabalham longas jornadas para se manterem e, muitas vezes, sozinhas, proverem a subsistências de seus filhos e netos.

Para levar a discussão sobre gênero e refletir sobre rupturas e continuidades dos temas levantados nesta pesquisa, foi desenvolvido um material paradidático. A ideia foi contribuir com o trabalho de colegas docentes de História que desejam enriquecer o repertório e a criticidade de seus alunos e alunas acerca de tais questões tão importantes, como a desnaturalização dos papéis de gênero.

Ainda mais num país onde, segundo estudos do IBGE feitos em 2019, as mulheres ganham em média 20,5% menos que os homens e dedicam praticamente o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas. Onde mulheres negras recebem menos da metade do salário dos homens brancos e a maioria das domésticas são negras e idosas.

A gratidão pela oportunidade de ser professor-pesquisador da educação básica é imensurável. Mesmo não tendo concluindo o estudo a tempo hábil de utilizá-lo com os alunos - o que pretendo fazer neste ano - este trabalho possibilitou grande amadurecimento profissional e pessoal por meio das leituras e das reflexões teórico-metodológicos, mas também reflexões e constatações sobre privilégios que ainda se têm pelo simples fato de ser homem.

Finda-se este trabalho com o sentimento de não esgotamento da fonte e da temática e, ao mesmo tempo, com a sensação de se dar mais um passo na luta por uma educação mais humana e sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. Mulheres estão em apenas 37% dos cargos de chefia nas empresas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 mar. 2017. Caderno de Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908>. Acesso em: 02 jun. 2020.

ALVES, F. N. O ensino da História por meio dos jornais antigos: as imagens acerca dos atores político-partidários à época imperial. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, p. 19-36, 2012.

AREND, S. F. Trabalho, Escola e Lazer. *In*: PINSKI, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 65-83.

BARBOSA, D. S. A pesquisa histórica nos e por meio dos periódicos: Os negócios de Macaúbas (1878- 1881). *In*: Encontro Estadual de História, 7., 2016, Feira de Santana. **Anais do VII Encontro Estadual de História da ANPUH Bahia**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2016. p. 213-224. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/download/1505778469_ARQUIVO_ANAISVIIIENCONTROESTADUALDEHISTORIA-Parte01.pdf. Acesso em: 02 jun. 2020.

BASSANEZI, M. S. Mulheres que vêm, mulheres que vão. *In*: PINSKI, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 169-193.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 7. ed. Tradução de Sérgio Millier. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1965.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOMENY, H. Três decretos e um ministério: a propósito da educação brasileira no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.137-166.

BOSCHILIA, R. T. **Entre fitas bolachas e caixas de fósforos**: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba: Artes & Textos, 2010.

BOSCHILIA, R. T. *In*: TRINDADE, E. M. de C.; MARTINS, A. P. V. **Mulheres na história**: Paraná: séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997. p. 113-126.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Portugal: Europa-América, 1993.

BRAGUETO, C. R. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. **Geografia: Revista do Departamento de Geociências**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de novembro de 1937**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Seção 7, p. 22365.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-norma-atualizada-pe.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRITES, J. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

BRUSCHINI, C. **Trabalho feminino no Brasil**: novas conquistas ou persistência da discriminação? São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CALONGA, M. D. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? **Revista Comunicação & Mercado**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 79-87, nov./2012.

CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e a industrialização no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 79-90, 2012.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPELATO, M. H. R. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 167-178.

CHARTIER, R. **História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CRUSUÉ, N. M. de C. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. **APRENDER - Cad. de Filosofia e Pisc. da Educação**, Vitória da Conquista, ano 2, n. 2, p. 105 -114, 2004.

DALONSO, G. de L. Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 15, p. XX-XX, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**: 1880-1945. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

DECCA; M. A. G. de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil - 1889 a 1930. São Paulo: Atual Editora, 1991.

D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. *In*: PRIORE, M. del; PINSKI, C. B. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 223-240.

FENIANOS, E. E. **Manual Curitiba** - a cidade em suas mãos. Curitiba: Grafipar, 1995.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: PRIORE, M. del; PINSKI, C. B. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 510-553.

FRANQUI, R.; PERIOTTO, M. R. O modelo feminino na revista Fon-Fon! (1907-1958): a pedagogia da maternidade no Estado Novo. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 82-97, jan./abr. 2016.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GANZ, A. M. **Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

GARAUDY, R. **Liberção da mulher, liberção humana**. Tradução de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAHNER, J. E. Honra e distinção das famílias. *In*: PINSKI, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 43-64.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 30 jun. 2020.

JARDIM, T. S.; BRANDÃO, I. B. dos S. Breve histórico da imprensa no Brasil: desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. **Hegemonia** – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário UNIEURO, Brasília, n. 14, p. 131-171, 2014.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 323-350, ago. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2018

KRENISKI, G. C. P.; AGUIAR, M. do C. P. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). *In*: Simpósio Nacional de História - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. p. 1-14.

LEITE, C. H. F. História e Imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. *In*: Encontro Regional de História, 14., 2014, Campo Mourão. **Anais do XIV Encontro Regional de História**, Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014. p. 822-828.

LOEFFLER, W. **Aspectos da indústria paranaense: 1930-1970**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. *In*: PINSKI, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 126-147.

MILAN, P. 90 anos com história para contar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 ago. 2008. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/90-anos-com-historia-para-contar-b54regxlhua5gik3tjs7ii4u/>. Acesso em: 10 out. 2019.

MONTEIRO, H. de M. Da República Velha ao Estado Novo: o aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. *In*: LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 474-489.

MOTTA, A. B. Elas começam a aparecer. *In*: PINSKI, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 84-104.

MURARO, R. M.; PUPPIN, A. B. **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001.

NAHES, S. **Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NIEHUES, L. G. A industrialização do Paraná: abordagens de um processo de desenvolvimento concentrado. **Revista Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, número especial, p. 454-466, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA FILHA, E. A. **Olhares Sobre uma Cobertura - a Eleição de 2002 no Paraná**. Curitiba: Pós-escrito, 2007.

OLIVEIRA, L. L. *et al.* **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OSTOS, N. S. C. de. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 313-343, dez. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2020.

PARADA, M. B. A.; MEDEIROS, H. R. F. de. Puericultura e políticas públicas de assistência à maternidade e à infância (1930-1945). *In*: Encontro Regional ANPUH-Rio, 14., Rio de Janeiro: 2010. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: UniRio, 2010, p. 1-11.

PELISSER, J. T. C.; MAYBUK, S. L. Origem e consolidação do processo industrial brasileiro, com ênfase no estado do Paraná. *In*: Encontro de Produção Científica e Tecnológica – EPCT, 8., 2013, Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná. **Anais do VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica**. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ADM/11-jpelissertrabalhocompleto.pdf. Acesso em: 02 jun. 2020.

PEDRO, J. M. Relações de Gênero como categoria transversal na História Contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

PEDRO, J. M. Mulheres do Sul. *In*: PRIORE, M. del; PINSKI, C. B. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 278-321.

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

PILOTTO, O. **Cem anos de Imprensa no Paraná**. 1. ed. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, 1976.

PINSKI, C. B. **Novos temas nas aulas de história**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PINTO, T. de O. Sobre as ‘empregadas de antigamente’: mudanças e permanências no campo do trabalho doméstico remunerado. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 17, p. 205-226, jan. 2020. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/80285>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

PRADO JR, Caio. **Formação Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: SILVA, Z. L. (org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, M. del; PINSKI, C. B. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 578-606.

ROCHA, J. da S. **Brasil em três tempos: 1500 a 2000**. São Paulo: FTD, 2000.

SCHMIDT, M. A. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. *In*: BITTENCOURT, C. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 54-66.

SCOTT, J. W. A mulher trabalhadora. *In*: DUBY, G.; PERROT, M. **História das Mulheres: o século XX**. Porto: Afrontamento (1991). p. 443-475.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SCOTT, J. W. Prefácio a *Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>. Acesso em: 05 jun. 2020.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: PRIORE, M. del; PINSKI, C. B. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 362-400.

TIENE, I. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas públicas**. Campinas: Alínea, 2004.

TRINDADE, E. M. de C. **Clotildes e Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WEINSTEIN, B. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 143-171, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766>. Acesso em: 05 jun. 2020.

WOLFE, J. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 27, p.27-59, 1994.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP**, São Paulo, n. 4, p. 90, 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12410/8995>. Acesso em: 10 jul. 2019.

**APÊNDICE A – ANÁLISE DE CONTEÚDO: ANÁLISE TEMÁTICA POR AMOSTRA
DE REPRESENTATIVIDADE E CATEGORIZAÇÃO SEMÂNTICA**

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS				
Data	Público-alvo	Ocupação Ofertada/Pretendida	Refere-se	Condicionante étnico
7/11/1927	Feminino	Serviços de Casa	Trabalho doméstico	Cor branca
6 /02/1938	Feminino	Serviços de dentro	Trabalho doméstico	Origem alemã
06/11/1938	Masculino	Iniciar no comércio	Entregador/mensageiro	Fale alemão
06/02/1938	Feminino	Empregada	Trabalho doméstico	Origem alemã que fale português
02/10/1938	Feminino	Todo serviço em casa	Trabalho doméstico	Prefere-se estrangeira.
06/02/1938	Masculino	Ativo vendedor	Vendedor	Conhecer o idioma alemão.
04/08/1940	Feminino	Prática de balcão	Balconista	Falar alemão ou polonês.
05/01/1941	Feminino	Empregada	Trabalho doméstico	Saiba falar alemão
02/03/1941	Feminino	Pagem	Babá	Falar alemão.
06/07/1941	Feminino	Todos os serviços de casa	Trabalho doméstico	De côr branca.
05/10/1941	Feminino	Criada para serviços de dentro e pagear uma criança	Trabalho doméstico e babá.	Prefere-se estrangeira.
02/11/1941	Feminino	Tomar conta de viúvo com duas filhas.	Trabalho doméstico e babá.	Que fale alemão.
05/09/1943	Feminino	Serviços domésticos	Trabalho doméstico.	Origem portuguesa.
02/01/1944	Masculino	Faturista	Faturista	Origem brasileira.
02/07/1944	Feminino	Pagem	Babá	Cor branca.
01/03/1942	Feminino	Cozinhar e serviços leves	Trabalho doméstico e cozinheira	Cor branca.
05/12/1937	Feminino	Datilógrafa	Auxiliar de escritório	Conheça o português.
02/03/1941	Feminino	Datilógrafa	Secretária / Aux. Escritório.	Conhece português e alemão.
02/03/1941	Feminino	Qualquer serviço	Todo serviço/Serviços gerais.	Moça de cor.
01/01/1939	Feminino	Qualquer serviço em casa comercial, como caixeira ou ajudante em consultório médico.	Comerciária / Caixeira / Secretária.	Fala português, alemão e polonês.

05/03/1930	Feminino	Professora diplomada em Paris dá aulas de francês. Método rápido e eficiente.	Professora de francês.	Diplomada em Paris.
05/03/1939	Masculino	Professor João Chorosnicki. Ensino prático de línguas modernas: francês, alemão, polonês, português para estrangeiros. Gramática pela língua.	Professor de idiomas.	Português para estrangeiros.

LEGENDA:

 Anúncios de pessoas se oferecendo para trabalho.

QUESTÕES ETÁRIAS (IDADE)				
Data	Público-alvo	Ocupação Ofertada/Pretendida	Refere-se	Condicionante etário
09/01/1938	Feminino	Precisa-se, para casa de um cavalheiro só, de uma senhora de idade, que saiba cozinhar, podendo, se quizer, dormir no aluguel.	Trabalho doméstico	Senhora de idade.
04/06/1939	Masculino	Menina, precisa-se de uma boa para cuidar de criança.	Pagem.	Menina.
09/06/1940	Masculino	Precisa-se de um menino.	(sem descrição)	Menino, 12 a 14 anos.
04/08/1940	Feminino	Uma senhorita órfã de pais e mãe, bem educada, para ficar em companhia de uma viúva ou casal de idoso e religioso.	Trabalho doméstico/ cuidadora de idosos.	Senhorita.
01/09/1940	Feminino	Menina para serviços leves.	Trabalho doméstico.	Menina, 12 a 14 anos.
05/01/1941	Feminino	Menina para pagem de criança.	Pagem	Menina, 8 a 11 anos
06/04/1941	Feminino	Menina	Pagem	Menina, 12 a 15 anos
04/05/1941	Masculino	Rapaz com 10 anos para trabalhar em escritório. É datilógrafo.	Auxiliar de escritório.	Rapaz, 10 anos

06/07/1941	Feminino	De uma menina para auxiliar de costura, em casa de costureira alemã.	Auxiliar de costura.	Menina, 12 anos
02/11/1941	Feminino	Menina sadia para cuidar de uma criança de 2 anos e serviços leves	Pagem e trabalho doméstico.	Menina, 10 a 13 anos
05/09/1943	Feminino	Empregada	Trabalho doméstico.	Menores e maiores
05/11/1944	Feminino e Masculino	Menores (meninos e meninas) precisa-se na Fábrica Trevisan	Trabalho em fábrica de louças, refratário e vidros.	Menores, 14 a 16 anos
07/01/1945	Feminino	Precisa-se de uma senhora para fazer a limpeza de uma casa inclusive vidros, portas, janelas e soalho.	Trabalho doméstico.	Senhora.
06/11/1938	Masculino	Moço com carteira profissional, para o serviço de vigia e agenciador.	Vigia e Agenciador.	Moço, 21 a 24 anos.
11/11/1939	Feminino e Masculino	Moça ou rapaz que tenha prática para trabalhar em ondulação permanente.	Cabeleireiro (a).	Moço ou moça.
04/03/1941	Feminino	Precisa de uma moça, solteira, de boa educação, para tomar conta da gerência de uma pensão de primeira ordem.	Gerente de pensão.	Moça, 25 a 30 anos.

LEGENDA:



Anúncios de pessoas se oferecendo para trabalho.

QUESTÕES SALARIAIS				
Data	Público-alvo	Ocupação ofertada/preendida	Refere-se	Remuneração
03/07/1938	Feminino	Todo serviço de casa	Trabalho doméstico	50\$000
05/03/1939	Feminino	Empregada moça	Trabalho doméstico	50\$000
07/01/1940	Feminino	Empregada que saiba cozinhar	Trabalho doméstico e cozinheira.	100\$
04/02/1940	Masculino	Datilógrafo	Trabalho em Escritório	30\$000 a 100\$000

04/03/1940	Feminino	Empregada que saia cozinhar e outros serviços domésticos.	Trabalho doméstico	80\$000
01/09/1940	Feminino	Pagem	Babá	40\$000
06/10/1940	Feminina	Empregada com prática em todo serviço doméstico.	Trabalho doméstico.	100\$000
10/11/1940	Feminina	Empregada que saiba cozinhar, fazendo demais serviços de casa.	Trabalho doméstico.	100\$000
10/11/1940	Feminina	Empregada para serviço de um casal	Trabalho doméstico.	80\$000
01/12/1940	Feminina	Empregada que saiba cozinhar e atenda outros serviços	Trabalho doméstico.	150\$000
2/03/1941	Masculino	Guarda-livros	Trabalho em Escritório de contabilidade.	250\$000
02/03/1941	Feminino	Empregada	Trabalho doméstico	80\$000
04/03/1941	Masculino	Procura-se guarda-livros ou pessoa com conhecimento em escrituração, mesmo sem diploma, para uma serraria em Palmeira. O mesmo exige-se casado.	Guarda-livros ou escriturador.	350\$000
06/07/1941	Feminino	Cozinheira	Cozinheira	100\$000
06/07/1941	Masculino	Mecânico	Trabalho em oficina mecânica de automóveis	500\$000
01/03/1942	Feminino	Empregada para cozinhar e mais alguns serviços	Trabalho doméstico	90\$000
01/03/1942	Feminino	Empregada que saiba cozinhar para um senhor só	Trabalho doméstico	80\$000
07/07/1942	Feminino	Empregada que saiba cozinhar e fazer todos os serviços domésticos, menos lavar e passar.	Trabalho doméstico.	150\$000
04/07/1943	Feminino	Cozinheira para cozinhar e lavar roupa.	Trabalho doméstico.	\$ 200,00
02/07/1944	Feminino	Empregada que saiba cozinhar.	Trabalho doméstico.	Cr\$ 200,00
03/12/1944	Feminino	Auxiliar de escritório que tenha	Auxiliar de Escritório	Inicial Cr\$ 500,00 a

		conhecimentos gerais de escritório, tenha boa caligrafia, conhecer bem correspondência comercial e escrever bem à máquina.		Cr\$ 600,00
04/02/1945	Masculino	Auxiliar de escritório, competente, enérgico e que saiba escrever à máquina desembaraçadamente.	Auxiliar de Escritório	Inicial de Cr\$ 800,00
04/02/1945	Masculino	Mecânicos e Soldadores que sejam perfeitos profissionais.	Mecânicos de automóveis e soldadores.	\$1.000,00 e percentagem a combinar.
01/04/1945	Feminino	Empregada para casa de pequena família.	Trabalho doméstico.	Cr\$ 120,00
04/11/1945	Feminino	Empregada que saiba cozinhar para uma pequena família, no centro.	Trabalho doméstico.	Cr\$ 200,00
04/11/1945	Feminino	Empregada cozinheira de forno e fogão. Fogão elétrico.	Trabalho doméstico.	Cr\$ 220,00
02/12/1945	Feminino	Cozinheira para pequena família.	Cozinheira.	Não se faz questão de ordenado.